

MILITARES E POLÍTICA

Número 5
(julho-dezembro 2009)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor: Aloisio Teixeira

Vice-Reitor: Sylvia da Silveira de Mello Vargas

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Decano: Marcelo Macedo Corrêa e Castro

Superintendente Administrativo: Maria Goretti Mello

INSTITUTO DE HISTÓRIA

Diretor: Fábio de Souza Lessa

Vice-Diretora: Norma Côrtes

LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE MILITARES NA POLÍTICA

Responsável: Renato Luís do Couto Neto e Lemos

MILITARES E POLÍTICA

Número 5 – julho a dezembro de 2009 – ISSN 1982-6834

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Barreto de Souza - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Adriano Nervo Codato - Universidade Federal do Paraná

Álvaro Pereira do Nascimento - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Celso Castro - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/FGV

Christiane Figueiredo Pagano de Mello - Universidade Federal de Tocantins

Eliézer Rizzo de Oliveira - Núcleo de Estudos Estratégicos/Universidade Estadual de Campinas

Francisco César Ferraz - Universidade Estadual de Londrina

Frank McCann - University of New Hampshire

Hendrik Kraay - University of Calgary

João Roberto Martins Filho - Universidade Federal de São Carlos

José Murilo de Carvalho - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Manuel Domingos Neto - Universidade Federal do Ceará

Paulo Ribeiro da Cunha - Universidade Estadual Paulista

Peter M. Beattie - Michigan State University

Renato Luís do Couto Neto e Lemos - LEMP/Universidade Federal do Rio de Janeiro

COMITÊ EDITORIAL

Renato Luís do Couto Neto e Lemos (LEMP/UFRJ) – Editor

Celso Castro (CPDOC/FGV) – Coeditor para este número.

Cláudio Beserra de Vasconcelos (LEMP/UFRJ) – Subeditor

Rachel Motta Cardoso (doutoranda PPGHCS/COC/FIOCRUZ/LEMP/UFRJ) – Secretária

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Endereço para correspondência:

Comitê Editorial

Largo do São Francisco de Paula, 01 – sala 206 – Centro

Rio de Janeiro/ RJ – CEP: 20051-070

Tel.: 55 21 2201-3141 r. 208

<http://www.lemp.historia.ufrj.br> e <http://www.lemp.historia.ufrj.br/revista>

e-mail: lemp@ifcs.ufrj.br

Militares e Política / Laboratório de Estudos Sobre Militares na Política / Departamento de História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Instituto de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. n. 1 (2007). Rio de Janeiro: IFCS / UFRJ, 2007-

Semestral
ISSN 1982-6834

1. História I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Instituto de História. Laboratório de Estudos Sobre Militares na Política.

Sumário

<i>Nota Editorial</i>	05
-----------------------------	----

Artigos

<i>Hierarquia e mediação na trajetória do duque de Caxias</i>	07
---	----

Adriana Barreto de Souza

<i>A Marinha e o fim da monarquia: notas de pesquisa</i>	23
--	----

José Miguel Arias Neto

<i>A revolta da Escola Militar da Praia Vermelha (1904)</i>	47
---	----

Celso Castro e Juliana Gagliardi

<i>Entre doutrina e política: a Missão Militar Francesa e a oficialidade brasileira (1920-1937)</i>	65
---	----

Rodrigo Nabuco de Araujo

<i>Góis Monteiro e a política do exército</i>	82
---	----

Sergio Murillo Pinto

<i>O 11 de Novembro de 1955</i>	102
---------------------------------------	-----

Karla G. Carloni

Nota Editorial

Número 5 - julho a dezembro de 2009

Em seu quinto número, *Militares e Política* apresenta um conjunto de artigos centrado na temática precipuamente associada à sua proposta. O tema da participação militar na vida política brasileira já foi objeto de vários estudos importantes. A longa experiência ditatorial iniciada em 1964 constituiu-se, em particular, em objeto de estudo para vários pesquisadores que buscaram explicar as razões do golpe, as características e a dinâmica do regime então instituído e a natureza da longa transição política que levaria, em 1985, à posse de um presidente civil e, em 1988, à promulgação de uma nova Constituição. Passado esse período, no entanto, pôde-se observar uma ênfase, na nova bibliografia acadêmica produzida, em temas que podem ser melhor classificados, num sentido amplo e não muito preciso, como sociais ou culturais do que propriamente políticos. Um expressivo conjunto desses estudos pode ser encontrado, por exemplo, na coletânea *Nova História Militar Brasileira*, publicada em 2004 (Bom Texto e FGV). Embora a abordagem de temas políticos não esteja ausente dos estudos reunidos neste livro, a preponderância da temática social ou cultural é clara.

Nossa proposta, ao organizar a presente edição de *Militares e Política*, foi reunir um conjunto de estudos que dessem clara centralidade ao tema da política. Ao fazer isso, nossa intenção não foi negar a indissociável dialética ou interação entre essas dimensões da vida em sociedade - e que podem ser separadas apenas como recurso metodológico -, nem defender uma prioridade da dimensão política sobre as outras. O que buscamos foi apenas dar maior visibilidade ao tema, pela concentração de estudos tematicamente aproximados.

Não pretendemos, no entanto, partir de uma única definição do que fosse essa dimensão política, o que restringiria uma salutar variação e mesmo divergência ou oposição entre diferentes abordagens. Respeitando a opção de cada autor por abordar essa temática, preferimos, todavia, priorizar a reunião de trabalhos que tivessem por base investigações empíricas originais. Várias delas, vale destacar, são produto de pesquisas que resultaram em dissertações de mestrado ou teses de doutorado.

Procuramos, também, oferecer uma amostra abrangente dos temas relativos à atuação política dos militares no Brasil que vêm sendo estudados entre nós. No mesmo espírito, os autores aqui reunidos possuem formações acadêmicas variadas, filiam-se a tradições intelectuais diversas e estão em diferentes estágios de suas vidas acadêmicas. Finalmente, para alguns deles, os temas de que tratam são resultado de esforços e interesses mais pontuais; para outros, objeto de atenção e reflexão de longa duração.

Com essas opções, enfim, esperamos estimular, acima de tudo, que outros pesquisadores, em particular os mais jovens, reflitam sobre o tema e realizem novas pesquisas, que ajudem a renovar esse campo de estudos e, dessa forma, contribuir para uma melhor compreensão de nossa história.

Celso Castro (CPDOC-FGV) – editor convidado.

Renato Luís do Couto Neto e Lemos (LEMP-UFRJ)

Hierarquia e mediação na trajetória do duque de Caxias

Adriana Barreto de Souza*

Resumo:

A proposta desse artigo é refletir sobre dois momentos específicos da trajetória de Luiz Alves de Lima e Silva (futuro duque de Caxias) em que, no exercício de suas funções militares, ele teria exercido o papel de mediador. Um desses momentos foi quando assumiu o comando da Guarda de Municipais Permanentes, uma força policial criada em 1831 na corte imperial, em meio a levantes que uniam “povo e tropa”. O outro foi durante a Balaiada, em 1840, quando o então coronel acumulou as funções de presidente do Maranhão e comandante da Divisão Pacificadora do Norte.

Palavras-chave: duque de Caxias, hierarquia e mediação política, militares e políticas.

Abstract:

The purpose of this paper is to discuss about two specific moments in the trajectory of Luiz Alves de Lima e Silva (later duque de Caxias) that, in performing their military duties, he would have played the role of mediator. One of these moments was when he took command of the Municipal Standing Guard (Guarda de Municipais Permanentes), a police force established in 1831 at the imperial court, amid the uprisings that united "people and army". The other one was during the Balaiada in 1840, when the Colonel accumulated the functions of president of Maranhão and commander of Pacifier North Division (Divisão Pacificadora do Norte).

Keywords: *Duque de Caxias, hierarchy and political mediation, military and politics.*

Quando comecei a pesquisar a trajetória do duque de Caxias, compartilhava da imagem herdada por várias gerações de brasileiros: a de um general extremamente rigoroso, disciplinado e impiedoso com seus inimigos. A imagem é a do “pacificador”, que teria combatido a ferro e fogo os levantes e rebeliões que entre as décadas de 1830 e 1840 eclodiram de norte a sul do Brasil, e que teria, desse modo, garantido a unidade do

* Professora de História do Brasil Império e Teoria da História da UFRuralRJ. Este texto utiliza parte da pesquisa que fundamenta os capítulos 3 e 4 de minha tese de doutoramento, publicada em 2008: Adriana Barreto de Souza, *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*.

território. Ou, como ainda se pode ler no panteão da Avenida Presidente Vargas, centro do Rio de Janeiro, Caxias é o “soldado-símbolo da nacionalidade brasileira”.

Mas esta é a imagem do herói nacional, gravada em um panteão erguido em 1949, quase 70 anos após sua morte. Como toda memória, coletiva ou individual, a do duque de Caxias também esteve sujeita ao longo dos anos a “montagens” variadas, que ora silenciavam, ora ressaltavam datas, nomes e fatos a partir de interesses e critérios fixados pelo presente.¹ Em meio a esse jogo de perpétuo deslocamento, o que nos chega é uma sucessão de narrativas, de estratos de memória, que – no caso de personagens históricas – se constituem e se sobrepõem a partir de intensas disputas políticas.²

As biografias escritas no século XIX, por exemplo, nos oferecem um perfil bem diferente do duque de Caxias. Nelas, o general se destaca por sua habilidade política. Sua trajetória se encontra enredada numa trama que tem início como herança, com privilégios de nascimento, e é atualizada por meio de sua atuação política e militar. O próprio tratamento que lhe é dispensado nesses textos é outro. José de Alencar – que o homenageou em vida com um pequeno ensaio biográfico – só o trata por “chefe político”.³ Não há, em sua narrativa, descrições de batalhas. O mesmo acontece com Câmara Lima, que o biografou em 1846. Para esses autores, a heroicidade de Caxias residia em sua capacidade de “governar homens”, de ser um “chefe político-militar”.⁴

Não pretendo, com essas observações, sugerir que as narrativas produzidas no século XIX, por serem contemporâneas, são mais verdadeiras do que as demais. Acredito, porém, que esses textos ganham importância à medida que oferecem uma imagem alternativa à do duque-de-Caxias-patrono-do-Exército-brasileiro, a do general que nasceu vocacionado para a guerra e soube, como nenhum outro, ser implacável na repressão aos movimentos populares e no combate a seus adversários políticos.

O que proponho nesse capítulo é refletir sobre dois momentos específicos da trajetória do futuro duque de Caxias em que, no exercício de suas funções militares, ele exerceu o papel de *mediador*. Um desses momentos foi quando assumiu o comando da Guarda de Municipais Permanentes, uma força policial criada em 1831 na corte imperial, em meio a levantes que uniam – segundo fórmula da época – “povo e tropa”. O outro foi

¹ Michael Pollak. Memória, esquecimento, silêncio.

² Para uma análise dos símbolos e ritos do Exército: Celso Castro. *A invenção do Exército brasileiro*.

³ José de Alencar. *O Marquês de Caxias*. p. 2.

⁴ Ver: Patrício Augusto da Câmara Lima. *Reflexões sobre o Generalato do Conde de Caxias*. p. 3.

durante a Balaiada, em 1840, quando o então coronel acumulou as funções de presidente do Maranhão e comandante da Divisão Pacificadora do Norte.

O tema da mediação tem uma longa tradição nas ciências sociais, e em especial na antropologia. O objeto privilegiado dessas análises são as metrópoles do século XX, com sua complexidade sócio-cultural. Um aspecto central da vida nessas sociedades é a heterogeneidade dos estilos de vida e dos modos de percepção da realidade, que potencialmente expõem os indivíduos a experiências muito diferenciadas e, em grande medida, contrastantes. Tudo isso em meio a um movimento intenso de mudanças.⁵

O tipo social do mediador é definido, então, no interior desse complexo mapa de regiões sociais, com pontos de interseção e, até mesmo, de superposição. Mediadores são indivíduos que apresentam amplos potenciais de metamorfose.⁶ Conseguem não só circular, mas compreender os códigos específicos dessas várias regiões, adaptando-os e traduzindo-os de modo a construir pontes de comunicação entre mundos conflitantes.

Mas se esses processos se dão de forma mais dramática nas metrópoles, não significa que eles estejam ausentes das sociedades ditas “tradicionais”. Meu interesse aqui é pelo fenômeno da mediação nas primeiras décadas do século XIX, época em que Caxias nasceu, cresceu e viveu suas primeiras experiências políticas e militares.

Desde já destaco que esta proposta interpretativa não nega sua atuação, na corte ou nas províncias, como comandante das forças de repressão. Caxias era antes de tudo um militar e afirmar isso significa dizer que, ao ser investido na função de comandante, devia reprimir atitudes, pessoas e movimentos definidos pelos governos a que servia como desordeiros e anárquicos. Significa afirmar ainda que fazia a guerra e que, desse modo, e no limite, matava seus inimigos. E mais: que, dentre estes, tratando-se de uma sociedade fundada na desigualdade, seguramente predominavam escravos, libertos e brancos pobres. Ou, como se costumava dizer, a “escória da sociedade”.

Policinando a corte imperial, e seus vários mundos

Luiz Alves de Lima – como Caxias assinou por muito tempo seu nome – assumiu o comando da Guarda de Municipais Permanentes exatamente um ano após sua criação, em outubro de 1832. A conjuntura política lhe era inteiramente favorável. Com a

⁵ Tomo o debate aqui a partir de Gilberto Velho e Karina Kuschnir. *Mediação, Cultura e Política*.

⁶ Para o conceito específico de metamorfose: Gilberto Velho, *Projeto e metamorfose*.

abdicação de d. Pedro I, em abril de 1831, o jovem oficial, aos 27 anos de idade, via sua família assumir a direção política do Império. Seu pai, Francisco de Lima, foi eleito para a Regência Trina Provisória e, em junho do mesmo ano, era o nome mais votado para a Regência Permanente. Um de seus tios, José Joaquim de Lima, assumiu de imediato o Comando de Armas da Corte, e outro dos tios, Manoel da Fonseca de Lima, três meses depois, assumiu nada menos que a direção do Ministério da Guerra.

Mas, nem por isso, o desafio enfrentado por Luiz Alves foi menor. Os anos seguintes à abdicação foram tão agitados quanto os meses que a precederam. As ruas e praças da corte imperial foram tomadas por sucessivos levantes até pelo menos 1833. Neles misturavam-se soldados, oficiais, negros escravos, libertos e partidários de um liberalismo radical. Luiz Alves foi nomeado, assim, para fazer frente a esses conflitos. Durante os sete anos que esteve à frente da Guarda, circulou, cotidianamente, entre os diferentes mundos que compunham essa sociedade. Além disso, atuava nas ruas, lugar onde eles se entrecruzavam. Tudo isso, enfrentando uma forte oposição política, em grande parte dirigida aos Lima dos altos escalões do governo e aos princípios políticos que então representavam – os de um liberalismo moderado.⁷

A historiografia caracteriza esse período como um laboratório político, onde os liberais mais conservadores testavam medidas que seriam aplicadas em seguida à administração geral. Mas, para além das medidas, é importante perceber também que havia uma política de treinamento de pessoas. Daí o valor dessa experiência de Luiz Alves. Acredito que o então tenente-coronel Lima foi durante esses sete anos devidamente treinado na defesa do princípio monárquico e no controle das fronteiras sociais da capital do Império. Mas, vale destacar – até porque o fato nunca é mencionado por seus biógrafos – que esse treinamento se deu fora do Exército, no comando de uma força policial. A Guarda de Municipais Permanentes equivalia à atual Polícia Militar.

Os Permanentes – como a guarda ficaria conhecida nas ruas da corte – era uma força profissional, permanente e militar. Eles substituíam a Guarda Municipal Civil. Apesar do bom desempenho dos civis nos últimos combates de rua, o ministro Diogo Feijó considerava impraticável continuar tamanha mobilização, subtraindo cidadãos de

⁷ Desde os últimos anos do Primeiro Reinado existiam dois grupos liberais na corte, os “exaltados” e os “moderados”. Ambos faziam oposição ao autoritarismo do imperador, o que possibilitou uma aliança em 1831. Os exaltados, contudo, não limitavam a discussão ao campo político, exigiam também reformas sociais. A partir de 1834, há uma cisão interna e parte dos “moderados” funda um novo grupo político – o “regresso conservador”. Duas referências obrigatórias são: José Murilo de Carvalho. *A Construção da ordem* e Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*.

suas ocupações diárias, por meses seguidos e sem remuneração.⁸ Apenas um traço da antiga guarda civil seria mantido – o critério de alistamento era ser cidadão.

Esses homens, no entanto, jamais se alistariam em uma força militar tradicional. O governo precisava acenar com mudanças se quisesse atraí-los para a vida militar. Dessa forma, o regulamento da nova guarda proibia a conscrição. Diferente das praças do Exército, os permanentes deveriam ser voluntários. Um ponto chave para marcar de forma decisiva essa mudança era a remuneração. Enquanto um soldado da Guarda Real de Polícia em julho recebia meros 2\$400 mensais, um permanente receberia em novembro 18\$000. Essa diferença rendia ao novo guarda 216\$000 anuais, mantendo sua prerrogativa política. Não havia outro jeito. Se o alistamento seguia um critério censitário, o salário tinha que manter essa renda mínima. O rendimento atraía para as fileiras da guarda integrantes das camadas inferiores da sociedade, mas pessoas do povo, não mais a plebe.⁹ Outro ponto importante era a proibição de castigos corporais. Os açoites eram a maior expressão da humilhação cotidiana sofrida pelos soldados regulares. Para exigir mais compromisso dos permanentes no exercício da força policial era preciso tratá-los de forma diferenciada. Afinal, eram homens livres e cidadãos.

Ao assumir o comando dos Permanentes, o tenente-coronel Luiz Alves de Lima tinha sob seu comando, circulando pelas ruas da corte, quatro companhias de infantaria e duas de cavalaria. No serviço, os oficiais contavam com o efetivo máximo, definido por lei, de 550 soldados. Todavia, geralmente o governo conseguia atingir esse número.¹⁰

As patrulhas de permanentes circulavam dia e noite pela cidade. Deviam zelar pela ordem. Isso implicava prender bandidos procurados, os que estivessem cometendo crime e os que estivessem para cometê-lo. É importante lembrar que, após a lei de 6 de junho de 1831, a definição de atividade criminosa foi ampliada. A reunião de cinco ou mais pessoas, por exemplo, devia ser reprimida como *ajuntamento ilícito*. Também deveriam ser considerados suspeitos aqueles que portassem objetos que pudessem ser utilizados como armas, mesmo que fosse um simples pedaço de madeira. Nesse trabalho de prevenção, para prender quem estivesse para executar um crime, o difícil era agir respeitando as desigualdades que atravessavam a sociedade. O *todos* da lei subtendia uma

⁸ Relatório do Ministro da Justiça – 1832.

⁹ A distinção é de Ilmar Rohloff de Mattos, op.cit. Capítulo: “Um Império e três mundos”.

¹⁰ Decreto anexo ao “Livro do Corpo de Municipais Permanentes da Corte” – Arquivo Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. (Daqui por diante AG PMERJ).

certa sensibilidade para o reconhecimento, na prática, de uma série de desníveis sociais. Em julho de 1832, ao entrar numa loja na rua do Saco e ver um escravo portando um bastão, o permanente responsável pela patrulha local não pensou duas vezes. Parou o homem e apreendeu-lhe o que, em suas mãos, seguramente se converteria em arma.¹¹ Pouco mais de um ano depois, uma patrulha de permanentes encontrou, entre o povo, no Campo da Honra, Maurício José Lafuente, armado de um par de pistolas e um estoque. O rapaz não foi preso. No momento em que foi abordado pelos permanentes, apresentou uma licença assinada por um dos juízes de paz do Engenho Velho, com data recente. A insegurança era de tal ordem que mesmo o comandante do corpo, o tenente-coronel Lima, ao ser informado por seus homens do ocorrido, preferiu não emitir opinião. Escreveu ao ministro da Justiça, perguntando-lhe como deveria proceder caso seus soldados voltassem a encontrar o rapaz armado. Perguntou inclusive se poderia “mandar apalpá-lo”. Curiosa foi a resposta do ministro. Longe de esclarecer, ela inseriu mais uma variante para ser analisada pelas patrulhas. Mandou que o comandante ficasse atento às licenças falsas, que corriam pela corte.¹² Quem decidia sobre a validade da licença, na rua, diante do suspeito, era o guarda.

Os juízes de paz, com certa frequência, solicitavam que o ministro baixasse instrução ao comandante Luiz Alves de Lima para destacar forças especiais, destinadas a cobrir eventos religiosos e culturais. O diretor da Companhia Cômica do Teatro Público, situado na rua dos Arcos, era um que não dispensava a presença dos guardas permanentes na “conservação da ordem e da tranqüilidade das pessoas que concorrem aos espetáculos”.¹³ A grande dificuldade é que, circulando entre grupos tão distintos, quando os guardas se viam diante de uma situação-crime eram obrigados a se cercar de cuidados para não cometerem um erro e serem insultados publicamente. Por isso, preferiam o serviço nas ruas. Mas, mesmo em locais populares, não estavam livres desses constrangimentos. O guarda Francisco Ribeiro Pessoa, responsável, em março de 1834, por manter a ordem no tumultuado chafariz da Carioca, decidiu encaminhar um requerimento ao ministro da Justiça depois de ter sido insultado e preso no cumprimento de suas funções. Estando de sentinela, o soldado viu quando um homem se aproximou do chafariz, afrontando escravos que, em fila, esperavam ordenadamente a vez de encher suas vasilhas e barris. Por se tratar de uma área vulnerável, de conflito fácil, o guarda

¹¹ Thomas Holloway. *A polícia no Rio de Janeiro*. p.101.

¹² Correspondência do ministro da Justiça com o comandante geral do corpo – 19 out. 1833. AG PMERJ.

¹³ Idem. Correspondência de 7 jul. 1833 – AG PMERJ.

procurou agir com rapidez. Só não podia contar que o dito senhor fosse coronel do Exército. Preso e humilhado, ele representou, por meio do comandante Lima, ao ministro da Justiça. Tudo que obteve do ministro porém foi a sugestão de “fazer com que o suplicante não monte mais guarda ali”.¹⁴

A tarefa mais difícil continuava sendo, porém, disciplinar as guardas. Vários incidentes ocorridos na cidade e que, por vezes, degeneravam em sérios conflitos eram decorrentes do predomínio de um padrão de comportamento social marcado por um baixo nível de controle sobre os impulsos. No dia 29 de julho de 1836, um “espetáculo interessante” atraiu a atenção dos passantes das ruas do centro da cidade. O preso Joaquim José que, por ordem do chefe de polícia, deveria ser conduzido para a cadeia, chegou às cinco horas da tarde na casa de correção, carregando, em suas costas, o soldado permanente Manoel José Rodrigues que “estava como morto, pelo estado de embriaguez em que se achava”. Invertendo os papéis, o preso tirou risadas do povo. A correspondência do ministro da Justiça ao comandante Luiz Alves de Lima menciona ainda um outro episódio, ocorrido no mesmo dia. Conta que um grupo de onze presos encarregado de transportar água para o Calabouço, depois de quebrar as correntes, evadiu-se sem que o guarda que os conduzia percebesse o ocorrido.¹⁵

O tenente-coronel Luiz Alves de Lima, em seu primeiro posto de comando, passava assim por um treinamento intensivo, tendo que lidar com homens que, apesar de pertencerem à sociedade política – eram cidadãos – tinham um comportamento próximo ao atribuído à plebe. A troca de papéis entre o guarda e o preso é um ótimo exemplo dessa proximidade e, por que não dizer, da cumplicidade entre esses mundos. Provavelmente, foi esse tipo de sentimento que levou o outro guarda permanente a “não ver” a fuga dos onze presos acorrentados que conduzia. O tenente-coronel Lima havia sido nomeado para manter a ordem na cidade. O ministro, em seus ofícios, solicitava serviços de policiamento de prisões e fortalezas, a bandos armados e ordenava até o destacamento de guardas para compor diligências contra quilombos.¹⁶ O comandante adquiria, assim, uma grande experiência em lidar com a plebe ou, utilizando uma expressão mais forte, com a escória. O aprendizado mais valioso, entretanto, estava em

¹⁴ Idem. Correspondência de 4 mar. 1834 – AG PMERJ.

¹⁵ Idem. Correspondência de 29 de julho e ago. 1836 – AG PMERJ.

¹⁶ Ver as correspondências de 13 nov. 1833, 19 jan. 1835 e 2 ago. 1836 – AG PMERJ.

reprimir essa “massa assustadora” com homens tão pouco acostumados a regras de convívio social, incapazes de exercer o menor controle sobre seus impulsos.

Ainda que não seja possível acompanhar a forma como o tenente-coronel Lima intervinha nesses casos e o tipo de punição que aplicava a seus subordinados, é importante destacar que, se era rigoroso, isso não implicava o cumprimento cego e rígido das leis. O cotidiano lhe mostrava, a cada momento, a necessidade de interpretar essas leis, de ter certa flexibilidade ao tratar seus subordinados. Afinal, alguns deles, como Francisco Ribeiro Pessoa, o guarda do chafariz da Carioca, foram humilhados por exercer com dedicação a função para a qual haviam sido destinados.

Um caso bastante expressivo dessa flexibilidade se passou em novembro de 1834. Na noite do dia 3, os moradores da rua da Conceição, profundamente ofendidos com a algazarra na casa de Cândida Luiza Joaquina do Amparo, mandaram chamar o inspetor de quarteirão para por fim àquela “pouca vergonha”. O inspetor já podia imaginar o que o aguardava. Não era a primeira vez que estaria com Cândida Luiza. A mulher – conforme relatou – tinha suscitado a indignação geral do quarteirão por sua “vida de execrável prostituição”. Dessa vez, porém, ele não podia fazer muita coisa. Não tinha autoridade para entrar em residências. Assim, limitou-se a ameaçá-la da rua. Foi então que o soldado permanente Manoel Joaquim Coelho, aparecendo na janela da casa, aos berros, começou a insultá-lo. Atacado em sua honra, o inspetor ficou numa situação difícil perante os vizinhos. Para sua sorte, nesse momento, surgiram alguns guardas nacionais. Estes podiam não só entrar na casa, como prender o permanente Manoel Joaquim. Porém, nesse mesmo instante, uma patrulha de permanentes também chegou ao local, antecipou-se aos guardas nacionais e anunciou que eles mesmos efetuariam a prisão, levando o colega para o quartel da rua dos Barbonos. O inspetor, desconfiado, ainda tentou interferir. Mas os permanentes reagiram, sacando suas armas. Os guardas nacionais e o inspetor, então, recuaram e se contentaram em acompanhar a patrulha para se certificar de que não libertariam Manoel Joaquim no caminho.¹⁷

O juiz de paz do distrito em que ocorreu o confronto solicitou ao ministro da Justiça que procedesse contra os permanentes. Do contrário, dizia ele, não seria possível cumprir a lei. O ministro, como era habitual, escreveu ao comandante Luiz Alves de Lima. Este respondeu, com segurança, que o incidente tinha sido “muito exagerado” e

¹⁷ Apud. Thomas Holloway, op.cit. p.137.

que ele, como comandante do corpo, não poderia punir o dito soldado: o rapaz não estava de serviço, não usava uniforme, e moralidade não era assunto de sua alçada. Aproveitou para informar que Manoel Joaquim já tinha se apresentado ao dito juiz de paz para ação judicial. Mas o juiz, em sua queixa, não se referia só ao soldado. Queria a punição da patrulha que sacou armas para proteger um colega que tinha desacatado uma autoridade. Luiz Alves, porém, se recusou categoricamente a punir a patrulha. Segundo ele, não era possível proceder à punição porque os integrantes da patrulha eram acusados de usar pistolas e “não podiam estar de pistolas, por não serem estas as armas com que fazem o serviço de guarnição, e sim espingardas e baionetas”.¹⁸

A relação que o comandante Lima construía com seus subordinados tinha por base uma relação pessoal, de confiança. Esse estreitamento de vínculos era estimulado pelo clima tenso da cidade, marcado por manifestações de hostilidade à Regência. Antes mesmo de Luiz Alves assumir o comando da guarda, uma dupla de permanentes que fazia uma ronda de rotina nas ruas do centro da cidade foi atacada por alunos do Seminário São José. Os rapazes atiravam pedras e, aos berros, chamavam os guardas de “cains” e “escravos de Feijó”.¹⁹ A nomeação de Luiz Alves de Lima – filho do Regente – para o comando dos Permanentes só piorou esses conflitos. Para garantir a ordem, e conseguir se manter no comando da guarda por sete anos, o jovem oficial teve que aprender a circular por esse complexo mapa de diferentes regiões sociais que não só se entrecruzavam como, na época, achavam-se especialmente convulsionadas.

No Maranhão, entre caboclos e negros

Após esse longo “estágio” à frente da Guarda Municipal de Permanentes, em 1839, o tenente-coronel Lima foi nomeado pela Regência para comandar a Divisão Pacificadora do Norte. Era a primeira vez que deixava o Rio de Janeiro comandando sua própria expedição militar, sem estar sob as ordens de um de seus tios.

A Regência, agora, era conservadora, dirigida por Pedro de Araújo Lima. Mas, apesar de pertencer a uma família de liberais, com outro de seus tios – João Manoel de Lima – à frente dos Farrapos, a boa reputação de Luiz Alves parecia ser consensual entre os políticos. Seguiu para São Luís acumulando os cargos de presidente e comandante de

¹⁸ GIF1 – 5B 517, ofício de 22 dez. 1834, Arquivo Nacional (daqui por diante AN).

¹⁹ Thomas Holloway, *op.cit.* p.136.

armas do Maranhão para combater uma rebelião considerada de bárbaros, ainda que tivesse contado, em sua fase inicial, com a participação de proprietários locais.

Os conflitos na província se deram em dois níveis. Um deles envolvia disputas partidárias. Nas eleições de 1836, os bem-te-vis (liberais), há anos no governo, foram derrotados. Suspeitava-se que os cabanos (conservadores), com maioria na Assembléia, haviam influenciado o resultado da votação. O recurso a práticas violentas criou uma tensão extra. O clima piorou com a aprovação, pelo legislativo provincial, em 1838, da *lei dos prefeitos* e da *lei dos guardas nacionais*. Através delas, a administração da província foi totalmente alterada. Em escala decrescente, a nova ordem instituiu, para o governo de cada comarca, um prefeito; para o governo de cada termo, um subprefeito; e, nos distritos, tantos comissários de polícia quanto o prefeito, ouvindo o subprefeito, julgasse necessário. A todos esses funcionários foram atribuídos amplos poderes, subtraídos dos juízes de paz eleitos localmente. O executivo municipal ficava assim sob domínio dos prefeitos e, como esses eram nomeados pelo presidente da província, o sistema eliminava a oposição. Essa capacidade de controle se tornou ainda maior quando os prefeitos passaram a nomear os chefes da Guarda Nacional.²⁰

Outro nível de conflitos envolvia insatisfações sociais, de mestiços e negros escravos. A população de escravos da província nas primeiras décadas do século XIX era grande. Há uma estimativa de que, em 1822, ano da independência, a proporção fosse de dois escravos para um livre.²¹ Centenas deles, fugindo dos maltratos de seus senhores, aquilombavam-se nas matas, de onde saíam para surtidas rápidas e violentas sobre propriedades agrárias. Aos negros, recorria-se com desconfiança para decidir conflitos políticos. Mas os proprietários não tinham o mesmo cuidado com os mestiços. Vaqueiros, barqueiros e trabalhadores domésticos, o grupo formava o contingente em armas dos conflitos da província. Sua participação nas lutas garantiu o êxito da causa da independência na região. Alguns dos líderes balaios, espalhados pelo Maranhão em 1839, foram heróis em 1822. Domingos da Silva, o Matroá, era um deles.

O episódio que deu origem à balaiada misturava esses dois mundos. Ou, se o leitor preferir, cruzava esses dois níveis de conflito. Mas não vou me deter aqui sobre ele, nem sobre as negociações iniciais de Luiz Alves de Lima, entabuladas com a elite local.

²⁰ Sobre o tema, ver: Arthur César Ferreira Reis, “O Grão-Pará e o Maranhão”. p.158 e Maria Januária Vilela dos Santos. *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. p.74.

²¹ Maria Januária Vilela dos Santos. *Op.cit.* p.20.

Até porque estas foram fáceis. O recém-promovido coronel Lima, ao chegar ao Maranhão, em função da falência econômica da província e da generalização da violência, já encontrou uma elite disposta a unir-se contra aqueles que agora via como um inimigo comum: os mestiços e negros aquilombados.

Os negros – na opinião do coronel Lima – não respondiam por suas ações. Logo, com eles, não havia negociação possível. O grande alvo de suas estratégias foram os mestiços. Depois de passar dois meses – entre fevereiro e março de 1840 – na capital, trabalhando para consolidar, através de benfeitorias, sua aliança com os proprietários, Luiz Alves decidiu interiorizar a campanha e iniciar os combates. Mas logo descobriu que a tarefa não seria simples. Sentindo o peso da artilharia oficial, os rebeldes se embrenhavam nas matas, armavam emboscadas e, para evitar o confronto com as tropas, faziam guerra de movimento. Tão logo percebiam que tinham despistado as forças do governo, reapareciam, em rápidas surtidas, para atacar as fazendas.²²

Luiz Alves decidiu, assim, intensificar a ofensiva. Até julho, atacou os rebeldes sem tréguas, fazendo prisioneiros, mortos e apreendendo de cavalos e armas. Em maio, após um dia inteiro de combates, uma força legal conseguiu prender o chefe Aleixo Gomes Balaio, que, por conta dos ferimentos sofridos, morreu logo em seguida.²³ Nada disso, porém, animava o coronel Lima. A primeira quinzena de julho terminava sem avanços expressivos e, abatido, ele escrevia ao ministro: “notícias favoráveis têm se espalhado sem fundamento, porque o número de rebeldes não tem diminuído”.

Reconhecendo essas dificuldades e seus limites para desbaratar a rebelião com o uso exclusivo de armas, o coronel Lima decidiu lançar mão de outras estratégias. Como informou em ofícios ao então ministro da Guerra, o general Salvador José Maciel, começaria a trabalhar para aliciar os chefes rebeldes e indispô-los com os negros.²⁴

Sem depor armas, o coronel Luiz Alves começou a negociar separadamente, com cada um dos líderes rebeldes, a rendição. Mas, seja pela falta de habilidade dos mensageiros, seja pelas condições impostas pelos rebeldes, as primeiras tentativas de negociação foram fracassadas. E, nesse momento, Luiz Alves contou com a sorte.

²² Ofício de 28 abr. 1841, ao ministro da Guerra. Mas seguramente há um erro na data. Em abril de 1841, a guerra tinha acabado. O ofício é de 1840. Códice 927, vol. 1 – AN.

²³ Ver ofícios de 8 ago. e 1º jun. 1840, ao ministro da guerra. Códice 927, volume 1 – AN.

²⁴ Ofícios de 1º jun. e 21 jul. 1840, ao ministro da guerra. Códice 927, volume 1 – AN.

Enquanto seguia com suas dificuldades nas matas do Maranhão, na corte do Rio de Janeiro um golpe político antecipava a maioria de d. Pedro. A notícia só chegou ao coronel no dia 23 de agosto, um mês depois do golpe. Ele tinha acabado de voltar da vila de Pau-Deitado, onde acompanhava o trabalho de seus homens, quando o correio o encontrou. Imediatamente deu início aos festejos e, partir daí, tudo mudou.²⁵

A “nova época” não se abria só para a elite. Seus ecos chegavam aos rebeldes. A publicação do decreto imperial ajudava a divulgar a maioria do imperador. No dia 26 de setembro, um ofício assinado por sete “comandantes bentevis” foi enviado ao tenente-coronel Henriques. Alguns dias depois, Luiz Alves enviou esse mesmo ofício ao ministro da Guerra. Chamava sua atenção para a “linguagem indigna e incorreta” do documento.²⁶ Essa era, para ele, uma oportunidade de mostrar ao ministro, tão distante daquele mundo, com que tipo de gente estava lidando, e, com isso, sensibilizá-lo para as dificuldades que enfrentava ao tentar um diálogo com esses chefes. Por isso também, nas citações abaixo, mantereí a ortografia original dos documentos.

Esses chefes se mostravam confusos com a maioria. Tinham visto – afirmavam eles – “V. Sas. darem vivas ao Noço Imperador Perpetuo o Sr. d. Pedro 2º” e, através de documentos roubados da mala do correio de Caxias, também já sabiam que o “Noço Imperador perpetuo Sr. d. Pedro 2º já tinha subido a seo trono e que estava de poce da sua Croua”. A compreensão que tinham da política local era muito simples. Acreditavam que, de um lado, estavam eles: “que trabalhavão em defencio da Croua do Noço Imperador Perpetuo o Sr. d. Pedro 2º”. Do outro, os cabanos: “trabalhando em defesa das leis dos prefeitos e subrepfeito e Comiçario”.

Pronto, estava feita a confusão. Como podiam entender agora as comemorações oficiais? Se o governo era favorável ao imperador, não havia mais motivo político para a guerra: “estavão V. Sas. já no noço partido”. Mas por que os ataques prosseguiam? Só havia uma resposta possível para eles: não se tratava mais de “guerra sobre partido público” e sim de vingança contra os caboclos. Ofendidos, reagiam: “entre hestes cabouclos tem muitos que são homens de prohibidade e que conhecem o direito e que trabalham pelas leis e que não são corjas de ladroens”.²⁷

²⁵ Ofícios de 31 agosto de 1840, ao ministro do Império e 1º setembro de 1840, ao da guerra. Códice 927, volume 1 – AN.

²⁶ Ofício de 1º set. 1840. Códice 927, volume 1 – AN.

²⁷ Ofício de 26 set. 1840. Apud. Maria Raimunda Araújo, *Documentos para a história da Balaiada*.

A simplicidade das idéias e a grafia do documento mostram com precisão os desníveis sociais da região e, por conseguinte, as dificuldades enfrentadas por Luiz Alves para percorrer “mundos” tão diferentes, com a tarefa de alinhar uma unidade. Em situações como esta é que a experiência do coronel na Guarda de Permanentes deve ter sido útil. Sabia como cruzar essas fronteiras. Esse discurso dos “chefes bentevis” atendia com perfeição aos interesses do governo. A partir de então, os comandantes das forças legais passaram a lembrar, em quase todos os ofícios que trocavam com os rebeldes, “que não há mais partidos: não há cabanos, nem bentevis”.²⁸ A maioria era convertida, assim, em mais um meio de impulsionar as negociações já iniciadas.

Os rebeldes desconfiavam. Ao mesmo tempo que comunicações oficiais circulavam apelando para uma imagem paternal do imperador, preocupado em estabelecer a concórdia entre irmãos, forças legais continuavam batendo os rebeldes nas matas, rios e vilarejos. É para essa contradição que os sete “comandantes bentevis” apontavam: a guerra prosseguia. Equacionaram a questão recorrendo ao tradicional preconceito contra os mestiços. Ou seja, não acreditavam nas propostas de deposição de armas, nem nas promessas de perdão. Não porque desconfiassem do imperador, que estava acima de qualquer suspeita. Desconfiavam daqueles que falavam em seu nome no Maranhão. Outro ofício, assinado por mais quatro “comandantes bentevis”, de 15 de outubro, exigia o “decreto de perdão”. Eles são claros. Assim como lhes foi apresentado um “decreto do Rio de Janeiro”, provando que “noço Imperador estava apoçado”, queriam ver o decreto que lhes concedia perdão: “não podemos dar credito sem não vermos por decretos de Sua Majestade Imperador Perpetuo Sr. d. Pedro 2^o”.

Essa história dos decretos é bem curiosa. Esses homens exigem os documentos porque, segundo afirmam, entraram nessa luta e defendiam desde o princípio a “Croua do Noço Imperador” por terem sido convocados através de “huma proclamação tirada pelos decretos vindos da corte do Rio de Janeiro a fim de botarmos as leis dos prefeitos e subprefeitos e cumiçarios abaxo ficando somente em vigor as leis as provinciais”.²⁹ Seguramente, o decreto era falso. Mas ajuda a pensar como o partido bem-te-vi pode ter jogado com a opinião dos mestiços e tê-los incitado a combater os cabanos.

Para Luiz Alves, o pedido não era, em si, um problema. Ele possuía o decreto de anistia, não estava blefando. O documento tinha sido assinado pelo imperador no dia 22

²⁸ Comunicação do comandante da 2ª coluna, de 21 nov. 1840. Apud. Maria Raimunda Araújo, op.cit.

²⁹ Ofício de 15 de out. 1840. Apud. Maria Raimunda Araújo, op.cit.

de agosto e, no mesmo dia, uma cópia foi enviada ao Maranhão. Dessa forma, o coronel Lima já devia tê-lo em mãos desde fins de setembro. Se não publicava o decreto, formalizando a anistia, era por temer seus efeitos na província. Escreveu ao ministro da Justiça, prometendo dar “o desenvolvimento à ordem nele contida”. Mas, antes de torná-lo público, pedia que o esclarecesse “a respeito dos rebeldes que juntam, ao crime de rebelião, o de frios assassinatos cometidos em pessoas indefesas de todos os sexos e idades, e de roubos e de incêndios sem que razão alguma os possa justificar”.³⁰ Temia que a anistia tivesse efeito contrário, dividindo o apoio da “classe proprietária” e arrastando-a mais uma vez para o conflito. Ele realmente agia sobre um limite tênue, atravessando fronteiras delicadas. Daí a contradição. Negociava perdão com os rebeldes, mas não podia sustar os ataques sem publicar o decreto do imperador.

Tudo isso empurrava Luiz Alves para uma situação ainda mais delicada. Conceder anistia aos chefes rebeldes sem dúvida iria provocar uma forte reação em boa parte da elite. A essa altura, até entre os liberais. Grande parte desses homens desejava vingar suas perdas, materiais e humanas. Os rebeldes continuavam resistindo. Nisso, a anistia podia ser bastante eficaz, pondo fim às perseguições. Mas ela também podia ser – na avaliação de Luiz Alves – “perniciosa”, caso fosse entendida como “indício de fraqueza do governo imperial”. Havia ainda seus próprios sentimentos. Discordava da medida, mas não estava disposto a discutir as ordens do Rio de Janeiro.³¹ Tentou adiar a publicação do decreto. Por isso, negociava com base em promessas. Levou pelo menos mais um mês agindo desse modo. Só em novembro decidiu pela publicação. Mesmo assim, antes de fazê-lo, se cercou de cuidados. Temia principalmente a reação dos habitantes de Caxias. Os maiores atentados, em sua opinião, tinham acontecido naquela cidade. Além disso, próximo a ela, ameaçando-a cotidianamente, havia ainda um grupo de 900 rebeldes sob o comando dos chefes Pio e Tempestade. “Receando que o decreto fosse mal recebido”, o coronel Lima optou por ir pessoalmente a Caxias, se fazendo “portador” da notícia, na esperança de conseguir acalmar os ânimos mais exaltados. Novamente apostava na força de sua presença. Chegando lá, após conferenciar com alguns habitantes, mandou três forças legais sitiarem os rebeldes que ameaçavam a cidade, impedindo qualquer reação. Mas não os atacou: iniciou as negociações.

³⁰ Ofício de 22 out. 1840. Códice 927, vol. 1 – AN. O texto da anistia foi reproduzido por Astolfo Serra, *Caxias e o seu governo civil na província do Maranhão*. p. 127-127.

³¹ Sobre a anistia, ofício de 29 fev, ao ministro da Justiça. Sua solidariedade com a dor das vítimas está em um ofício de 3 dez., ao ministro do Império. Ambos, de 1840. Códice 927, vol. 1 – AN.

Avisou que se o grupo se rendesse, “sem disparar um só tiro”, seriam todos perdoados. Tudo transcorreu com tranqüilidade. Os rebeldes apenas pediram 20 dias para “juntarem os dispersos”. Como o decreto de anistia concedia um prazo de até 60 dias para se apresentarem, o coronel Luiz Alves não tinha como recusar a solicitação. Por precaução, “plantou” no local dois batalhões para observar o grupo. Tão logo soube que o obedeciam, permanecendo em ordem no local à espera “de sua gente”, o coronel voltou às negociações, recuperando as estratégias dos meses anteriores. Ordenou que “fossem bater um grupo de negros escravos capitaneados (...) por Cosme Bento das Chagas”, o negro Cosme. Estava convencido de que “excitar o ódio entre os escravos e essa gente” evitava “futuras insurreições”. Cada qual devia reconhecer seu lugar, mestiços eram diferentes de negros. O sucesso da ação satisfez Luiz Alves.³²

Cada um desses passos, no entanto, sempre gerava novos pontos de conflito. Os grupos menores recebiam com vivas a notícia da anistia. Um correio, encarregado pelo comandante Ernesto Emiliano de Medeiros, major das forças legais, de levar a notícia a um desses grupos, contou que a exultação foi geral. Eles festejavam com “salvas de alegria”, garantiu o correio. Mas, em seguida, na resposta que enviavam ao major, mostravam-se fiéis ao chefe Raimundo Gomes. Vinculavam sua apresentação a uma autorização do líder rebelde. Assim, era preciso intensificar as negociações. Os grupos mais ligados ao ex-rebelde Francisco Pedrosa dispensavam consultas a Raimundo Gomes e se apresentavam com rapidez. Mas, é importante não esquecer, havia outros chefes. A questão, então, era buscar contato direto com eles. Essa foi, ao menos, a conclusão tirada pelo major Emiliano de Medeiros que, em ofício ao coronel Luiz Alves, se comprometia a “ir pessoalmente falar com os chefes Pio e Tempestade”.³³

Em dezembro, vários chefes rebeldes se apresentaram, e os que não o fizeram estavam mortos. “Só faltava o sempre fugitivo Raimundo Gomes”, escreveu Luiz Alves em ofício ao ministro da Guerra. Dependendo de sua prisão para dar por pacificada a província, o coronel decidiu então organizar um “forte destacamento” para fazer uma ampla busca na região de Miritiba, em cujas matas, segundo se dizia, o chefe rebelde estava escondido com seus homens. A ordem era para bater todo e qualquer “salteador” que se recusasse a depor armas, sendo ele reconhecido ou não como integrante do grupo

³² Ofícios de 1º de dezembro, ao ministro da Guerra, e do dia 3 de dezembro, ao ministro da Justiça. Códice 927, vol. 1 – AN.

³³ Ofício de 18 nov. 1840. Apud. Maria Raimunda Araújo, op.cit.

procurado. Cercado e vitimado pela fome, no dia 7 de janeiro, Raimundo Gomes mandou um de seus homens se apresentar e, através dele, enviou um “papel, pedindo ser perdoado”. Como o decreto “não excetuava pessoa alguma envolvida na revolta”, Luiz Alves mandou “dizer que sem susto podia se apresentar”, definindo, no seu caso, um prazo: ele tinha até o dia 20 de janeiro para depor as armas.³⁴ Exatamente no dia em que o prazo expirava, Antônio Carvalho, major comandante do acampamento de Miritiba, noticiava ao coronel Lima que 364 rebeldes o tinham procurado para se apresentar. Na maioria, homens das tropas de Raimundo Gomes. Noticiava também que, no dia seguinte, dia 21, embarcaria todos eles, e a família do chefe rebelde, para o “sul”. O recurso de banir da província alguns rebeldes estava previsto no decreto de anistia. Cabia ao governo provincial decidir sobre a conveniência de manter certos “criminosos”, sobretudo os envolvidos em “crimes políticos”, na região.³⁵

Embarcar a família de Raimundo Gomes para uma província do “sul” era parte do esforço de fazê-lo se apresentar. Luiz Alves entendeu essa última recusa do chefe rebelde, seguida do “papel”, como um recado: “ele não se entregaria a outro senão a mim”. Seguiu assim para Miritiba. Lá chegando, mandou “por uma escolta dizer que viesse sem susto que nenhum mal se lhe faria e, no caso contrário, que não lhe daria muito tempo de vida”. Só então, após tantos esforços e recorrendo mais uma vez à força de sua presença, conseguiu finalmente “arrancar daquelas matas o chefe dos sediciosos”. Depois dele, mais 700 homens se apresentaram. A guerra estava acabada.

Luiz Alves de Lima entregou a administração do Maranhão a seu sucessor no mês de maio de 1841 e, no dia 30 de junho, embarcava de volta à corte. Havia prendido Raimundo Gomes em janeiro e, depois de anistiá-lo, o embarcou para São Paulo, onde este encontraria a família. Durante a viagem, no entanto, o líder rebelde morreu. Em função da posição de Luiz Alves contrária à anistia dos líderes do movimento, pairam dúvidas sobre as circunstâncias da morte de Raimundo Gomes. Já a prisão do líder negro Cosme Bento das Chagas foi anunciada em ofício de 28 de fevereiro. Mais de um ano depois, em abril de 1842, foi levado a júri e sentenciado com a pena capital.

³⁴ Ofício de 9 jan. 1841, ao ministro da Guerra. Códice 927, volume 1 – AN.

³⁵ Ofício de 20 jan. 1841. Maria Raimunda Araújo, op.cit. O decreto está em Astolfo Serra, op.cit. p.126.

Hierarquia, desigualdade e mediação

Quando o negro Cosme foi executado, em 10 de setembro de 1842, Luís Alves de Lima já se encontrava longe, combatendo rebeldes de outra estirpe – os liberais de São Paulo e Minas Gerais. O oficial também já tinha completado sua metamorfose social. Ao chegar à corte, em retribuição aos serviços prestados no Maranhão, foi promovido a brigadeiro, primeira patente do generalato, e transformado em nobre com o título de barão. Ao contrário do que afirmam os biógrafos, a nobreza de Luís Alves não provinha de tempos imemoriais: ele foi o primeiro Lima a tornar-se nobre. D. Pedro II deixou à sua escolha o nome com o qual seria admitido na nobreza e ele escolheu Caxias – cidade centro da resistência dos balaios e, desse modo, símbolo da rebelião subjugada.

É consenso entre os especialistas que o Brasil oitocentista guardava fortes traços de seu passado colonial, sendo o principal deles um complexo sistema de hierarquias sociais fundado na escravidão. Em termos analíticos, essa percepção, que a pesquisa empírica transformou em constatação, produziu interpretações marcadas por dualismos rígidos e inflexíveis. Para entender a história do Brasil, era preciso pensá-la a partir de “grandes divisores”: senhores e escravos, brancos e negros, metrópole e colônia, centro e periferia, opressores e oprimidos. Para além das formas reais e concretas, realmente existentes nesses pares analíticos, permanece o desafio de refletir sobre a capacidade de sobrevivência – e atualização – dessas hierarquias sociais. Acredito que ela se deve menos a uma guarda rigorosa de suas fronteiras, por meio de atos de violência, que à fluidez e permeabilidade dos relacionamentos pessoais, do comércio e da sociedade.³⁶

Nesse ponto, vale um exemplo. Um traço considerado típico dos exércitos de Antigo Regime é o corte que divide sua hierarquia a partir de valores mais gerais da sociedade: a nobreza detinha as altas patentes do Exército e a tropa era recrutada entre os setores populares mais desprotegidos.³⁷ De fato, até pelo menos meados do século XIX, as desigualdades da sociedade definiam a estrutura hierárquica do Exército. O problema é que esse dualismo, que destaca os pontos extremos da hierarquia militar, nos impede de pensar o encontro daqueles que ocupam posições hierárquicas distintas a não ser por meio do uso da força. Uma história bastante difundida na bibliografia especializada conta que o conde de Lippe – um oficial da moderna “escola prussiana” – logo que chegou a Portugal,

³⁶ A idéia de “grandes divisores” analíticos é de Luiz Fernando Dias Duarte. In: Gilberto Velho e Karina Kuschnir. Op. Cit. p.129. Para a crítica dos dualismos na historiografia sobre período colonial, um livro chave é João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho, Maria de Fátima Gouvêa. *O Antigo Regime nos Trópicos*.

³⁷ Duas referências são: Samuel Huntington, *O soldado e o Estado* e Alfred Vagts, *History of militarism*.

após ser contratado pelo marquês de Pombal, foi convidado pelo general e conde dos Arcos para um jantar em sua casa. Sentando-se à mesa, Lippe ficou surpreso ao ver que um capitão do regimento de cavalaria lhe serviria. Indignado, levantou-se e fez o oficial se sentar entre ele e o conde.³⁸

A história é geralmente reproduzida para destacar os valores modernos que orientavam a conduta disciplinadora do conde de Lippe e, com isso, ela acaba deixando ao capitão apenas o lugar de vítima do conde dos Arcos. É importante perceber que o capitão também poderia se beneficiar dessa posição. A intervenção do general e conde dos Arcos em outras ocasiões, para retribuir essa “fidelidade”, poderia render ao oficial pequenos privilégios no Exército ou em outras instituições onde tivesse influência. Ou seja, a subordinação também conhecia caminhos suaves, mediados pela cordialidade.

O que é preciso destacar, portanto, são os níveis intermediários de todo sistema hierárquico, com seus graus variados de dominação. Eles podem ser formalizados, como no caso do Exército, ou criados por tradições costumeiras.³⁹ O fato é que esses níveis nos permitem reinserir, na análise das sociedades tradicionais, categorias como negociação e ascensão social. Eles também são fundamentais para compreender a ação e as estratégias dos mediadores nestas sociedades. Luís Alves de Lima, por exemplo, desde seu primeiro posto de comando na guarda de Permanentes, adotou a estratégia de promover e levar, para outras campanhas, os soldados e oficiais que lhe tinham sido mais fiéis. Agostinho Maria Piquet, depois que serviu como alferes sob as ordens do tenente-coronel Lima entre os Permanentes, tornou-se seu ajudantes-de-ordens e o seguiu em todas as campanhas posteriores, em São Paulo, Minas e no Rio Grande do Sul. O mesmo aconteceu com o capitão Ricardo Leão Sabino, que o serviu no Maranhão. A cada nova campanha, esses oficiais eram promovidos e ascendiam formalmente na hierarquia do Exército imperial.⁴⁰

Definido esse espaço de interação entre regiões sociais distintas, vale recuperar agora um componente chave na distinção entre “sociedades modernas” e “tradicionais” – a *desigualdade naturalizada*, no caso do Brasil, fundada na escravidão. Se as metrópoles

³⁸ Fernando Pereira Marques, *Exército e sociedade em Portugal*.p. 39.

³⁹ A idéia de tradição costumeira tem sido muito trabalhada por João Fragoso. Além do livro já citado, ver: João Fragoso. *A nobreza da República*. Para uma discussão no âmbito do direito: António Manuel de Hespanha. *Cultura jurídica europeia*, e António Manuel de Hespanha, Ângela Barreto Xavier. *A representação da sociedade e do poder*. In: Manuel de Hespanha. *História de Portugal*. v.4.

⁴⁰ Um ótimo exemplo de como a inserção em redes clientelares poderia levar a uma ascensão social é próprio esforço realizado pelo avô de Luiz Alves de Lima para se enraizar socialmente no Rio de Janeiro na virada do século XVIII para o XIX. Ver: Souza, Adriana Barreto de. Duque de Caxias. Capítulo 1.

do século XX são heterogêneas, atravessadas por múltiplos mundos sociais dotados de fronteiras flexíveis, em constante e acelerado movimento, o Brasil de início do século XIX é hierarquizado. Ou seja, apesar dos avanços liberais (ou talvez mesmo em função deles), persistia a idéia de que a sociedade era naturalmente ordenada, e que a cada órgão competia uma função específica cuja importância para a subsistência do todo variava. A partir deste princípio – cuja referência era o bom funcionamento da sociedade – é que se definiam as dignidades e qualidades das coisas e, por extensão, das pessoas. Qualidades que não só descreviam as relações sociais em que as pessoas estavam integradas, como expressavam atributos inscritos na sua essência. As pessoas não eram apenas diferentes. Eram também mais ou menos dignas, em função de seu papel social, ou da dignidade do ofício que lhes competia. O modelo intelectual do “indivíduo abstrato e igual”, que iria presidir o debate político a partir de fins do século XIX, tinha uso ainda limitado.⁴¹

É a partir dessa naturalização das diferenças, capaz de ordenar as pessoas na sociedade segundo critérios considerados inscritos em sua essência que, acredito, o tipo social do mediador ganha importância no Brasil da primeira metade do XIX. Afinal, em sociedades hierarquizadas, ao contrário do que ocorre nas metrópoles modernas, o trânsito e a atuação de pessoas em mundos sociais distintos não só é pouco provável, como, pelo menos teoricamente, é antinatural, constituindo-se em ameaça à “boa ordem”.

O mediador é, portanto, um tipo social mais raro. E, pelas mesmas razões, uma peça chave quando disputas políticas degeneram em conflitos e desorganizam essas sociedades, principalmente se estes questionam o próprio sistema de hierarquias sociais. Cabe ao mediador, nesses casos, realinhar as fronteiras sociais em meio aos conflitos. Tarefa tão mais difícil quando se trata de conflitos armados.

Para finalizar, vale recuperar Carlo Ginzburg e ressaltar um último ponto: se os mediadores funcionam como uma espécie de filtro entre mundos sociais distintos, não há mediador neutro.⁴² Luís Alves exerceu o papel de mediador, mas, sem dúvida, de uma mediação conservadora, que tinha como objetivo central restaurar as fronteiras sociais de um sistema ameaçado pelas sucessivas revoltas rebentadas na corte e nas províncias. Se houve fundadores intelectuais do Império do Brasil, que elaboraram, discutiram e lutaram no parlamento para defender seus ideais, houve também homens de ação, dispostos a saírem da corte, apoiados em armas, para trabalharem por esses projetos nas províncias

⁴¹ António Manuel de Hespanha. *Cultura jurídica europeia*. p. 83.

⁴² Carlo Ginzburg. *A Micro-História e outros ensaios*. p. 131.

rebeladas. Luís Alves de Lima foi um desses homens. O que o diferenciou de outros tantos militares não foi o uso desmedido da força, ou o fato de ser um oficial disciplinado, um fiel cumpridor de ordens. Ao contrário, o que o distinguiu e, desse modo, lhe permitiu chegar ao topo da carreira militar e da nobiliarquia brasileira foi a habilidade para circular por mundos tão desiguais e negociar – de forma assimétrica, é claro – um projeto específico, o projeto político conservador.

Referências bibliográficas

- ALENCAR, José de. *O Marquês de Caxias*. RJ: Typographia de J. Villeneuve, 1867.
- ARAÚJO, Maria Raimunda. *Documentos para a história da Balaiada*. São Luís, FUNCMA, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.
- COSTA, Fernando Dores. Milícia e sociedade. In: BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano. *História Militar de Portugal*. Volume II. Lisboa, Círculo dos Leitores, 2004.
- COSTA, Fernando Marques da. (org.) *Do Antigo Regime ao Liberalismo (1750-1850)*. Lisboa, Documento Histórico, 1989.
- FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). In: *Topoi*. RJ, v. 1, n. 1, p. 45-123, 2000.
- GINZBURG, Carlo. Os pombos abriram os olhos: conspiração popular na Itália do século XVII. In: *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa/ Rio de Janeiro, Difel/ Bertrand, 1989.
- HEPANHA, António Manuel de. *Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio*. Portugal, Publicações Europa-América, 2003.
- HESPANHA, António Manuel, XAVIER, Ângela Barreto. As redes Clientelares. In: HESPANHA, António Manuel (org.). *História de Portugal. O Antigo Regime*. V.4. Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1996.
- LIMA, Patrício Augusto da Câmara. *Reflexões sobre o Generalato do Conde de Caxias*. Porto Alegre: Imprensa Isidoro José Lopes, 1846.

- LORIGA, Sabina. *Soldats, un laboratoire disciplinaire: l'armée piémontaise au XVIIIe siècle*. Paris, Mentha, 1991.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo, Hucitec, 1990.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. RJ, vol 2, n.3: 3-15,1989.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. “O Grão-Pará e o Maranhão”. In: *HGCB*. São Paulo, Difel, 1978.
- SANTOS, Maria Januária Vilela. *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo, Ed. Ática, 1983.
- SERRA, Astolfo. *Caxias e o seu governo civil na província do Maranhão*. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1943.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias, o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
- _____. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. RJ, Arquivo Nacional, 1999.
- _____. A Serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik. (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/ Bom texto, 2004.
- VAGTS, Alfred. *History of militarism*. New York, The Free Press, 1959.
- VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (orgs.). *Mediação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2001.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.

A Marinha e o fim da monarquia:

notas de pesquisa

José Miguel Arias Neto¹

Resumo:

Pretende-se, neste texto, problematizar a emergência da República no Brasil e, mais especificamente para o envolvimento da oficialidade naval neste processo, uma vez que a historiografia brasileira se conformou tranquilamente com a imagem de uma Marinha monarquista projetada retrospectivamente pela memória florianista sobre a Revolta da Armada de 1893. A partir de um conjunto de correspondências trocadas entre oficiais liberais durante a guerra com o Paraguai, procurar-se-á verificar a formação de uma identidade militar que orientou determinada leitura do real e engendrou a participação de parte do oficialato naval na implantação da República. Estes indícios permitem apontar a necessidade de novos estudos sobre a problemática da participação dos oficiais de Marinha na construção da República Brasileira

Palavras-chave: Marinha brasileira; Marinha e crise da monarquia; Marinha e proclamação da república

Abstract:

It is intended, in this paper, to question the emergence of the Republic in Brazil and, more specifically, for the involvement of naval officers in this case, since the Brazilian historiography quietly conformed itself to the image of a monarchist Navy retrospectively designed by the florianist memory about Revolt of the Armada at 1893. From a set of letters exchanged between liberal officers during the war with Paraguay, will seek to verify the formation of a military identity that guided determined reading of the real and engendered the participation of the part of officers in the naval establishment of the Republic. These clues may point out the need for further research into the issue of participation of naval officers in the construction of the Brazilian Republic.

Keywords: *Brazilian Navy, Navy and crisis of the monarchy, Navy and proclamation of the republic.*

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (PR). Pesquisador associado ao LEI-Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, USP e ao NEE- Núcleo de Estudos Estratégicos, UNICAMP.

A catástrofe da Segunda Guerra e do Holocausto provocou uma crise na cultura europeia, o fim do século XIX e de uma historiografia fundada na narrativa da história da nação². Os historiadores que fundaram a *École des Annales* se inserem, portanto, no movimento de criação de um novo paradigma das Ciências Humanas fundado na compreensão e na explicação dos fenômenos sociais. Se por um lado ocorreu um repúdio da chamada “história política” identificada à própria história e ao nacionalismo, por outro, o debate multi e até interdisciplinar no âmbito das ciências humanas contribuiu para a transformação da história e esta mudança atingiu também o campo de estudos dos fenômenos políticos.

Neste processo se insere a renovação dos estudos históricos sobre os militares no Brasil. As intervenções militares e a recente redemocratização do país levaram cientistas políticos e historiadores a questionarem a participação das Forças Armadas na política. As investigações, contudo, se estendem atualmente não apenas a outros momentos da história do Brasil, como a outros temas, o que alargou o campo da pesquisa³. Passou-se, também, a tentar compreender os elos profundos das conexões entre Forças Armadas e sociedade. Neste sentido, as intervenções militares na política devem ser vistas como fenômeno manifesto de articulações mais permanentes na história.

Este texto pretende contribuir para a compreensão da emergência da República no Brasil e, mais especificamente para apresentar o problema do envolvimento da oficialidade naval neste processo, uma vez que a historiografia brasileira se conformou tranquilamente com a imagem de uma Marinha monarquista, imagem esta que foi projetada retrospectivamente pela memória florianista sobre a Revolta da Armada de 1893⁴. A partir de um conjunto de correspondências trocadas entre oficiais liberais durante a guerra da Tríplice Aliança – Argentina, Brasil e Uruguai – contra o Paraguai (1865-1870), procurar-se-á verificar a formação de uma identidade militar que orientou determinada leitura do real e parece ter engendrado a participação de parte do oficialato naval na implantação da República. Este texto não pretende apresentar uma conclusão

² MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

³ CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

⁴ ARIAS NETO, José Miguel. A revolta da Armada de 1893: um fato construído. In JANOTTI, Maria de Lourdes M., PRADO, Maria Lígia C., OLIVEIRA, Cecilia Helena de S. (Orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo : Alameda, 2006, p. 133-177.

sobre a questão; ao contrário, apontará alguns indícios que possam contribuir para a construção desta problemática na historiografia.

O caminho da reforma

Através de algumas cartas de um grupo de oficiais de Marinha - todos liberais - pode-se ter uma idéia de como começaram a ser construídas, durante a guerra com o Paraguai, determinadas categorias de pensamento que serviram para analisar e designar a vida militar, classificar as insatisfações e, finalmente, engendrar determinada ação política.

As cartas foram endereçadas a Arthur Silveira da Mota⁵ pelo pai, amigos e companheiros, jovens oficiais da Armada e do Exército durante a guerra com o Paraguai. No início do conflito, Mota ocupava uma posição privilegiada, servindo como secretário e ajudante de ordens do vice-almirante Joaquim Marques Lisboa, visconde de Tamandaré e comandante em chefe das forças navais brasileiras em operações no rio da Prata. Em outubro de 1866, no momento em que o marechal Luís Alves de Lima e Silva, então marquês de Caxias, foi nomeado comandante das forças brasileiras, Tamandaré foi substituído no comando da esquadra pelo almirante Joaquim José Inácio, visconde de Inhaúma. Nesta ocasião, Mota foi transferido para a esquadra em operações, na qual serviria até 1869.

Constata-se de imediato, na leitura das cartas, que, devido às expectativas de uma guerra rápida, a lentidão das operações militares passou a exasperar a todos na esquadra e tornou-se um mal-estar que foi se acentuando com o passar do tempo. A opinião pública, através da imprensa, o Parlamento e o próprio imperador, muito contribuíram para aumentar esta exasperação, na medida em que exigiam resultados visíveis e imediatos, ou seja, uma vitória rápida. Os oficiais inquietavam-se, pois se deparavam com toda a sorte de adversidades: desde as doenças que começavam a dizimar as guarnições até os problemas logísticos de abastecimento da esquadra. O capitão-tenente Joaquim José Pinto, escrevia a 9 de junho de 1865, de bordo do vapor Jequitinhonha:

⁵ O total da correspondência lida compõe-se de, aproximadamente, 250 cartas, recados e bilhetes que foram publicados na obra do barão de Jaceguay, *De Aspirante a almirante: minha fé de ofício documentada*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985, (2 v.).

A epidemia de bexiga, diarreia, icterícias, etc. tem grassado por cá, já temos muitos no hospital, digo cemitério, em frente aos navios; e aí creio irem alguns que se por cá ficassem lá cairiam. (...) Pelo que vejo, breve teremos de morrer de fome por falta de providência dos fornecedores, pois a respeito do carvão não falo que por cá é ouro – e não se encontra.⁶

A batalha do Riachuelo, vencida pelas tropas aliadas em 11 de junho de 1865, trouxe, por um lado, certo alento contra estes infortúnios, mas, por outro, criou novos e bastante graves. Naturalmente, foram concedidas promoções, condecorações e pensões aos oficiais. Alguns daqueles que se sentiram preteridos passavam a alimentar um grande ressentimento em relação aos chefes, ao governo, à imprensa, bem como a alguns colegas, que aproveitavam estas ocasiões para tentar se destacar frente aos demais. Elisiário Barbosa participou da batalha no comando da Mearim e, mesmo tendo sido promovido a capitão-tenente com uma pensão, escrevia a 26 de agosto:

Não esperava que o chefe Barroso tivesse uma censura para meu procedimento no dia 11 de junho e fiquei tristíssimo mais por isso do que pela notícia que corre, de que seria preterido pelo Abreu, se bem que seria bem cruel que, depois de nove anos de primeiro-tenente, e quase vinte de serviço, tendo três campanhas e seis combates, tal me aconteça. Que idéia ficarão fazendo de mim os meus amigos.⁷

Esta carta apresenta alguns aspectos que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, foi se impondo ao longo das campanhas um conjunto de valores que deveriam constituir, na visão de alguns oficiais, os critérios de promoção e de valorização dos militares: as virtudes guerreiras. O tempo de serviço é um componente secundário, é somente o tempo de preparação para um fim: a luta, a batalha. O mérito, portanto, e não a antiguidade, ou não apenas uma antiguidade sem conteúdo, deveria se constituir como critério de promoção. Estes valores se chocam frontalmente com o favoritismo dos próprios chefes militares e dos políticos civis, dando origem às suscetibilidades que se acentuavam a cada irritante promoção tida como injusta, como violação de um direito conquistado no front, cuja legitimidade seria inquestionável.

Os problemas referentes às promoções dos oficiais ganharam ampla dimensão política, pois começaram a afetar a estrutura hierárquica da Armada. Em seu relatório referente ao ano de 1866, Francisco de Paula da Silveira Lobo, ministro da Marinha do gabinete chefiado pelo marquês de Olinda, considerava desnecessário aumentar o

⁶ Idem, p. 192-3, *Corrientes*, 9/6/1865.

⁷ JACEGUAY, Arthur. *Op. Cit.*, p. 202, Goya, 26/8/1865.

quadro de oficiais e iniciou um processo de afastamento dos “velhos”. Silveira Lobo propunha que fossem passados para a segunda classe os oficiais empregados em terra que não tivessem ao menos quinze anos de serviço no mar. O ministro considerava ainda que as transformações na arte de construção naval – o vapor, o ferro, o encouraçamento –, bem como os novos sistemas de artilharia, haviam alterado toda a economia de funcionamento dos navios e, neste sentido, propunha simplificar o quadro de oficiais, reduzindo o número de superiores, bem como um aumento significativo de soldo. A proposta, entretanto, não foi aprovada na Câmara dos Deputados.

Por ocasião da preparação da invasão do Paraguai, em março e abril de 1866, um projétil de uma embarcação que protegia o forte de Itapiru atingiu a casamata do encouraçado Tamandaré provocando muitas mortes, inclusive a do comandante Mariz e Barros. A comoção na Esquadra e no país foi imensa. O senador Silveira da Mota, escreveu ao filho: “ Lamento tanto sangue precioso derramado numa guerra que a previdência ordinária dos homens de Estado poderia ter evitado [e está] conduzindo-nos à ruína por 50 anos de atraso a que estamos destinados”⁸.

Embora a crítica fosse feita por um senador, a idéia de “imprevidência dos homens de Estado” foi se tornando a “explicação” para o prolongamento da guerra. Este pensamento encontrou terreno fértil entre os oficiais da Armada. Após a batalha de Tuiuti, a 24 de maio de 1866, a maior vitória dos aliados até aquele momento, os exércitos estacionaram. Em uma carta datada de 5 de junho, o tenente Antunes, escrevendo a Arthur Silveira da Mota sintetizava o sentimento e as idéias políticas que circulavam: “Deus ilumine a todos os nossos generais para que tomem uma resolução definitiva e digna e se acabe com esta guerra desastrosa, que está arruinando o Brasil, principalmente pela falta de patriotismo de seus homens de Estado”. Rapidamente, a própria guerra passou a ser vista como resultado dessa imprevidência e isto não apenas provocou um forte desgaste das instâncias de representação – Câmara e Senado –, mas abalou a própria figura do imperador.

A partir de 1866, quando da instalação do gabinete chefiado Zacarias de Góis e Vasconcelos, o jovem ministro da Marinha, Afonso Celso de Assis Figueiredo, intensificou o expurgo dos “velhos” da classe de combatentes, com uma linguagem

⁸ *Idem*, p. 162, Rio de Janeiro, 23/4/1866.

bastante dura. Um mês após assumir o Ministério, emitiu aviso ao Quartel-General nos seguintes termos:

há, contudo, no quadro da primeira classe indivíduos, que, pelo estado valetudinário e outras circunstâncias apreciáveis, não podem, sem detrimento do serviço, voltar à vida ativa das operações de guerra. Cumpre, pois, que V. Ex. preste a esta secretaria de Estado informações exatas a respeito dos oficiais da Armada, que, pelo seu estado de saúde, tempo de serviço, e demais circunstâncias atendíveis, não possam, à primeira ordem, embarcar e seguir para o sul (...). E, tenha V. Ex. por determinado que nenhum emprego de terra isenta os oficiais de primeira classe do serviço militar (...).⁹

Em 1867, no relatório apresentado à Assembléia Geral, Afonso Celso afirmava de modo inequívoco:

Não desconheço que a providência indicada, se melhora o presente, não acautela a reprodução do mesmo mal no futuro (...). Uma boa lei de promoções, a de reformas e a de pensões por ferimentos, lesões ou inutilização sofrida no serviço são providências que a Marinha com grande instância reclama de vós.¹⁰

Para se fazer uma idéia da dimensão deste processo, basta dizer que a legislação estabelecia o número total de 541 oficiais combatentes para a Armada. Em três anos, foram reformados 345 oficiais, o que representava 64% do total do quadro¹¹.

A 19 de fevereiro de 1868 se deu o forçamento de Humaitá. Mas a ultrapassagem da fortaleza e a conseqüente chegada a Assunção, não parece ter despertado um excessivo entusiasmo. Na verdade, a realização do que era tido como impossível terminou por acentuar as suscetibilidades militares. As promoções resultantes da passagem de Humaitá também provocaram descontentamentos entre os militares. O capitão de mar e guerra Francisco Alvim, a 2 de abril escrevia de Curupaiti a Mota, para cumprimentá-lo pela promoção e prêmios, mas ponderava:

com toda a franqueza de minha alma lhe digo que o meu amigo e todos que passaram Humaitá mereciam e deviam ser remunerados, mas que também deviam ser outros oficiais mui distintos e que muito e muito valiosos serviços têm prestado na guerra atual; entretanto o governo os acaba de preterir! Por que razão? Eu não vejo que se possa apresentar uma só plausível. Diga-me por que razão foram preteridos os oficiais que passaram Humaitá? Por que não comandavam? Isso

⁹ Aviso de 13/09/1866. *Ordens Gerais*, 1866.

¹⁰ *Relatório do Ministério da Marinha* (RMM), 1867, p. 8.

¹¹ *RMM*, 1865-1867.

não é e nem pode ser razão. O oficial não comanda quando quer. É preciso que lhe dêem o comando”¹².

Percebe-se que não se tratava apenas de descontentamento ou de ressentimento pessoal, mas de uma visão da “classe militar”, na qual os oficiais se reconheciam e eram reconhecidos, ou seja, valores e critérios através dos quais o mundo era julgado e avaliado e, terminou por constituir o núcleo de pensamento que engendrou uma ação reformista. Da guerra, surgira a convicção de que era necessário tudo reformar, acabando com os usos e costumes anacrônicos da Marinha. Mas somente o “profissional” da Armada poderia promover tal reforma.

Sabe-se que as críticas pela inação ganharam imensa projeção política e terminaram por provocar o pedido de demissão de Caxias, o que, por sua vez, acarretou a queda do ministério Zacarias, a ascensão do governo conservador chefiado por Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, e a dissolução da Câmara. A carta de demissão de Caxias chegou à Corte em fevereiro de 1868, logo após o forçamento de Humaitá e provocou a pior impressão: acreditaram, em especial os liberais, que Caxias procurava forçar a substituição do Ministério progressista por um conservador. Na ocasião, Zacarias, em discurso na Câmara empregou o termo caudilhagem - “a mudança de política interna não se pode operar por influência da espada e da caudilhagem”, - fazendo com que a questão parecesse um confronto entre os poderes civil e militar: “Quem é o caudilho? – a pergunta feita na imprensa e por ela mesma respondida: “É o marquês de Caxias! A caudilhagem é o Exército e a Armada!”¹³. Assim, das câmaras à frente de batalha, o confronto se apresentou e foi sentido como um “pronunciamento” do general conservador, que ao fim deixou a Coroa a descoberto. Esta interpretação resultou no toque de reunir dado por Nabuco de Araújo, conclamando os liberais históricos, progressistas e radicais à salvação do sistema constitucional. As iniciativas resultaram na fundação do Centro Liberal e posteriormente do Clube da Reforma e do jornal *A reforma*. Segundo Sérgio Buarque de Holanda

A palavra ditadura transformou-se de repente, em estribilho dessa oposição e chegou a inquietar os adeptos do governo. Escrevendo a Cotegipe mostra-se Ferreira Viana alarmado com os progressos alcançados pela idéia democrática e pela ameaça republicana (...) o descontentamento com o espírito conservador é, a seu ver, a ‘porta por

¹² JACEGUAY, Arthur. *Op. Cit.*, p. 423-4, Curupaiti, 2/4/1868.

¹³ *Apud*. NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997., p. 759.

onde entrará o archote da revolução'¹⁴. Foram, contudo, os próprios liberais que apontaram o caminho para a superação da crise: “Ou a reforma ou a revolução. Não há a hesitar na escolha: a Reforma!”¹⁵.

Com a ascensão conservadora o barão de Cotegipe tornou-se o ministro da Marinha e foi alvo da oposição, aberta ou velada, do grupo de oficiais liberais que, partilhando com civis a mesma postura reformista, viram na política do barão um desar para a “classe” dos oficiais, ou pelo menos para determinado segmento desta.

O ministro fazia, em seu relatório de 1869, uma avaliação bastante pessimista quanto ao futuro dos oficiais e da própria Armada. Dizia ele à nova Câmara:

elemento de eficaz influência na vida do oficial de Marinha é a promoção. Na guerra, porém, que sustentamos é forçoso reconhecer que, ao mesmo tempo que ela tem servido de incentivo aos mais ousados cometimentos, tem também sido um agente perturbador da hierarquia militar, e por conseguinte da disciplina, elevando rapidamente oficiais modernos que tiveram a fortuna de distinguir-se, enquanto que outros, mais antigos, sem comissões em que pudessem dar provas de seu valor e inteligência, ou afastados do teatro da guerra pelo cumprimento de deveres diferentes, ficaram estacionários e tornaram-se subordinados daqueles a quem eram superiores. A Marinha passa por uma crise, que pode ser-lhe fatal, se os altos poderes do Estado a não atalharem(...).¹⁶

De acordo com os dados de Afonso Celso¹⁷ no início da guerra as graduações de tenentes, guardas-marinha e aspirantes perfaziam o total de 236 homens, ou seja, 87% dos oficiais combatentes em campanha, enquanto as demais graduações de capitão de fragata a almirante, apenas 13%. Somente os tenentes representavam 55,7% da oficialidade embarcada em navios de combate. A fala de Cotegipe, portanto, caiu como uma bomba entre os oficiais que lutavam, ou haviam lutado na guerra, pois acenava a todos com uma perspectiva bastante sombria no presente e no futuro.

Carneiro da Rocha considerava que a política de Cotegipe reforçava a divisão da Armada em dois grupos. Escrevia ele, a 6 de setembro:

O Cotegipe, além de naturalmente vadio, ocupado pela alta política, pouco se importa com o que é da Marinha e de algum modo dá

¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque. Do Império à República. In: *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1985, t.2, v.5. p. 116.

¹⁵ Manifesto do Centro Liberal. In: MELO, Américo Brasiliense de Almeida. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1979, p.41-60.

¹⁶ *RMM*, 1869, p.5-6.

¹⁷ FIGUEIREDO, Afonso C. Assis. *A marinha de outrora. (subsídios para a história)*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1894. Anexo.

ouvidos aos grandes medalhões que não foram ao Paraguai. Pode-se dizer que a Armada está dividida em dois grupos, cada um dos quais representa idéia diferente; um é composto dos oficiais que foram e ainda estão no Paraguai; o outro é dos que, acostumados à atmosfera da Corte, dela não quiseram sair (...) desnaturados filhos da Pátria, precisávamos de um braço de ferro para de uma vez lançar-lhes o golpe da inutilidade; de outro modo teremos de observar o que ora se vê (...) e triste do Império se não fossem as vozes eloquentes da oposição.¹⁸

As considerações do militar permitem constatar as cisões e fissuras que se foram produzindo no interior da Armada pela política partidária e são indicativas de uma nova identidade ou, melhor dizendo, de um deslocamento de valores, uma nova representação para aqueles que estiveram no teatro da guerra: o grupo de militares “dignos” dependia de uma ação política para defesa de seus interesses, que cada vez mais tendiam a se confundir com os da pátria.

Das cartas destes oficiais emerge, portanto, uma crítica inicialmente genérica ao prolongamento da guerra, à inabilidade dos oficiais gerais e aos políticos civis. Devia-se, esta situação, à falta de patriotismo dos “nossos homens de Estado”. Da imagem de uma Armada injustiçada e das agruras da vida militar – as batalhas em terreno desconhecido, a desorganização, as doenças enfrentadas -, enfim, todo o quadro que caracterizou a guerra do Paraguai, emerge ao final uma representação do grupo jovem da Armada como “desprestigiado e desvalorizado”. É importante ressaltar que as críticas, embora ressalvem constantemente a Coroa, acabaram nela resvalando. Duas atitudes pareceram se delinear entre estes jovens oficiais liberais.

De um lado, ao que parece, para alguns deles, a desilusão diante da “carreira das armas”, os “sonhos desfeitos”, o “peso da farda” se tornaram insuportáveis e eles abandonaram a vida militar em favor de sua própria sobrevivência. Por outro lado, para outros, o ressentimento estimulou a elaboração de planos para uma ação reformista. Se estes atenderam ao toque de reunir dado por Nabuco de Araújo, o fizeram, contudo, a partir de um entendimento específico revelado por um vocabulário próprio: as virtudes guerreiras que passaram a servir de critério de distinção entre os homens e suas ações. Tratava-se, portanto, de um grupo específico que se constituía: o dos militares reformistas e, se sua linguagem misturou-se em um primeiro momento à dos liberais, ela permitiu, em seguida, uma superação dos termos partidários, em especial quando a

¹⁸JACEGUAY, Arthur. *Op. Cit.*, p.479-80, Rio de Janeiro, 06/09/1868.

crise do sistema representativo foi se aprofundando e terminou conduzindo a uma oposição ao regime. Se, em um primeiro momento, a ação de salvação do regime parecia depender de reformas liberais, por volta de meados da década de 1880 a salvação da pátria, pareceu depender, na visão de alguns daqueles militares, que se viam como o “espelho da Nação”, da conquista do Estado.

O fim da monarquia

Terminada a guerra, deu-se quase que imediatamente a queda do gabinete presidido por Itaboraí, substituído pelo visconde do Rio Branco. Um conjunto de reformas foi realizado, a começar pela chamada Lei do Ventre Livre. No mesmo ano foi aprovada a reforma judiciária e nos anos seguintes várias reformas visando arrefecer e mesmo reprimir os ânimos militares, bastante acirrados: aumento de soldos, reformas nas escolas militares e de Marinha, reaparelhamento da Armada, entre outros. O gabinete, além de contar com o apoio irrestrito de D. Pedro II, que desejava ver encaminhadas as reformas, beneficiou-se também da prosperidade financeira desta época¹⁹.

Importa ressaltar que o gabinete Rio Branco, sob pressão, promoveu uma série de reformas nas Forças Armadas. Parte das pressões veio dos próprios oficiais mais jovens, cuja experiência na guerra do Paraguai havia gerado não apenas um discurso crítico em relação à política conservadora, mas também uma necessidade de ação em defesa da Marinha e do Exército. A partir deste período, até o fim do regime, e mesmo depois, foram criadas várias associações militares com o objetivo de defender os interesses das corporações, que passaram a se identificar aos interesses nacionais.

Em 1871 foi fundado um Clube de Marinha, ao mesmo tempo em que oficiais do Exército criavam um Instituto Militar, ambos fechados pelo governo por serem considerados uma ameaça à disciplina militar²⁰. A apresentação, em 1870, de vários projetos de alterações na corporação, como a reforma da escola de Marinha e da lei de promoções, levou os oficiais a se organizarem e expressarem seu ponto de vista acerca

¹⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. Cit.*, p. 153.

²⁰ SCHULZ, John. *Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 79-80. QUEIROZ, Tito Henrique S. *O associativismo militar no Brasil (1890-1940)*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade Federal Fluminense, 1997, p. 72.

das propostas em discussão no Parlamento. A questão dos baixos soldos foi fator importante na primeira tentativa de organização militar.

Em 1873, após vinte e um anos do último reajuste, foram, finalmente, concedidos aumentos de soldos para os oficiais combatentes e dos corpos de saúde, culto, fazenda e maquinistas, além das praças do Batalhão Naval, ficando excluídas as do Batalhão de Imperiais Marinheiros²¹. Neste ano foi aprovada ainda a lei de promoções da Armada, que procurava combinar, segundo o que se repetia de longa data, os princípios de antigüidade e mérito. O projeto foi aprovado quase que integralmente como havia sido formulado e transformou-se na lei 2296 de 18 de junho de 1873.

A proposta, contudo, gerou intensa discussão entre os militares, e Arthur Silveira da Mota investiu contra ela através da imprensa²². Escrevendo sob o pseudônimo de Imperial Marinheiro, trazia a público as “opiniões autorizadas de alguns oficiais da Armada”²³, e atacava a lei em seus fundamentos principais.

Ele procurou demonstrar que o projeto original apresentado por Cotegipe e, posteriormente, reformulado, mantinha “as mesmas regras fundamentais da legislação tradicional; [quando seria] sobretudo neste aspecto (...) que cumpria melhorar as disposições vigentes”²⁴. Segundo Mota, os critérios de promoção deveriam ser mais equitativos em todas as classes; os “velhos” deveriam ser excluídos através de legislação especial; os pilotos deveriam passar pela Escola de Marinha e seria necessária a criação de um corpo de maquinistas e engenheiros diferenciado dos combatentes.

Foi, entretanto, atacando os fundamentos do projeto, que Jaceguay atingiu o ponto central da lei. Afirmava que a antiguidade era um bom critério pois tinha a vantagem de evitar as intrigas e decepções que as preterições sempre causavam. Por outro lado, destacava que nem sempre à antigüidade estavam aliados o mérito e os bons serviços, e por isso o princípio tinha o inconveniente de abater os estímulos e não alimentar a emulação. Quanto ao princípio do merecimento, apresentava as segundas

²¹ Decreto 2105 de 8/2/1873. *Coleção de Leis do Império*, 1873. A lei estabelecia um aumento de 2/3 sobre os soldos existentes (o último aumento havia sido concedido em 1852) e estabelecia uma correspondência nos postos dos oficiais combatentes do Exército e da Armada, quer quanto aos soldos, quer quanto às vantagens por comissões análogas.

²² Mota e seus amigos desenvolviam ampla atividade jornalística desde a guerra do Paraguai, publicando em jornais do Brasil, da Argentina e do Uruguai artigos defendendo Tamandaré e analisando as atividades da esquadra, tendo, inclusive, o futuro Jaceguay, sustentado certa polêmica com o general argentino Bartolomeu Mitre em torno das operações militares da Armada.

²³ Discussão da atual lei de promoções da Armada na Câmara dos Deputados e A lei de promoções da Armada. *Jornal do Comércio*, maio de 1873. JACEGUAY, Arthur. *Op. Cit.*, p. 19-36.

²⁴ Idem.

vantagens, mas dava lugar às ambições mais desregradas, às intrigas e ao arbítrio, e concluía: “ é (...) o seu maior inconveniente a influência que tem nele o patronato, erigido, escandalosamente, em alguns países, em sistema de governo”. Invocava os exemplos das marinhas dos Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, para afirmar que o melhor sistema para uma boa lei de promoções seria resultante de uma combinação “racional” entre o princípio da antiguidade e o concurso público. As idéias formuladas durante a guerra contra o Paraguai aparecem sistematizadas e mais elaboradas, delineando as reformas que se pretendiam realizar na Armada. Estas visavam à implantação de uma carreira baseada na antiguidade e no mérito, ou seja, de um quadro de oficiais que fossem profissionais. Tratava-se, ao que parece, do nascimento de um pensamento burguês, que buscava abrir a carreira das armas a todos os cidadãos, cuja distinção se fundaria em suas capacidades e habilidades. Jaceguay, portanto, criticava a insuficiência da reforma proposta.

Verifica-se, assim, que alguns oficiais do Exército e da Armada constituíram determinado nível de solidariedade, articulados por interesses comuns que diziam respeito à necessidade de fazer com que os poderes públicos ouvissem os oficiais “autorizados”, ou seja, os “especialistas”, aqueles que, pelo conhecimento e saber “profissional”, poderiam demonstrar as especificidades de cada uma das forças armadas e indicar ao governo as reformas necessárias para que estas desempenhassem suas atividades eficazmente. Em suma, os oficiais da Armada e do Exército desejavam uma democratização na gestão do Estado no que se referia às Forças Armadas.

A crise mundial de 1875 e a grande seca de 1878 jogaram o Império em uma crise sem precedentes. A partir daí, até quase o final do regime, se verificou um movimento geral de redução das despesas públicas. Em relação à Armada, todos os ministros do período propuseram mudanças visando realizar “economias para os cofres do Estado”²⁵. No Parlamento o termo “mudança” passou, também, a ser sinônimo de cortes sistemáticos. Em uma perspectiva ampla, cabe destacar que entre os anos de 1870 e 1889 o corte no orçamento da Marinha girou em torno de 50 a 60%²⁶. A título de exemplo, é pertinente mencionar que, em 1878, o ministro Eduardo Pinto propunha uma

²⁵ RMM, 1876-1886.

²⁶ CAMINHA, Herick M. *História administrativa do Brasil: organização e administração do ministério da Marinha no Império*. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Formação do Servidor Público; Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1986, p. , 83.

redução de 207 oficiais do corpo de combatentes, bem como outras medidas drásticas de contenção de despesas, incluindo-se o fechamento dos arsenais de Pernambuco e da Bahia²⁷. Ao que parece, a própria Câmara ficou alarmada com medidas tão radicais e algumas delas, em especial a de redução do corpo de oficiais, não se concretizaram. Paralelamente, o processo inflacionário corroe os aumentos de soldos concedidos em 1874. Toda esta situação contribuiu para o crescimento da insatisfação dos militares, que mais uma vez se organizaram em defesa das Forças Armadas. Em março de 1879, oficiais do Exército e da Armada reuniram-se para combater os cortes orçamentários. Decidiu-se pela formação de uma comissão para defender as corporações pela imprensa²⁸. Segundo Garcez Palha, “de todas as províncias do Império, como de todas as cidades em que existiam oficiais de terra ou mar, chegavam diariamente telegramas, aderindo à atitude assumida pela oficialidade da Corte, e remetendo dinheiro para as despesas²⁹. De acordo com o autor, “foi a primeira vez que, no Segundo Reinado, a classe militar se mostrou unida e forte”³⁰. A política de cortes foi se ampliando e, em 1881, foi formado um Diretório Militar, composto de oficiais do Exército e da Armada, eleitos “dias antes para, reunindo as classes militares, tanto na Corte quanto nas províncias, elegerem deputados que pudessem, no Parlamento, opor-se às medidas que iam sendo postas em prática e tendiam a aniquilar as duas corporações³¹”.

Em março o Diretório lançou seu manifesto, juntamente com o primeiro número do jornal *O Soldado*. O manifesto fazia um elogio à nova lei eleitoral e declarava:

os oficiais de terra e mar, que se acham nesta Corte, reunindo-se (...), resolveram empregar todos os esforços para que tomem assento no Parlamento militares que pugnem pelos interesses das duas corporações e que, despidos de compromissos com os partidos políticos de que teriam de depender para serem eleitos, sejam ante a nação os instrumentos do modo de pensar e de sentir dessa grande parte da população do Império (...). Ao desempenho de tão séria missão, entendem os signatários da presente circular ser de absoluta necessidade o concurso de todos os seus irmãos de armas, atualmente

²⁷ *RMM*, 1878, p 11. O estado completo do corpo de oficiais da Armada era desde meados da década de 1870 era de 521, embora na ocasião não estivesse completo. A redução proposta pelo ministro chegava, portanto, ao índice de 39,7%.

²⁸ A comissão seria composta pelos seguintes oficiais: da Armada – capitão de mar e guerra Eduardo Wandenkolk, capitão-tenente Luís Felipe Saldanha da Gama, primeiros-tenentes Pinto Bravo e Garcez Palha, oficial de fazenda Lima Franco e maquinista Gabriel Ferreira da Cruz; do Exército: general Francisco Carlos da Luz, major Antônio de Sena Madureira, dr. Jacques Ourique, dr. Luiz de Moraes e dr. Garcez Palha. PALHA, Garcez. *Efemérides navais*. 2 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1983, p. 85.

²⁹ *Idem*

³⁰ *Idem, ibidem*.

³¹ PALHA, Garcez. *Op. Cit.*, p.63-64.

nas diversas províncias (...). Cada província eleja um diretório, cada localidade nomeie uma comissão, e, reunidos por um só pensamento todos aqueles que têm servido ao país na gloriosa carreira das armas, efetivos, reformados e honorários sejam os primeiros a responder ao apelo da nação, agora que convida a tomar parte ativa na representação nacional, do mesmo modo que o temos sido sempre que os bríos da pátria têm exigido o imposto de sangue nos campos de peleja.³²

É fundamental observar que os termos do documento delimitavam um novo campo de lutas para os militares: o Parlamento, no qual se defenderiam os interesses das corporações contra os “legistas” ou “casacas” cada vez mais eram identificados coletivamente como sendo o inimigo.

Em abril, o Diretório começou o trabalho de qualificar seus candidatos e, em assembléia geral no mês de julho, definiram-se os seguintes nomes no Rio de Janeiro: os majores Catão Augusto dos Santos Roxo (conservador) e Antônio de Sena Madureira (republicano) e o chefe de divisão Arthur Silveira da Mota (liberal)³³. Nenhum deles foi eleito, mas o Diretório havia crescido, ou seja, um crescente número de militares estava cada vez mais convencido de que necessitavam de representantes da classe no Parlamento. O movimento parece ter provocado outros resultados: os cortes foram momentaneamente suspensos. Outro provável resultado das atividades do diretório foi a elevação de Joaquim R. de Lamare ao Ministério da Marinha em 1884. Sob seu ministério várias medidas visando à recuperação da Marinha foram encetadas. Destaca-se entre elas a criação da esquadra de evoluções, constituída pelos melhores navios da Armada e cujo comando foi entregue a Silveira da Mota. O ministro também elaborou planos para a renovação do material flutuante, já imaginando a substituição dos encouraçados por torpedeiras e cruzadores, bem como para a modernização do armamento, com a substituição da artilharia Withworth pela Armstrong.

Em 1884, foi fundado o Clube Naval, com a finalidade de oferecer um local onde a oficialidade pudesse recrear-se pelo estudo e pelos exercícios corporais, aperfeiçoando-se no manejo de armas³⁴. Os antigos associados do Círculo de Marinha agregaram-se ao clube e seu primeiro presidente foi o então capitão de fragata Luís Felipe Saldanha da Gama. Um ano depois, o clube contava com 120 sócios e, embora não se envolvendo

³² *Apud.* ALVES, Cláudia. *O Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 2000, anexo.

³³ PALHA, Garcez. *Op. Cit.*, p.64.

³⁴ QUEIROZ, Tito. *Op.Cit.*, p. 99.

diretamente no “caso Silveira da Mota”, muitos de seus sócios pronunciaram-se a favor do chefe de divisão. Este solicitou sua reforma como protesto pela dissolução da esquadra de evoluções pelo gabinete de Cotegipe. A despeito do barão apresentar razões de ordem econômica para tal, a medida foi sentida como perseguição do ministro escravocrata ao chefe de divisão abolicionista³⁵. Este evento representou um desar para o governo imperial, pois dado o papel de liderança de Silveira da Mota na Armada – que já havia sido inclusive cotado como possível ministro – sua reforma causou grande comoção entre oficiais da Marinha. Foi publicado nos jornais da Corte um manifesto procurando demover Jaceguay da decisão, assinado pelos nomes mais ilustres da Marinha, bem como pelos envolvidos nas associações e no Clube Naval, num total de mais de cem oficiais³⁶. Este episódio coincide exatamente com o caso Cunha Matos-Sena Madureira³⁷ no Exército, que assumiu grandes proporções políticas. No ano seguinte, no âmbito da agremiação naval, foi fundado por 176 oficiais do Exército e 72 da Armada, o Clube Militar, voltado mais claramente para a intervenção na política.³⁸

Logo em seguida o Clube Militar dirigiu à princesa Isabel, regente do Império na ausência do imperador, um requerimento, que ficaria famoso, solicitando que o Exército não fosse empregado na captura dos escravos que fugiam às levas de São Paulo. No ano seguinte, o caso do capitão-tenente Leite Lobo, que foi preso e espancado pela polícia da Corte, não apenas colocou por terra o gabinete escravista de Cotegipe, mas também precipitou o envolvimento de parte da oficialidade naval no movimento pela implantação da República no Brasil.³⁹

³⁵ TAVARES, Raul. Prefácio. MOTA, Arthur Silveira da. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. 2 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1982, p.,22-3.

³⁶ Entre os quais: Barão de Ladário, barão de Ivinhema, De Lamare, Carneiro da Rocha, Foster Vidal, Custódio de Melo, Eduardo Wandenkolk, Júlio de Noronha, José Vitor de Lamare, Garcez Palha, Pinto da Luz, Cerqueira Lima, Huet Bacelar, Alexandrino de Alencar, Rodrigo Rocha e Pinheiro Guedes.

³⁷ Este oficial também era amigo de Silveira da Mota desde a época da guerra do Paraguai, mantendo com ele, ao que parece, farta correspondência. Das cartas publicadas por Jaceguay, somente duas são de Sena Madureira e, a julgar pelo seu conteúdo, de caráter bastante íntimo, havia de fato uma grande proximidade entre os dois.

³⁸ Ver: QUEIROZ, Tito. *Op. Cit.*, p. 102 e ss. CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p.86-103. Cabe destacar que Custódio de Melo foi vice-presidente da primeira diretoria do clube.

³⁹ Em março de 1888, o capitão-tenente Antonio José Leite Lobo, sócio do Clube Naval (que sofria de problemas mentais) foi preso e espancado pela polícia da Corte. Na seqüência ocorreram vários conflitos entre praças de Marinha e do corpo de Polícia. O Clube Naval acabou assumindo uma posição de confronto com o governo, recebendo pleno apoio do Clube Militar. O incidente provocou diversas reações. A princesa “pediu a Cotegipe que removesse o impopular chefe de polícia (...). O primeiro-ministro dispôs-se a demitir vários assistentes de Coelho Bastos, mas recusou-se a demiti-lo. Isabel pediu, então, a renúncia do ministério”. SCHULZ, John. *Op. Cit.*, p. 118. PALHA, Garcez. *Op. Cit.*, p. 68-77. Segundo Tito Queiroz, “o incidente também cimentou um pacto com uma comissão de treze membros do

Considerações finais

Os vários incidentes classificados como “questão militar”, permitem, portanto, aventar a hipótese, que demanda uma pesquisa mais sistemática, de que houve entre a oficialidade da Marinha um grupo de oficiais descontentes com o regime que teria se articulado para promover a implantação da República. Trabalhos mais recentes têm questionado a tese do ressentimento militar⁴⁰. Claudia Alves⁴¹ procurou demonstrar que a modernização do final do século provocou a formação de um núcleo de intelectuais no interior do Exército que terminou por elaborar uma visão outra da instituição que desejavam, bem como de suas funções estratégicas para o desenvolvimento da sociedade brasileira: o abolicionismo e, principalmente o pensamento industrializante, teria sido desenvolvido por este núcleo.

A esta idéia com a qual se compactua, é necessário, contudo, fazer alguns acréscimos à guisa de contribuição para o entendimento da questão da força armada naval. Em primeiro lugar, parece ter se iniciado durante a Guerra do Paraguai uma solidariedade entre a oficialidade mais jovem do Exército e da Armada. Foi esta oficialidade que se tornou cada vez mais profissional e construiu uma visão de si própria e de seu papel no conjunto da sociedade. As manifestações de descontentamento que ocorreram no Exército e na Armada decorreram da concepção por parte destes militares, cada vez mais profissionalizados e atentos às inovações científicas e tecnológicas do final do século, de que a soberania nacional estava ameaçada devido à imprevidência da política civil.

Esta visão estratégica levou ao engendramento de uma ação política nacionalista: em outras palavras, os interesses da corporação se confundiram com os interesses

Clube Naval, que numa reunião (...) resolveram trabalharem unidos para a implantação do regime republicano no país”. QUEIROZ, Tito. *Op.Cit.*, p. 104 e ss.

⁴⁰ De fato, a tese do “descontentamento” ou “ressentimento” militar foi cunhada pelos primeiros críticos monarquistas da República, como Eduardo Prado e Afonso Celso de Assis Figueiredo e está articulada à versão da instauração do novo regime como golpe comandado pelos militares. Ver: PRADO, Eduardo. *Fastos da ditadura militar no Brasil*. 4 ed. Pelotas: Typographia da Livraria Americana, 1891. (A obra é composta por artigos publicados originalmente entre dezembro de 1889 e junho de 1890). FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis. (Visconde de Ouro Preto). *Advento da ditadura militar no Brasil*. Paris: Pichon, 1891. Acerca das versões sobre a proclamação da República ver: COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república. Momentos decisivos*. 2ª. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979 e JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Os subversivos da república*. São Paulo: Brasiliense, 1986 e “O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República”. In FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p.119-43.

⁴¹ ALVES, Cláudia. *Op. Cit.*

nacionais que se despregavam, por assim dizer, do regime tal qual estava constituído, ou seja, mais do que uma oposição à política civil, o fenômeno parece caracterizar uma cisão na própria estrutura do Estado. De fato, as exigências de “representantes especialistas” parece ter introduzido uma diferenciação no universo político desde os anos de 1870.

Verifica-se, portanto, que as idéias de uma Marinha monarquista e alheia ao movimento republicano não condizem com os indícios neste texto apresentados. É forçoso reconhecer que uma pesquisa mais sistemática se faz necessária para pontuar factualmente o envolvimento de oficiais de Marinha no golpe republicano. Por outro lado, é necessário destacar que todos os ministros de Marinha da Primeira República (1889-1930), pelo menos até os anos de 1910, foram oficiais que tiveram seu “batismo de fogo” na Guerra do Paraguai e, muitos, como por exemplo, Custódio de Melo, encontravam-se em missões fora do país no dia 15 de novembro. Em hipótese alguma, entretanto, se pode classificar Wandenkolk, Custódio de Melo, Júlio César de Noronha, Alexandrino de Alencar e outros como adesistas da República pós-proclamação. Sintomática também foi a atitude de Arthur Silveira da Mota, que, a despeito de sua amizade pessoal com D. Pedro II, tendo inclusive acompanhado o embarque da família real para o desterro na Europa, não somente não cogitou por um único momento tentar encetar uma reação ao golpe republicano, como também instava Joaquim Nabuco e outros envolvidos no movimento monarquista posterior ao 15 de novembro a passarem a integrar o novo governo.

De fato, as evidências, entre elas as memórias de Custódio de Melo,⁴² bem como outras fontes⁴³, demonstram que a pecha de “monarquista” que recaiu sobre a Marinha do Brasil foi uma invenção florianista construída durante a segunda Revolta da Armada. Tratada de modo geral pela historiografia brasileira como “particularidade jocosa”, a

⁴² MELO, Custódio de. *O governo provisório e a revolução de 1893*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 (2.v.) e MELO, Custódio. *Apontamentos para a história da revolução de 23 de novembro de 1891*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1953.

⁴³ Inclusive as oficiais, como por exemplo, relatórios ministeriais, correspondências diplomáticas, depoimentos, que podem ser encontrados no arquivo particular de Júlio César de Noronha. Obras: QUEIROZ, Suely Robles R. de. *Op. Cit.*, ABRANCHES. João M. Dunshee de. *A Revolta da Armada e a Revolução Rio-Grandense: correspondência entre Saldanha da Gama e Silveira Martins*. Rio de Janeiro: M. Abranches, 1914, (2 v.). DIAS, Arthur. *O problema naval: condições atuais da marinha de guerra e seu papel nos destinos do país*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1899. LOPES, Murilo Ribeiro. *Rui Barbosa e a Marinha*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1953. COSTA, Sérgio C. *A diplomacia do marechal*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro & Editora Universidade de Brasília, 1979. FREIRE, Felisbelo. *História da revolta de 6 de setembro de 1893*. Brasília: Editora da UNB, 1982. SILVEIRA, Carlos Balthazar da. *A revolta de 1893: um depoimento*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1990.

Revolta foi vista como parte integrante de uma “conspiração monarquista para derrubar o regime republicano”. Esta imagem consolidou-se na memória e na historiografia, com algumas conseqüências para o estudo da História e para a vida republicana: ela interdita, não apenas a investigação da questão do envolvimento do oficialato naval na implantação da República, como também – e o que é mais grave – a própria formulação do problema o que, em última instância, representa a permanência do “desconhecimento” sobre este período crucial da vida brasileira. Mas as conseqüências são também políticas: mantém-se a hegemonia de uma única versão transmutada assim em História da República, lugar onde o “desconhecimento” transforma-se em “esquecimento”, silencioso e deliberado sobre os homens e suas ações, no passado e no presente.

Referências bibliográficas

- ABRANCHES, João M. Dunshee de. *A Revolta da Armada e a Revolução Rio-Grandense: correspondência entre Saldanha da Gama e Silveira Martins*. Rio de Janeiro: M. Abranches, 1914, (2 v.).
- ALVES, Cláudia. *O Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 2000.
- ARIAS NETO, José Miguel. A revolta da Armada de 1893: um fato construído. In JANOTTI, Maria de Lourdes M., PRADO, Maria Lígia C., OLIVEIRA, Cecília Helena de S. (Orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo : Alameda, 2006, p. 133-177.
- CAMINHA, Herick M. *História administrativa do Brasil: organização e administração do ministério da Marinha no Império*. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Formação do Servidor Público; Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1986.
- CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república. Momentos decisivos*. 2ª. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- COSTA, Sérgio C. *A diplomacia do marechal*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro & Editora Universidade de Brasília, 1979.
- DIAS, Arthur. *O problema naval: condições atuais da marinha de guerra e seu papel nos destinos do país*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1899.
- FIGUEIREDO, Afonso C. Assis. *A marinha de outrora. (subsídios para a história)*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1894. Anexo.

- FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis. (Visconde de Ouro Preto). *Advento da ditadura militar no Brasil*. Paris: Pichon, 1891.
- FREIRE, Felisbello. *História da revolta de 6 de setembro de 1893*. Brasília: Editora da UNB, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Do Império à República. In. *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1985, t.2, v.5. p. 116.
- JACEGUAY, Arthur. *De Aspirante a almirante: minha fé de ofício documentada*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985, (2 v.).
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. “O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República”. In FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p.119-43.
- _____. *Os subversivos da república*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LOPES, Murilo Ribeiro. *Rui Barbosa e a Marinha*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1953.
- MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MELO, Américo Brasiliense de Almeida. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1979, p.41-60.
- MELO, Custódio de. *Apontamentos para a história da revolução de 23 de novembro de 1891*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1953.
- _____. *O governo provisório e a revolução de 1893*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 (2.v.).
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997., p. 759.
- PALHA, Garcez. *Efemérides navais*. 2 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1983.
- PRADO, Eduardo. *Fastos da ditadura militar no Brasil*. 4 ed. Pelotas: Typographia da Livraria Americana, 1891.
- QUEIROZ, Tito Henrique S. *O associativismo militar no Brasil (1890-1940)*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade Federal Fluminense, 1997.
- SCHULZ, John. *Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- SILVEIRA, Carlos Balthazar da. *A revolta de 1893: um depoimento*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1990.
- TAVARES, Raul. Prefácio. MOTA, Arthur Silveira da. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. 2 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1982, p.,.22-3.

A revolta da Escola Militar da Praia Vermelha (1904)

Celso Castro e Juliana Gagliardi*

Resumo:

Este artigo trata da fracassada revolta militar que ocorreu em 14 de novembro de 1904, no contexto da revolta popular que eclodiu no Rio de Janeiro em oposição à lei da vacinação obrigatória – e que passou à história com o nome de Revolta da Vacina. Nessa ocasião, um grupo de oficiais do Exército e estudantes militares, liderados por um reduzido grupo de militares-políticos, protagonizou uma tentativa de golpe de Estado que partiu da Escola Militar do Brasil, localizada na Praia Vermelha. Procuramos mostrar como a revolta da Escola Militar teve na revolta popular apenas um pretexto, havendo outros interesses e propósitos envolvidos na deflagração do movimento. Nesse sentido, destacamos o projeto de “refundação” da república de 1889, com dimensões políticas e simbólicas fundadas num padrão de ação mais geral, e que ajudam a compreender o levante militar.

Palavras-chave: Revolta da Vacina - Militares - República

Abstract:

This article is about the failed military rebellion that occurred at November 14, 1904, in the context of popular uprising that broke out in Rio de Janeiro in opposition to compulsory vaccination law - which passed into history with the name of Vaccine Revolt. On that occasion, a group of army officers and military students, led by a small group of military-political, staged a coup attempt that departed from the Military School in Brazil located at the Praia Vermelha. We're attempting to show how the revolt of the Military School in the popular uprising had only a pretext, with other interests and purposes involved in the deflagration of the movement. Thus we highlight the project of "rebuilding" the republic of 1889, with political and symbolic dimensions based on a pattern of more general actions and which help to understand the military uprising.

Keywords: Vaccine Revolt, Military, Republic.

* Celso Castro é professor do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas e bolsista de Produtividade de Pesquisa do CNPq. Juliana Gagliardi de Araujo é mestranda em Comunicação pela UFF.

Em 14 de novembro de 1904, no contexto da revolta popular que eclodira poucos dias antes no Rio de Janeiro em oposição à lei da vacinação obrigatória contra a varíola – e que passou à história com o nome de Revolta da Vacina –, um grupo de jovens oficiais do Exército e estudantes militares, liderados por um general sem passado político, um senador que também era tenente-coronel e um pequeno grupo de oficiais superiores, todos do Exército, protagonizou uma tentativa de golpe de Estado que partiu da Escola Militar do Brasil, localizada na Praia Vermelha. Um levante na Escola Preparatória e de Tática do Realengo havia sido frustrado pouco antes, nesse mesmo dia.

O general de brigada, então inspetor do 22º Batalhão de Infantaria, Silvestre da Silva Rodrigues Travassos, depôs o comandante da Escola Militar da Praia Vermelha, general Alípio de Macedo da Fontoura Costallat, e assumiu o comando dos cerca de 300 alunos, que, em sua quase totalidade, aderiram à revolta.¹ Além do general Travassos, estavam envolvidos no levante da Escola o senador Lauro Sodré e o deputado Alfredo Varela. Licenciado da carreira militar no posto de tenente-coronel para assumir mandato na política, Lauro Sodré havia sido aluno e depois professor da Escola Militar da Praia Vermelha. Alfredo Varela, após estudar por alguns anos na Escola Militar, sem porém concluir o curso, havia se tornado, após a República, ardoroso seguidor de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul. O deputado Alexandre José Barbosa Lima, que não esteve presente na Praia Vermelha, e que também era militar (major licenciado) e ex-aluno da Praia Vermelha, aparece, em algumas fontes disponíveis, como um dos “líderes espirituais” da revolta, ao lado de Lauro Sodré. Eles haviam sido, nas semanas imediatamente anteriores à revolta, responsáveis por discursos críticos à política nacional em geral, à lei da vacinação obrigatória em particular, que inflamaram sessões do Congresso Nacional. Ambos tinham uma trajetória política marcada pelo positivismo e pela devoção às figuras de Benjamin Constant e Floriano Peixoto. Alfredo Varela, por sua vez, possuía um jornal chamado *O Commercio do Brazil*, em que publicava uma coluna diária intitulada “Direito à resistência”, contrária à obrigatoriedade da vacina. Para Varela a lei da vacina era inconstitucional, ilegal e feria os princípios de liberdade, além de violar a propriedade privada. O jornal foi fechado imediatamente após os acontecimentos de 14 de novembro. Diferentemente desses três personagens, figuras

¹ Segundo Bertoldo Klinger, aluno à época, “só dois alferes-alunos, João Candido Pereira de Castro Jr. e Estevão Leitão de Carvalho, tiveram a necessária coragem e personalidade para não irem na onda daquela criançada de companheirismo” (KLINGER: 1944:129).

públicas de destacada atuação política, o general Travassos, comandante militar da revolta, fez sua aparição pública apenas no dia de sua eclosão, durante uma reunião no Clube Militar.

Outros jornais da época, além de *O Commercio do Brazil*, são fontes importantes, embora muitas vezes imprecisas, para a reconstituição do episódio. A *Gazeta de Notícias*, com uma linguagem alarmista, não recusou adjetivações como “fato gravíssimo” e “notícias aterradoras” para narrar e ao mesmo tempo demonstrar-se contrária ao movimento. O *Jornal do Commercio*, mais discretamente, explicita que suas principais fontes para reportar o movimento foram as forças legalistas que o reprimiram. O *Paiz*, que deixou clara sua opinião contrária ao levante militar, foi o que descreveu o episódio com mais detalhes. Já em sua primeira página do dia 15 de novembro, este jornal alarmava seus leitores sobre o fato “lamentável” que havia ocorrido na véspera e que lhes permitia afirmar que a “autoridade [havia sido] atacada à mão armada”. Para este periódico, os alunos da Escola haviam sido vítimas dos acontecimentos e o grande culpado seria o senador Lauro Sodré, que teria desvirtuado a juventude militar, “abusando da confiança e do prestígio que exercia sobre [aqueles] rapazes”, “moços finos e bravos, de tão boa fé”. O mesmo julgamento não era feito em relação ao general Travassos. Aliás, em nenhum jornal o chefe militar da revolta foi retratado como um aliciador de jovens ou como líder intelectual da revolta. Falava-se dele apenas como o comandante militar do movimento revoltoso, que havia deposto o comandante da Escola Militar e conduzido os alunos em sua marcha para depor o governo. Além da falta de atuação política anterior ao episódio, o mais provável é que o fato dele ter sido gravemente ferido durante o episódio, vindo a morrer poucos dias depois, tenha revestido sua figura de certo respeito.

Da conspiração à revolta

O movimento militar já vinha sendo preparado desde o mês anterior. Um momento catalisador da mobilização dos futuros revoltosos, e que parece ter sido o ponto de partida da consolidação de um projeto político coletivo que teria seu desfecho na revolta foi o dia 17 de outubro de 1904, data do 46º aniversário de Lauro Sodré. Na noite deste dia, o senador foi homenageado em sua casa, na Rua Conde de Irajá, em Botafogo, por alguns políticos, representantes de associações e, em especial, por uma

comissão de alunos da Escola Militar e da Escola Preparatória e de Tática do Realengo.² Segundo as memórias de um ex-aluno, essas homenagens revestiram-se de um “relevo excepcional”, que “teve qualquer coisa de imponente” (Lobato Filho, 1992:55). Um dos alunos militares, Joaquim Gaudie de Aquino Correa, discursou em nome dos seus colegas, após oferecer uma escultura em bronze ao homenageado:

Nestes tempos sombrios e nublados através dos quais se arrasta vacilante e incerta a Pátria Brasileira, Lauro Sodré é como uma estrela a cintilar em meio da escuridade, a fé e confiança que nos inspira como patriota que se conserva puro e cuja lealdade e alma generosa subrenadam sempre às ondas empolgantes da corrupção e da dobrez política que avassalam este país.

Perdoai-nos estes arrancos de entusiasmos, pois da mesma maneira que os patriotas da França, como não há muito, Combes,³ se aproveitaram dos banquetes políticos para tratar da felicidade dos destinos daquele venturoso país, nós, a mocidade do Brasil, nos valem do dia do aniversário dos nossos patrícios ilustres para falar das misérias da Pátria. (Cf. Lobato Filho, 1992:55-56)

Mais tarde se reuniram, em um dos cômodos da casa, alguns poucos convidados, ocasião em que o deputado Barbosa Lima fez uma saudação sugerindo que Sodré deveria ser “o guião impoluto na vereda da vitória”, o “reivindicador da liberdade da Pátria”.⁴

Segundo Lobato Filho, no início do mês de novembro teria ocorrido um novo encontro, reservado, porém sem grandes precauções, em uma sala da própria Escola, ao qual compareceram muitos alunos, alguns deles remanescentes das manifestações ocorridas na década anterior. Em duas ocasiões haviam ocorrido sérias indisciplinas envolvendo principalmente alunos da Escola Militar. Em dezembro de 1894, a movimentação fora de orientação política claramente florianista; em 1897, diante da ordem de enviar munição da Escola para as tropas no Rio Grande do Sul, os alunos insubordinaram-se. Em ambas as ocasiões, as aulas foram suspensas e muitos alunos desligados (alguns, posteriormente, reincorporados).⁵

² Segundo o *Jornal do Commercio* de 18/10/1904, havia comissões do Clube Militar (liderada pelo major Agostinho Raimundo Gomes de Castro), das Classes Operárias (lideradas por Vicente de Souza), das escolas Politécnica e de Direito, além de “outras pessoas gradadas”.

³ A referência é a Émile Combes, político republicano francês que havia criado em 1894 um grupo chamado de “La Gauche Démocratique” e que, feito primeiro-ministro em 1902, desencadeava uma política fortemente anticlerical e defensora da educação laica.

⁴ *Jornal do Commercio*, 23/12/1904.

⁵ Ver os relatórios dos ministros da Guerra dos respectivos anos para informações sobre esses acontecimentos, ainda pouco estudados.

A pauta da nova reunião ocorrida na Escola Militar de novembro de 1904 teria sido a preocupação com a pouca quantidade de munição disponível na Escola. Assim, já se previa a possibilidade de algum enfrentamento armado. Nesta reunião estaria um jovem oficial que servia na Fortaleza de São João, localizada no bairro da Urca, próximo à Escola Militar. Pretendia-se, por seu intermédio, retirar daquela Fortaleza, sem que seu comandante percebesse, a munição adicional que poderia ser necessária.

Segundo o depoimento de um ex-aluno da Escola Militar, durante o mês de outubro os ânimos entre os estudantes já estavam bastante exaltados. Esse clima pré-revolucionário, no entanto, não teria sido visível fora dos muros da Escola, já que as aulas prosseguiam normalmente: “Era apenas estranhável a quantidade de oficiais-alunos que permaneciam no estabelecimento depois das aulas, jogando peteca no pátio, ou em conversa no alojamento com os cadetes.” (Leitão de Carvalho, 1961:39-40). No início do mês de novembro, teriam corrido boatos e especulações sobre como e quando se deflagraria o levante e sobre o apoio ou adesão de outros militares. Segundo Lobato Filho, Lauro Sodré teria garantido, a uma comissão de alunos que fora procurá-lo em casa, que só concordaria com a saída da Escola para o movimento quando tivesse certeza de seu êxito. Enquanto isto, no Clube Militar, o major Agostinho Raimundo Gomes de Castro e outros oficiais já garantiam a adesão de quase toda a guarnição militar, incluindo elementos da Marinha (Lobato Filho, 1992:63-64)

Veio então o pretexto que faltava: a lei da vacinação obrigatória contra a varíola, votada em 31 de outubro. Em 5 de novembro foi fundada a Liga contra a Vacina Obrigatória, sob a presidência de Lauro Sodré, em reunião ocorrida no Centro das Classes Operárias, presidido por Vicente de Souza, médico baiano, ex-abolicionista, republicano e depois socialista. O Apostolado Positivista também se manifestou fortemente contrário à lei. No dia 9 foi publicada a regulamentação da lei, o que levou a uma escalada da oposição.

No dia 10 de novembro, discursando no Senado, Lauro Sodré justificava “a campanha de resistência à lei arbitrária, iníqua, absurda, monstruosa” e, em seguida, inseria a vacinação obrigatória num contexto político mais amplo:

Não vejo nessa lei senão o abastardamento do regime republicano convertido nesse produto teratológico que aí está, regime da liberdade em que imperam os tiranos; regime de igualdade em que predominam os mais odiosos preconceitos, convertendo muitos dos nossos estados em propriedades de famílias dinásticas quase fora do Direito Penal;

regime de fraternidade em que o ódio dos que governam fulmina e assassina os que são governados. [...] Antigos republicanos de boa origem e alta estirpe já se sentem desamparados e desejosos de sair da situação seja como for. [...] Por que ter assombro, por que ter medo das revoluções, quando elas são salvadoras? (Cf. Lobato Filho, 1992:66-68)

Se a homenagem a Lauro Sodré do dia 17 havia dado, nas palavras de Lobato Filho, uma “senha” para o movimento, o discurso do dia 10 o havia desencadeado. Faltava definir o momento de sua eclosão. A data ideal para o levante militar era, propositalmente, 15 de novembro, quando haveria uma série de comemorações oficiais do aniversário da Proclamação da República. Nessa ocasião já estava prevista a participação de cinco brigadas militares – uma delas composta pelas duas escolas militares e outra, sob o comando do general Travassos, composta pelos 1º, 7º e 10º batalhões de infantaria, que entrariam em formação na Praça XV.⁶ As comemorações militares, no entanto, seriam canceladas em função da escalada da revolta popular contra a vacina.

Nos dias 11 e 12, as manifestações ganharam as ruas, com concentrações e passeatas convocadas pela Liga e pelo Centro das Classes Operárias que terminaram em tumulto, reprimidas pela polícia. Lauro Sodré e Barbosa Lima procuraram manter-se na liderança do movimento, dando um sentido político à insurreição. No dia 13, no entanto, a situação saiu de controle, e uma outra revolta, agora de caráter mais popular e liderança difusa, espalhou-se por toda a cidade. Bondes foram quebrados, lojas atacadas e combustores de iluminação quebrados. A polícia foi atacada pelos manifestantes, e barricadas foram erguidas.

No início da tarde do dia 14, paralelamente à movimentação dos alunos, outros personagens envolvidos no movimento se organizavam no Clube Militar para acertar os detalhes do movimento. Além do general Travassos, lá estavam Lauro Sodré e Barbosa Lima, o general Olímpio da Silveira, o major Gomes de Castro e o capitão Augusto Mendes de Moraes. Os três últimos ficaram responsáveis por deflagrar o movimento na Escola de Tática do Realengo. O ministro da Guerra tomou conhecimento da reunião e ordenou ao general Leite de Castro, presidente do Clube, que a dissolvesse, o que foi feito. Mas já era tarde para abortar movimento militar.

⁶ *O Paiz*, 16/11/1904.

O general Olímpio da Silveira foi então consultar o presidente Rodrigues Alves sobre a possibilidade de substituir o ministro da Justiça, José Joaquim Seabra, como uma forma de acalmar os ânimos, restabelecer a paz nas ruas e evitar “que as escolas [militares] saíssem”.⁷ Diante da resposta do presidente Rodrigues Alves de que o governo tinha força suficiente para reprimir qualquer possível atentado à ordem, e do comentário ameaçador de que ficaria muito decepcionado de ver um general militar envolvido em quaisquer tipos de arruaças, Olímpio da Silveira acabou desistindo de participar da tentativa de levante na Escola Preparatória do Realengo. Mesmo assim, ele acabaria sendo, dois dias depois, preso disciplinarmente a bordo do navio *Aquidabani*.⁸

A tentativa de revolta no Realengo passou então à responsabilidade do major Gomes de Castro, que, após alcançar seu objetivo, deveria entregar o comando ao general Marciano de Magalhães, irmão de Benjamin Constant. Seu intento, todavia, foi frustrado pelo comandante da escola, o general Hermes da Fonseca. Às 16h30min, quando já havia embarcado no trem que o levaria do Realengo ao centro da cidade, Hermes estranhou ver, desembarcados do mesmo trem, o major Gomes de Castro, acompanhado do capitão Mendes de Moraes e de um civil chamado Luiz Pinto Pereira de Andrade. Imediatamente desceu do trem, acompanhado de três oficiais que com ele se encontravam. Encontrando-se os dois grupos à saída da estação, Gomes de Castro deu a Hermes a explicação, pouco convincente, de que ali estava para visitar um amigo. Hermes voltou então imediatamente à Escola, formou os alunos e os exortou a manterem-se disciplinados. Pouco depois, quando o Major Gomes de Castro entrou na Escola, levantando vivas à República, foi imediatamente preso, juntamente com Pinto de Andrade. O capitão Mendes de Moraes, que ficara do lado de fora do portão, atirou várias vezes, ferindo o tenente João Manoel de Araújo e – na versão de Hermes – também involuntariamente seu companheiro de sedição, Pinto de Andrade, atingido por dois tiros. Mendes de Moraes conseguiu fugir.⁹

Coube ao general Travassos liderar o movimento na Praia Vermelha. Nesse dia 14, o comandante da Escola Militar, general Costallat, foi chamado à Secretaria de Guerra pelo então ministro, marechal Francisco de Paula Argollo, que o

⁷ Segundo carta de Rodrigues Alves, reproduzida em Melo Franco (2000:505-510), o então presidente diz que Olímpio da Silveira não chegou a falar claramente sobre a substituição do ministro, mas sim sobre a possibilidade de haver alguma forma de conciliação.

⁸ *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*, 17/11/1904.

⁹ *Gazeta de Notícias*, 15, 17 e 19/11/1904. *Jornal do Commercio*, 15 e 16/11/1904. *O Paiz*, 15/11/1904.

avisou sobre um boato que corria de que algo aconteceria na Escola. Saindo da Secretaria, Costallat foi para casa. Por volta das 15 horas, o alferes João Torres Cruz, a pedido do capitão do 1º Batalhão de Artilharia, José Fernandes Leite de Castro, foi avisá-lo sobre os boatos de que ocorria uma reunião no Clube Militar, à qual estavam presentes o general Travassos, Olympio da Silveira e o senador Lauro Sodré¹⁰. Sabendo disso, Costallat retornou à Escola, lá chegando por volta da 17 horas. No relatório que faria ao ministro da Guerra no dia 15, diria haver notado “que os alunos estavam sob certa impressão, devida aos acontecimentos que se passavam na cidade.”¹¹ Em depoimento posterior, no processo penal militar por “inobservância do dever militar” a que foi submetido (e inocentado), disse que lá encontrou tudo aparentemente dentro da normalidade. Na administração da Escola, foi informado de que nada de anormal se havia notado. Graças à insistente desconfiança do capitão Leite de Castro, Costallat fez recomendações ao 1º tenente Benício Felipe de Souza de que o depósito em que se guardavam as armas e munições fosse protegido e de que ninguém deveria entrar ou sair da Escola sem que ele fosse informado.

Neste exato momento, todavia, os alunos já arrombavam o depósito e armavam-se. Costallat desceu da secretaria e, segundo sua versão, teria reagido com energia aos alunos que estavam próximos dele, chamando-os de “indisciplinados”. Os alunos teriam dado tiros para o alto, no intuito de amedrontá-lo. Na versão de Leitão de Carvalho, um dos poucos alunos que se mantiveram legalistas, o comandante da Escola e seus auxiliares imediatos teriam facilmente se conformado com a situação (Leitão de Carvalho, 1961:47). Durante o processo do general, nenhuma das testemunhas, além do próprio interpelado, confirmou que tivesse havido tentativa de resistência à força.

Segundo o depoimento de Costallat, o general Travassos surgiu então do meio dos alunos. Ele teria entrado na Escola por volta das 18h30min ou 19h, acompanhado de Lauro Sodré e alguns outros oficiais, além do deputado Alfredo Varela. No relatório ao ministro da Guerra no dia 15, Costallat afirmaria ter ouvido de Travassos: “Vim assumir o comando da Escola como chefe do movimento; sei que jogo a minha cabeça, mas obedeco à designação da mocidade para seu diretor.” Já em seu depoimento no

¹⁰ Auto de Informação do Crime – Sublevação da Escola Militar do Brasil / 14 de novembro de 1904. Arquivo Nacional. Fundo: Supremo Tribunal Militar. Notação: BW 2146. Salvo indicação em contrário, esta é a fonte para a versão de Costallat.

¹¹ *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal Francisco de Paula Argollo, ministro de Estado da Guerra, em maio de 1905*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905. O relatório de Costallat encontra-se às páginas 8 e 9.

processo militar a que foi submetido, o general Travassos o teria informado ser o “chefe do exército revolucionário”, aclamado pela “mocidade das Escolas [militares]”, e que havia ido assumir o comando da Escola Militar do Brasil.

Costallat, segundo suas declarações, só contava com o apoio de oito funcionários da administração, quatro alunos e um soldado, motivo pelo qual admitiu que não dispunha de meios para resistir. Em seu depoimento, afirma ter pedido a Travassos que o considerasse seu prisioneiro, o que aquele general teria se recusado a fazer, permitindo que Costallat deixasse livremente a Escola. Quando partia, acompanhado até o portão da Escola pelo general revoltoso, Costallat lhe teria dito, ironicamente, “seja feliz”¹² e, para os alunos, que “os senhores têm o comandante que merecem”. Deixou em seguida a Escola em companhia dos poucos funcionários e alunos que não aderiram à revolta, embarcando em um bonde que os levaria à Secretaria da Guerra, para informar o ocorrido ao ministro Argollo.

Com a partida do general deposto, Travassos deu instruções aos alunos: retirar do parque a artilharia da Escola, recrutar trabalhadores das pedreiras da Urca e de Botafogo para ajudarem na tração da artilharia, reforçar a guarda da Escola, enviar um grupo de alunos para a pedreira de Botafogo para dar cobertura à marcha da Escola pela praia em direção ao Palácio do Catete e enviar outros alunos à Fortaleza de São João para buscarem a munição previamente combinada com oficiais daquela fortaleza. Por fim, ordenou que a tropa entrasse em forma, já armada, para marchar em direção ao Palácio do Catete com o intuito de depor o presidente da República. Alguns acadêmicos civis que se apresentaram para participar do movimento teriam recebido, na hora, instruções sumárias de tiro (Lobato Filho, 1992:73-74).

No momento em que a informação sobre a revolta da Escola Militar chegou ao Palácio do Catete, às 19h30min,¹³ o presidente se reuniu com os ministros da Guerra (Argollo), da Marinha (Júlio César de Noronha), da Justiça (José Joaquim Seabra), da Fazenda (José Leopoldo de Bulhões Jardim) e da Viação (Lauro Müller). Muitos senadores estiveram no palácio durante a noite. O exército, a marinha, a polícia e os bombeiros foram acionados para fortalecer a segurança do palácio. Segundo Rodrigues Alves, nessa “noite escura e lúgubre”, com os lampiões apagados, “era grande a

¹² Antes de seu depoimento no auto de informação de crime-relatório, em 22/11/1904, a expressão já aparecera reproduzida em *O Paiz*, de 15/11.

¹³ *O Paiz*, 15/11/1904.

apreensão. Dizia-se que da escola partiram 1.000 homens, entre alunos, militares e civis e foi com grande ansiedade que se esperaram os acontecimentos” (cf. Melo Franco, 2000:510)

Enquanto isso, na Praia Vermelha, por volta das 21h, os alunos formavam em frente à Escola, de onde saíram em direção ao Catete em dois grupos. O primeiro, menor, seguiria pela pedreira do Morro do Pasmado, para dar cobertura ao segundo e maior grupo, que desceria a Rua General Severiano e seguiria depois para a Rua da Passagem.¹⁴ Receberam, ainda antes de se pôr em marcha, a notícia de dois insucessos: a busca de munições na Fortaleza de São João havia fracassado – o comandante daquele estabelecimento, coronel Marques Porto, havia sufocado a missão;¹⁵ e o levante na Escola Preparatória do Realengo igualmente havia sido abortado.

Mesmo assim, o general Travassos decidiu romper marcha, por volta das 22 horas. Lauro Sodré ia ao lado da bandeira. Na altura da Praia da Saudade (local onde hoje fica o Iate Clube), afinal chegou uma boa notícia: um esquadrão de cavalaria de reconhecimento, enviado pelo governo, aderira aos revoltosos, passando a tomar parte na marcha. Em seguida, ao passarem pela Rua General Severiano, o grupo que havia sido enviado para a pedreira do Morro do Pasmado juntava-se aos colegas.

Por volta de meia-noite, quando os revoltosos entravam pela Rua da Passagem, depararam-se com tropas leais ao governo e bem mais numerosas que, saindo do Catete, haviam passado pelo Largo do Machado, pela Rua Marquês de Abrantes e pela Praia de Botafogo. Eram compostas, em sua maior parte, pela Brigada Policial, sob o comando general Antônio Carlos da Silva Piragibe. O general Travassos enviou então um alferes-aluno da Escola Militar, Silvestre Cavalcanti, para transmitir uma mensagem ao comandante da brigada. O alferes-aluno foi recebido a tiros e voltou em seu cavalo, vindo a cair, já morto, junto da tropa revoltosa.¹⁶

¹⁴ *Gazeta de Notícias*, 16/11/1904.

¹⁵ *O Paiz*, 16/11/1904. Sobre o ocorrido na Fortaleza de São João, ver o relatório de seu comandante, incluído no relatório do ministro Argollo, acima citado, páginas 10-12.

¹⁶ Segundo depoimento do o major Possidônio, que comandava a 1ª companhia do 2.º batalhão da Brigada do Governo: “Instantes depois aproximou-se um cavaleiro que no momento não se podia ver quem era. O general mandou então que se perguntasse quem era. O cavaleiro respondeu – é um camarada”; e acrescentou: “O cavaleiro fez rodar o animal e o General mandou neste momento fazer fogo. À descarga responderam os alunos, dando-se então o fato de todo conhecido. A debandada foi completa, e quando dei acordo de mim, vi-me rodeado apenas de algumas praças: o resto havia corrido”. (cf. Sodré, 1970:89).

O general Travassos ordenou então que sua tropa fizesse alto e que uma companhia se estendesse pela Rua da Passagem, aguardando a chegada dos adversários e preparando-se para o combate. Segundo uma testemunha citada pelo jornal *O Paiz* de 18 de novembro, o general Travassos, montado a cavalo e seguindo à frente dos alunos da Escola Militar, chegou a estar a dois passos do coronel Pedro Paulo da Fonseca Galvão, comandante de uma das colunas legalistas. A escuridão era tal que as forças marchavam sem se ver. O general Travassos, avistando o coronel Pedro Paulo, segundo o mesmo jornal, “usou da palavra, exortando-o a aderir ao movimento em nome da salvação pública”, ao que o coronel respondeu “que era militar e havia de cumprir o seu dever. Ao que respondeu o general Travassos: - Pois bem, coronel, cumpra o seu dever que eu vou cumprir o meu.”

Em seguida, em meio à escuridão das ruas com lampiões quebrados e à chuva fina que caía, começou um intenso tiroteio entre os dois lados, que durou cerca de meia hora.¹⁷ O então aluno Bertoldo Klinger afirmaria, 40 anos mais tarde, que o tiroteio foi “anarquizado”, e que os alunos corriam até o risco de atirarem uns nos outros (Klinger, 1944:130). A tropa enviada pelo governo, além de ser muito maior em número de ser mais numerosa, dispunha de muito mais munição. Contudo, apesar de sua vantagem, os legalistas entraram em pânico e debandaram, voltando em direção ao Palácio para aguardar reforços.¹⁸ Segundo o relato de Rodrigues Alves:

Correu, de repente, a notícia do encontro das forças em Botafogo e a retirada das nossas, tendo havido tiroteio. Em verdade apareceu daí a pouco na sala o Coronel Pedro Paulo, e, de pé na porta de entrada, disse, com ar espantado, que a sua força havia debandado. Instantes depois, veio o general Piragibe dizendo, com o mesmo ar daquele, que a sua força debandou e que se queriam que ele combatesse, dessem-lhe soldados e boas armas (cf. Melo Franco, 2000:510).

Em relatório posterior sobre o episódio, o chefe de Polícia procurava melhor justificar a retirada:

Em meio dessa noite negra sem luz alguma, mal distinguindo, inutilizados como estavam pelos malfeitores ao serviço dos conjurados, os combustores da iluminação pública, de onde partiam os tiros e como se movimentavam as forças combatentes, estabeleceu-se explicável confusão que determinou a volta das tropas legais ao Catete. (cf. Lobato Filho, 1992:86-87)

¹⁷ A duração é dada pela *Gazeta de Notícias* de 16/11/1904 e por Lobato Filho (1992).

¹⁸ *O Paiz*, 15/11/1904.

Diante da situação de risco que o governo vivia, chegou-se a cogitar que Rodrigues Alves embarcasse num navio de guerra, onde lhe poderia ser garantida maior segurança, o que o próprio presidente recusou. Em suas palavras:

Foi indescritível a cena que se seguiu. Pensei que as forças haviam sido destroçadas e que a escola aí vinha sobre o palácio. Houve um momento de pânico, do qual eu mesmo participei. De todos os lados aconselhavam-me que saísse; que fosse organizar a defesa no mar; que era honroso isso; que não devia sacrificar o governo e as instituições. Era essa a voz geral, parecia o sentimento de todos. Já eu havia reassumido a calma, passado o mau momento. Chamei um de meus filhos, mandei ver se convencia as irmãs a saírem do palácio para qualquer parte em uma das lanchas que existiam nos fundos do palácio, e, cumprindo esse dever, readquiri toda a minha presença de espírito, declarando que não sairia e que meu lugar era aqui, que tínhamos elementos para combater com êxito e, animando a todos, dei ordem para que se movessem, falei a todos que saíssem para animar os soldados. A coragem foi voltando; as providências começaram a ter ordem; as barricadas de defesa foram em andamento, e, em breve, estávamos preparados para qualquer encontro, porque começaram a chegar forças do exército. (Cf. Melo Franco, 2000:510)

Igualmente sem saber ao certo o que acontecia, em meio à confusão geral, a Escola Militar também recuou, retornando à Praia Vermelha. Provavelmente a confusão ocorreu pelo mesmo motivo apresentado pelo chefe de polícia, general Piragibe, para justificar a retirada de sua brigada: a Rua da Passagem, como boa parte da cidade, estava às escuras.¹⁹ A revolta da vacina foi também chamada, não à toa, de “quebra lampiões”: no escuro, e em meio a caos que tomava conta da acidade, o medo parecia ser mais forte que qualquer outro sentimento.

É importante, no entanto, saber que durante o tiroteio houve alguns mortos e feridos de ambos os lados. Do lado dos revoltosos havia dois ou três mortos e oito feridos; do lado dos revoltosos, algumas fontes mencionam 32 feridos.²⁰ Acima de tudo e de todos, o comandante, general Travassos, fora atingido por um tiro na perna e, apeado de seu cavalo morto, havia sido retirado para a casa de seu filho, de onde foi depois transferido preso para o Hospital Central do Exército. Em decorrência das complicações desse ferimento, que demandariam a amputação do membro, viria a

¹⁹ Segundo a *Gazeta de Notícias* de 15/11/1904, às 20h a Praia de Botafogo “era percorrida por grupos de populares, que apagavam á pedra os combustores de iluminação publica e atacavam os bondes da Jardim Botânico.”

²⁰ As informações são de Lobato Filho, J. M. de Carvalho (1987:108) e *Jornal do Commercio*, 16/11/1904.

falecer no dia 22 de novembro,²¹ aos 55 anos de idade, sendo sepultado no dia seguinte, sem que lhe fossem concedidas honras militares (Melo Franco, 2000). O senador Lauro Sodré, que imediatamente após o combate escondeu-se por alguns dias até ser preso, também fora ferido por um tiro na cabeça, embora sem muita gravidade.

A Escola Militar foi então iluminada pelos holofotes do *Deodoro*²² e bombardeada de madrugada por navios de guerra, postados na boca da barra da Baía da Guanabara. Durante toda a madrugada foram tomadas providências para proteger o Palácio e cercar a Escola. Tropas leais ao governo foram enviadas, sob o comando do coronel Caetano de Faria, em direção à Escola da Praia Vermelha. Por volta das 6:30h da manhã do dia 15, a Escola foi ocupada, sem resistências, pelo marechal Argollo e pelo ministro Lauro Müller, em seu uniforme preto de major de Engenharia.²³ Alguns alunos haviam fugido da Escola durante a noite ou logo após o combate da Rua da Passagem, outros se apresentaram ao ministro da Guerra logo que a Escola foi tomada, afirmando que não eram solidários ao movimento de seus colegas. A maioria, cerca de 200 alunos e nove oficiais, rendeu-se sem resistência e permaneceu em formatura no pátio do estabelecimento até a entrada do marechal Argollo, que lhes disse, segundo Lobato Filho, que esperava lá encontrar não eles, alunos, mas os chefes que haviam explorado seu ardor, que poderia ter sido melhor empregado (Lobato Filho, 2000:121). Os alunos saíram da Escola em bondes, escoltados pelas forças do governo, de onde seguiram presos para unidades militares. Dias depois, os alunos foram embarcados em navios e distribuídos pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul²⁴. Oitenta e um alunos da Escola do Realengo também foram enviados para os portos do Sul²⁵. Um decreto do dia anterior excluía os alunos revoltosos do exército.

A tentativa de deposição do presidente não teve êxito, mas assustou as autoridades. No dia 16 de novembro o estado de sítio para o Rio de Janeiro e Niterói foi aprovado, e posteriormente prorrogado por três vezes consecutivas,²⁶ sob a argumentação de que o poder legal estava ameaçado pela tentativa de golpe e instauração de uma ditadura militar. Nesse mesmo dia o governo revogou a

²¹ *Gazeta de Notícias*, 23/11/1904.

²² *Gazeta de Notícias*, 15/11/1904.

²³ Para a descrição desse evento, ver *Gazeta de Notícias*, 16/11/1904.

²⁴ *Gazeta de Notícias*, 18/11/1904.

²⁵ *Gazeta de Notícias*, 19/11/1904.

²⁶ Primeiramente foi aprovada sua primeira prorrogação, em 13 de dezembro, por 30 dias. Em 4 de janeiro de 1905 e em 15 de fevereiro de 1905 o estado de exceção foi novamente prorrogado.

obrigatoriedade da vacinação e suas tropas conseguiram prender Horácio José da Silva, vulgo “Prata Preta”, personagem mítico e quase totalmente desconhecido que liderava as barricadas no bairro da Saúde. A partir daí a revolta popular também se desarticulou. O saldo foi de cerca de 30 mortos, mais de uma centena de feridos e cerca de mil populares presos e enviados à Ilha das Cobras, metade dos quais foram deportados em seguida em navios-prisão para o Acre, a fim de trabalharem em seringais. Muitos morreriam durante a viagem.

Refundar a República

A revolta da Escola Militar teve na revolta popular da vacina um pretexto. A aderência ao movimento popular provavelmente cativou alguns revoltosos. No entanto, havia outros interesses e propósitos envolvidos na deflagração do movimento. Lauro Sodré, figura chave para a eclosão do movimento, era também líder do Partido Republicano Federal, que reunia as oposições de todos os estados à *política dos governadores*. A política nacional oligárquica do início do século XX facilitava a emergência de descontentamentos por parte daqueles políticos que não tinham acesso direto ao poder. Assim, a deposição do presidente da República e a tomada do cargo por Lauro Sodré representariam uma tentativa de modificação da ordem política vigente, num contexto de disputa de grupos políticos intra-elites.

No caso do general Travassos, é razoável supor que aceitou liderar o movimento em razão de sua orientação positivista, refletida em sua postura de oposição a uma lei que tornava obrigatória a vacinação e que era vista como uma afronta à liberdade de escolha e à inviolabilidade do lar, previstas pela Constituição de 1891. A confiar nas fontes disponíveis, o general Travassos só despontou como real participante do movimento na reunião do Clube Militar da tarde do dia 14, já que não há registros de sua presença na reunião ocorrida na casa de Lauro Sodré ou em outro encontro anterior. Assim, é possível que o general tenha acreditado que o movimento havia sido bem encaminhado por Lauro Sodré, Barbosa Lima e pelos alunos, cabendo a ele apenas a liderança de sua marcha.

Num momento decisivo para o levante da Escola Militar, defrontaram-se dois generais, Travassos e Costallat – um “revolucionário”, o outro legalista. O primeiro foi

morto desafiando o governo vigente; o segundo, processado (e finalmente absolvido) pelo Supremo Tribunal Militar por inobservância do dever militar.

O presidente da República assinou em 16 de novembro decreto que mandava fechar a Escola Militar do Brasil.²⁷ Os alunos foram expulsos do Exército, porém seriam anistiados no ano seguinte, o que permitiu que alguns retomassem sua formação militar, agora no Rio Grande do Sul. Lauro Sodré também seria anistiado em 1905. Quanto a Barbosa Lima, que não tomou parte no movimento, manteve-se ausente nas sessões do Congresso posteriores à revolta. Ambos continuariam atuantes na política nacional por muitos anos. Já os populares presos na revolta e desterrados para o Acre sumiriam para sempre da cena em que, por breve período, apareceram com destaque. Restava esperar que a história os recuperasse.

Não se procurou aqui fazer uma reconstituição detalhada da revolta militar nem do perfil ou da ação de seus personagens. Há poucas fontes disponíveis e seria necessário trabalho de pesquisa mais extenso. Vale chamar a atenção para o fato de que a historiografia até hoje também não deu grande atenção à revolta militar. O compreensível fascínio pela revolta popular, com sua *massa* quase indistinta de pessoas unidas contra a modernização excludente da *belle-époque* que se vivia na capital, sem dúvida contribuiu para deixar a revolta militar em segundo plano e, em geral, muito resumida nos trabalhos que foram feitos.

No final de 1904, a ocorrência de revoltas populares urbanas não era novidade na capital, muito pelo contrário; basta lembrar a Revolta do Vintém de 1880²⁸. A de 1904, no entanto, atingiu uma extensão, profundidade e duração sem precedentes. Nachman (1977), Sevcenko (1983), Needel (1987) e J. M. de Carvalho (1984 e 1987) fizeram análises muito importantes sobre a revolta, contribuindo, em seu conjunto, para uma total renovação da visão que sobre ela se tinha, até então considerada um evento menor na história do Brasil. Concordamos com a maioria de seus achados ou *insights*, porém acreditamos ser significativo observar que esses autores fizeram seus estudos no período que transcorreu entre o processo de abertura política do final do regime militar e o início da redemocratização do Brasil, período marcado, no terreno da historiografia, pela atenção ao renascimento dos movimentos sociais e por uma perspectiva que dava

²⁷ *O Paiz*, 17/11/1904.

²⁸ Conhecida por esse nome por ter sido motivada pela cobrança de vinte Réis (um vintém) pelas passagens dos bondes.

maior – e justa – atenção à história dos “vencidos”. Nesse sentido, é compreensível que a revolta militar, comparada à revolta popular, tenha recebido menor atenção.

Os líderes da revolta militar, diferentemente dos populares, não eram, como bem observou Needel (1987:247), contrários à “modernidade”; nem mesmo eram contrários à natureza *científica* da vacina, mas apenas ao fato *político* de sua obrigatoriedade. Eles eram, todavia, “modernizadores” de outro tipo, buscando uma alternativa política mais radical e menos excludente do que a *política dos governadores* liderada pela oligarquia paulista, vista como anacrônica, atrasada e similar à que se praticava durante a monarquia. Lauro Sodré, vale lembrar, havia sido candidato derrotado à presidência da República em 1898, concorrendo com o paulista Campos Sales. Embora também fizessem parte da elite política e não fossem adeptos de uma revolução popular, os líderes da revolta militar de 1904 sem dúvida assustaram os setores das elites que controlavam o poder, despertando o fantasma de reformas que poderiam introduzir, caso vitoriosos. Os vínculos com líderes operários como Vicente de Souza reforçavam essa sensação.

Dar atenção à revolta militar ocorrida no bojo da revolta popular não implica diminuir a estatura da revolta popular, nem suprimir a possibilidade de se fazer uma “história-prata-preta”, como teme Cukierman, (2007:239). Para dar maior destaque à revolta popular, este autor não economiza na atribuição de adjetivos negativos à tentativa de golpe militar: “bufonaria golpista de quinta categoria”, “grande comédia de erros”, “comédia esquisita”, “patética”, “farsa”, “uma verdadeira pândega”, “tentativa canhestra de golpe militar” (p. 236-238). Acreditamos, entretanto, que, descartando-se dessa maneira a relevância do movimento, corre-se o risco de perder de vista o efeito que sua *derrota política* legou aos que buscam compreendê-lo. Não se trata de valorizar positiva ou negativamente a ação e as intenções individuais de seus personagens, embora elas também façam parte da história. Parece ser mais importante, agora, apontar dimensões políticas e simbólicas fundadas num padrão de ação mais geral, e que ajudam a compreender o levante militar como algo além de uma “bufonaria”.

Os militares que se lançaram na fracassada tentativa de golpe em 1904 defendiam o retorno ao ideal republicano que, em sua visão, havia sido imaginado pelos adeptos de Benjamin Constant em 1889, continuado na década seguinte por Floriano Peixoto e pelos políticos *jacobinos*, porém traído e finalmente derrotado pelo conluio das oligarquias tradicionais.

Esses personagens repetiam um mesmo padrão, vitorioso em 1889 e algumas vezes ensaiado nos anos seguintes: uma maioria de jovens oficiais ou mesmo alunos do Exército com formação “científica” – na linguagem da época, a “mocidade militar” –, buscava, sob a liderança de alguns poucos militares de mais alta patente, e através de uma ação rápida, salvar a nação, em seu nome (Castro, 1995). As homenagens prestadas pela “mocidade militar” a Lauro Sodré, por exemplo, em muito lembram as recebidas, quinze anos antes, por Benjamin Constant – de quem, aliás, Sodré fora “discípulo”.

Desta feita, no entanto, a tentativa de golpe fracassou, e é importante insistir no resultado desse desfecho político. O sucesso do golpe republicano de 1889 levou à convicção de que, mais cedo ou mais tarde, a monarquia acabaria como que por uma inevitabilidade histórica, e que a força do ideal republicano e a coesão da “classe militar” eram maiores do que talvez tenham sido. O fracasso de 1904 ocasionou o encerramento definitivo de todo um ciclo de formação militar – a Escola Militar da Praia Vermelha (ou “Tabernáculo da Ciência”, como a chamavam seus alunos) não seria mais reaberta. Resultou, também, no esgotamento de um padrão de ação política que José Murilo de Carvalho nomeou de “primeiro tenentismo”, para diferenciá-lo do “segundo tenentismo”, da década de 1920, este sim afinal vitorioso, ao menos parcialmente, em 1930. Esta vitória política fez com que os revoltosos que participaram deste segundo ciclo tenentista, iniciado com a revolta de 1922 – dentre eles, os que passaram à história como “Os Dezoito do Forte” –, bem como os que participaram dos levantes dos anos seguintes ganhassem um relevo, na memória histórica das décadas seguintes, que os derrotados de 1904 nunca teriam.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Estevão Leitão de. *Memórias de um soldado legalista*. Tomo I, Livros 1 e 2. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadãos ativos: A revolta da vacina*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

----- *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República – Um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

- CUKIERMAN, Henrique. *Yes, nós temos Pasteur: Manguinhos, Oswaldo Cruz e a história da ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2007.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. Vol. I
- KLINGER, Bertoldo. *Narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1944. Vol. 1.
- LOBATO FILHO, General. *A última noite da Escola Militar da Praia Vermelha – Contribuição para a História*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1992 (Ed. Original, 1948?).
- NEDELL, Jeffrey D. “The ‘Revolta contra a Vacina’ of 1904: the revolt against ‘Modernization’ in ‘Belle Époque’ Rio de Janeiro”, *Hispanic American Historical Review*, vol. 67, n° 2, maio de 1987, p. 233-69.
- NACHMAN, Robert G. “Positivism and Revolution in Brazil. First Republic: The 1904 revolt”. *The Americas*, Vol. 34, No. 1 (Jul., 1977), p. 20-39.
- SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina – Mentres insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SODRÉ, Emmanuel. *Lauro Sodré na história da República*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1970.

Entre doutrina e política: a Missão Militar Francesa e a oficialidade brasileira (1920-1937)

Rodrigo Nabuco de Araujo¹

Resumo:

Este capítulo tenta estabelecer uma genealogia da doutrina francesa no Brasil. Nossa hipótese de trabalho é que a Missão Militar Francesa no Brasil (MMF) formou um terreno ideológico e intelectual favorável à introdução de distintas doutrinas no Exército. Entendemos doutrina militar como um complexo de normas editado pelas forças armadas para codificar os comportamentos militares, reger as relações entre estes e a sociedade civil, delimitar seus espaços e funções dentro do Estado e determinar a natureza do inimigo. Assim definida, a doutrina constitui um conjunto de documentos que podemos identificar e ao qual podemos ter acesso nas bibliotecas do Exército, em livros e revistas militares.

Palavras-chave: Missão Militar Francesa; doutrina militar; modernização militar.

Abstract:

This article is trying to establish a genealogy of the French doctrine in Brazil. Our working hypothesis is that the French Military Mission in Brazil (FMM) has formed an intellectual and ideological terrain favorable to the introduction of different doctrines in the Army. We understand military doctrine as a set of rules issued by the military to codify the military behavior, to rule the relations between them and civil society, to delimit its spaces and functions within the state and to determine the nature of the enemy. Then defined, the doctrine constitute a set of documents that we can identify and to which we can access in the libraries of the army, books and military magazines.

Keywords: French Military Mission, military doctrine, military modernization.

A doutrina se assemelha a uma escola de pensamento, o que reflete aspectos de uma ideologia.² A Missão Militar Francesa (MMF), contratada para completar o projeto de modernização do Exército de 1919 a 1940, teve grande influência na formação dos oficiais, em especial no campo doutrinário. As técnicas transmitidas visavam o

¹ Doutorando em História, Universidade de Toulouse 2 – Le Mirail/ FRAMESPA UMR 5136. Este capítulo apresenta resultados parciais de uma pesquisa iniciada em outubro de 2007.

² PÉRIÈS, Gabriel. “Du corps au cancer: la construction métaphorique de l’ennemi intérieur dans le discours militaire pendant la Guerre Froide”. In: *Cultures & Conflits*, n° 43, 2001, pp. 91-125.

aperfeiçoamento do Estado-Maior, dotando-o de meios para agir sobre o conjunto de oficiais, ampliando sua autoridade. Foi necessário, entretanto, adaptar os ensinamentos dos franceses à realidade nacional. Assim, a propaganda política francesa contribuiu para a formação da doutrina do Exército brasileiro.

Durante os anos 1920-1937 não havia doutrina militar institucionalizada. Por outro lado, a autoridade militar, contestada em levantes, revoltas e rebeliões de oficiais, encontrava-se impossibilitada de impor um comportamento único e coerente. A unificação da doutrina, reclamada por oficiais reformadores em plena ascensão em suas carreiras, aparecia como uma excelente solução para o problema da divisão da oficialidade em grupos e tendências. Embora existisse uma ampla oferta de modelos militares estrangeiros, atribuíam-se a um Exército moderno qualidades como a neutralidade política e a submissão à autoridade civil. Esperava-se de fato que a MMF trouxesse uma resposta técnica às intervenções de oficiais na política e promovesse, não mais a política no Exército, mas a política do Exército, para retomar a famosa máxima do general Góes Monteiro, um dos seus mais brilhantes alunos.

Para compreender o processo de adaptação das doutrinas francesas, pois mesmo o Exército francês não dispunha de um modelo único, mas de concepções antagônicas e muitas vezes concorrentes, recorreremos a textos, livros e artigos franceses publicados em periódicos militares no Brasil. Contudo, um estudo tão amplo nos obrigou a limitar nossas ambições. Num primeiro momento tentamos identificar a quantidade de periódicos difundidos oficialmente pela Missão, com o intuito de compreender os objetivos da propaganda política francesa. Em seguida, recorreremos aos textos de periódicos brasileiros, e privilegiamos *A Defesa Nacional*, revista de maior alcance em sua difusão. Através de um estudo dos relatórios dos chefes da Missão tentamos compreender a interação entre os oficiais franceses e a oficialidade brasileira.

A escolha de uma missão estrangeira

Pode-se observar nos relatórios do Ministro da Guerra, entre 1898 e 1916, a forma recorrente como apela-se a modelos militares estrangeiros para solucionar problemas ligados à profissionalização do Exército. Os sucessivos ministros se mostravam conscientes das dificuldades técnicas que enfrentavam, e procuravam transformar os recursos humanos captados pelo Exército, os órgãos da administração

militar e a própria formação de oficiais de Estado-Maior. De forma geral, as memórias escritas de oficiais que se formaram neste período consideram que foi somente nos anos 1919-1924 que o Estado-Maior começou a se organizar de forma efetiva.

Os ministros da Guerra sublinhavam diferentes aspectos relativos à modernização das forças armadas, inspirando-se nas observações que faziam dos exércitos estrangeiros, principalmente o francês e o alemão. Entre os mais citados, encontram-se a necessidade de introduzir o serviço militar obrigatório, de reorganizar unidades militares e quartéis, de renovar os arsenais de guerra e de introduzir uma doutrina militar única, que resolvesse o problema das intervenções da jovem oficialidade na política.³

Já antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o então ministro da Guerra Hermes da Fonseca (1906-1909) havia tomado iniciativas no sentido de transformar o ensino militar, enviando alguns grupos de oficiais para estagiar no Exército alemão. Contudo, foi necessário o conflito europeu para que correntes internas e externas ao Exército tomassem iniciativas no sentido de transformar as bases da instituição. Com efeito, a Primeira Guerra trouxe à tona mais uma prova da necessidade de desenvolver a indústria bélica, assunto que começou então a ser encarado como decisivo e intimamente vinculado à segurança interna da nação. Poucos meses após a conclusão do conflito, o ministro da Guerra, Caetano de Faria (1916-1919), tomou a primeira medida de impacto no sentido de reformar profundamente o ensino militar, com a nomeação de jovens oficiais impregnados de ideais reformadores para o comando da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Ao grupo que passava a comandar a Escola deu-se o apelido de Missão Indígena, pois era composto unicamente por oficiais brasileiros. Além da origem dos oficiais instrutores, o que diferia a missão indígena da estrangeira, que então se preparava para o Exército, eram seus objetivos: reformar o ensino militar e dar um novo impulso à formação prática dentro da escola de oficiais. Por outro lado, previam-se objetivos mais amplos para uma missão estrangeira, se reportando diretamente à estrutura do Estado-Maior, seus planos, suas missões e sua doutrina.

A opção pela França nesse momento não significou que houvesse um consenso dentro do Exército. A decisão resultou, entre outros de fatores políticos e conjunturais externos. Devem-se citar aqui ao menos cinco fatores: a presença do influente senador

³ Agradecemos aqui a contribuição da pesquisadora Cristina Andrada Luna.

Epitácio Pessoa na Conferência de Paz de Versalhes, que sancionou a Alemanha, limitando o desenvolvimento de seu Exército; a presença de uma importante missão de compra de material de guerra na França e de oficiais que combateram nas fileiras do Exército francês durante a Guerra; a influência de importantes políticos do estado de São Paulo, que desde 1905 contavam com uma missão militar francesa para treinar a Força Pública estadual; o vínculo pessoal entre o então ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, e a França; e o fato, mais contundente, de ter o Brasil declarado guerra à Alemanha. Após a vitória sobre a Alemanha, o Exército francês era considerado o mais moderno, dispondo dos equipamentos e das técnicas mais sofisticadas. Enquanto a Missão Indígena, comandada pelo então capitão Bertoldo Klinger, exercia uma influência decisiva na formação de jovens tenentes que saíram da Escola do Realengo entre 1919 e 1923, a MMF era contratada para reformar o Estado-Maior e a Escola de Estado-Maior. Este processo passou por diversas etapas, e as duas décadas que separam a chegada da Missão até o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foram determinantes na formação de um Estado-Maior efetivo.

De um lado, o Estado-Maior é o órgão que toma as decisões mais importantes dentro da instituição, impõe sua visão dos fatos sobre o conjunto de oficiais, controla o comportamento da oficialidade e determina concretamente os objetivos do Exército dentro do Estado. De outro lado, a Escola de Estado-Maior (EEM) forma os oficiais responsáveis pela política militar, capazes de comandar e de fazer respeitar a autoridade da cúpula do Exército. Além de ser essencial na ascensão do oficial na carreira, a EEM contribui amplamente para a elaboração da doutrina militar.

A doutrina francesa no Brasil

Manuel Domingos foi o primeiro historiador civil a se interessar pela influência francesa na elaboração da doutrina militar do Exército. Entretanto, como reconhece este autor, a adoção da doutrina representava bem mais que um remodelamento do Exército, pois se preparar para a guerra significa imaginar o inimigo.⁴ Com efeito, o Exército, que, com exceção da guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), até então só intervieria em conflitos internos, possuía poucos recursos técnicos para definir a natureza e a qualidade do inimigo que deveria combater. Dentro do projeto de desenvolvimento de um

⁴ DOMINGOS, Manuel. *L'influence étrangère sur la modernisation de l'armée brésilienne (1889-1930)*. Tese de doutorado de história. Universidade de Paris III. 1979. p. 291.

Exército moderno, era normal que a definição de uma missão para as forças armadas fosse um dos principais objetivos. Buscava-se, com a introdução de uma doutrina, redefinir os objetivos das forças armadas dentro da sociedade.

A doutrina pode ser pensada como um conjunto de documentos escritos que define a atitude pública do oficial, e determina de certa forma a relação entre a oficialidade e o mundo externo. Assim, artigos que foram traduzidos nas páginas da *Defesa Nacional* expressam fragmentos de uma doutrina que se desejava implantar no Brasil. Além disso, esses documentos tratam da representação que se tinha da relação entre militar e política. Era notória a defesa de ideias reformadoras pelos oficiais que contribuía nesse periódico militar. Em seus artigos, os escritos franceses agiam como meio de legitimar a ideia de um oficial apolítico.

Durante os vinte anos de atuação da Missão Francesa no Brasil, muitos textos foram traduzidos e, segundo Francisco de Paula Cidade, oficial reconhecido por suas afinidades com o Exército alemão e por sua influência na escrita da história oficial do Exército:

A Missão Francesa deu grande impulso à bibliografia militar brasileira, publicando numerosas obras, em que se difundia a doutrina de guerra e em que se recolhiam as lições dadas aos alunos de quase sempre sob a forma de conferências. Nessas conferências incluíam-se técnica, história, geografia, organização militar, etc.⁵

Com efeito, foi a partir da chegada dos primeiros elementos da Missão que a história militar começou a ser realmente ensinada como veículo de transmissão de uma doutrina. Se a bibliografia selecionada para os cursos era uma escolha dos chefes da MMF, a grande maioria dos artigos traduzidos na *Defesa Nacional* era selecionada pelos oficiais brasileiros, que os traduziam. Como resultado lógico, conforme o contrato da MMF foi se estendendo, a quantidade de textos traduzidos foi aumentando, o que ampliava a influência dos escritos franceses. De fato, a difusão de vasta bibliografia, além de deixar livres os oficiais para interpretar as ideias, era um excelente meio de atingir um público cada vez mais amplo. Por um lado, o número de periódicos militares distribuídos passou de 14 a 180, entre 1926 e 1938.⁶ Por outro lado, 140 volumes foram encomendados pelos responsáveis dos cursos de Estado-Maior e de Aperfeiçoamento

⁵ CIDADE, Francisco de Paula. *História da Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1954, p. 133.

⁶ Service Historique de la Défense. 7N3399. Pedidos de envio de periódicos militares entre 1926 e 1939.

ente 1928 e 1939.⁷ Observa-se que durante os sete primeiros anos de estadia da Missão no Brasil, grande parte dos livros utilizados foi escrita especialmente para ser apresentada no Brasil.⁸ Poucos volumes foram distribuídos entre 1930 e 1932, devido aos problemas políticos que envolveram o Exército, e acabaram por também afetar a Missão. A própria continuidade desta foi comprometida, e a anulação do contrato foi considerada por influentes líderes revolucionários como necessária.

Outro aspecto que devemos ter em vista é relativo às obras distribuídas entre 1935 e 1938. Nesse período o Exército reformulava plenamente sua missão dentro da sociedade. Além dos livros de educação física, 150 no total⁹, os mais conceituados eram *Memórias do Marechal Foch*, do qual alguns extratos foram reproduzidos nas páginas da *Defesa Nacional*; *Sobre a função social do oficial*, do general Hubert Lyautey, traduzido pelo general Benício da Silva; e *Da Guerra*, de Karl Von Clausewitz, traduzido e comentado pelo chefe da Missão, general Noël, em 1938. Dos periódicos militares, era a *Revue Militaire Française* a mais bem conceituada, e nela escreviam instrutores da Escola Militar de Saint Cyr¹⁰, prestigiosos oficiais veteranos da Primeira Guerra e oficiais de Estado-Maior das colônias da Argélia e Indochina. A *Revista da Escola Militar*, editada pela Escola do Realengo, recebia semestralmente o periódico francês.

A seleção dos volumes ilustrava o pensamento que se queria transmitir. Por representarem a ideologia dominante dentro das Escolas de Estado-Maior e do Realengo, é significativa a importância que se atribuía a determinados elementos do modelo militar francês, como veremos a seguir.

A adaptação ao contexto nacional

A maioria dos textos traduzidos para *A Defesa Nacional* privilegiava aspectos da doutrina que tratavam da relação entre os militares e a política, e dava-se especial atenção às passagens que sustentavam o desligamento dos oficiais da política. Isso não

⁷ Service Historique de la Défense. 7N3399. Ver notadamente as cartas enviadas pelos chefes da MMF ao ministro da Defesa francês entre 1931 e 1939.

⁸ Arquivo Histórico do Exército. K-18-1: Missão Militar Francesa.

⁹ Não contabilizamos aqui os volumes tratando de educação física no total de livros distribuídos. Sobre esse tema, ver CASTRO, Celso “*In copore sano – os militares e a introdução da educação física no Brasil*”. *Antropolítica*, Niterói, RJ, n° 2, 1° semestre 1997, p. 61-78.

¹⁰ Equivalente francês da Escola Militar do Realengo.

significa que os instrutores franceses transmitissem esses valores, tampouco que o Exército francês os aplicasse realmente. Significa apenas que os tradutores e autores dos artigos defendiam como ideia central da reorganização do Exército e fundamento da eficiência profissional o distanciamento da política:

A instituição de uma doutrina de guerra, que oriente todas as decisões no campo de batalha e faça convergir as vontades individuais para a obtenção do resultado comum visado pelo comando supremo, é sem dúvida, uma resolução da maior relevância na organização de um exército.¹¹

As revistas, com suas edições especiais, suas reuniões periódicas e seus debates constituem um espaço de encontro de militares e definição da identidade militar. É inegável que a instituição de uma doutrina não impediria a divisão dos oficiais em grupos de facções políticas ligados a grupos exteriores às forças armadas, como sustenta o editorial deste número de 1923. Contudo, por defenderem a união dos oficiais em torno de uma ideologia e valores comuns, esses oficiais empenhavam-se em ampliar a autoridade do Estado-Maior. Seria redundante dizer que já estavam se reunindo em grupos motivados por determinados ideais. Por um lado, somente poderia haver influência sobre o comportamento do conjunto de oficiais se a autoridade do Estado-Maior, principal órgão da administração militar, fosse reforçada, aumentando a centralização, tornando-o militarmente eficaz e assegurando-lhe credibilidade institucional. Por outro lado, o enquadramento ideológico era uma forma de harmonizar as diferenças culturais de oficiais que provinham de distintos meios políticos e sociais. Um Exército forte, que projetasse sua imagem sobre a sociedade haveria de ser disciplinado, hierarquizado e subordinado ao princípio de unidade de comando.

Nesse extrato de artigo escrito pelo general Tanant, comandante da Escola Militar de Saint Cyr para a *Revue Militaire Française*, e traduzido para *A Defesa Nacional* em 1923, podemos notar a ênfase na separação entre militar e política:

O Exército é cego e mudo...

Certamente o Exército é uma grande coisa que sofre!

Se servis [a Nação] como é necessário que se a sirva e vos colocais no lugar que deveis ocupar na Nação, esta estará convosco, deixará os maus conselheiros e voltar-se-á para vós porque a Pátria engrandece e santifica não as ações brilhantes realizadas em seu benefício como o

¹¹ Arquivo Histórico de Exército. *A Defesa Nacional*, 1923, p. 67.

obsuro e ingrato labor que produzirá no futuro aquelas ações brilhantes.¹²

Este trecho somente pode ser compreendido dentro de um contexto histórico preciso de lutas internas. Está claro que num Exército destruído internamente era necessário afirmar a lealdade que se deve à Nação, advertindo, na mesma ocasião, que ela era governada por *maus conselheiros*. Dessa forma, a relação entre o militar e a política só existe através da Nação, e o Exército deve se mostrar digno de servi-la e de reorientá-la, se necessário. Outro ponto que podemos notar é a desconfiança frente aos políticos civis, representados pela figura dos *maus conselheiros*. Essa máxima levou à oposição entre sociedade militar e sociedade civil, o que abria possibilidades para a construção de uma identidade militar fundamentada nessa oposição. A desconfiança expressa por Tanant foi transposta ao Brasil através da neutralização dos elementos que ligam suas ideias ao contexto francês. A tradução *decontextualizou* as afirmações do comandante da Escola Militar de Saint Cyr, cujas raízes intelectuais fincam-se profundamente na alegoria do “Grande Mudo”, que por sua vez data de um episódio muito anterior à Primeira Grande Guerra. A separação entre militar e política, introduzida como elemento chave da doutrina francesa no discurso do general aludiu a dois episódios cruciais para a construção da identidade militar francesa. No primeiro deles o “Grande Mudo”, majoritariamente monárquico, aceita o advento e a estabilização da III República em 4 de setembro de 1870, seu conservadorismo é contido ou encoberto por sua pretensão ao apoliticismo e sua virtude legalista para com o poder de Estado.¹³ No segundo, a condenação, por alta traição, do tenente-coronel Alfred Dreyfus, em 1896, baseada em provas falsas forjadas pelo serviço secreto, sela a participação política da instituição pelo silêncio de seus membros. No Brasil, pensava-se nas cartas falsas de Artur Bernardes, que em 1921 difamavam o marechal Hermes da Fonseca e que foram o estopim de uma série de problemas entre políticos civis e militares, o que desencadeou o movimento de oposição militar contra o presidente e o próprio regime. Esta oposição, já latente havia alguns anos, colocava claramente em risco a integridade das forças armadas. Era esta a principal questão em aberto. Em ambos os casos o fundamento da sociedade militar foi comprometido, abalando a própria relação entre o Exército e a Nação.

¹² Arquivo Histórico do Exército. *A Defesa Nacional*, 1923, p. 446.

¹³ AGULHON, Maurice. *La République. 1880-1932*. Paris: Hachette, 1990, p. 136.

Vejamos agora o que dizia o marechal Foch sobre a relação entre militares e política, segundo a tradução do tomo 1 de suas *Memórias* feita para *A Defesa Nacional*, em 1932:

A situação do oficial não lhe permite imiscuir-se nas lutas da política, na paz como na guerra [...]. Seu valor profissional só se evidencia no terreno de ação, diante de seus colegas de farda, pares ou superiores, e não podem ser julgados pelos homens políticos. Quando estes se vêm cercados de clientes militares não encontrarão senão [...] simples adoradores do poder, que invocam ao preço de sua retidão, isto é, ao preço de um caráter desde então enfraquecido, as chamadas ideias filosóficas ou pretensas opiniões políticas [...]. Por isso a política, na promoção do oficial, provoca somente o erro e a injustiça, duas causas do enfraquecimento do quadro de oficiais.¹⁴

Estava claro que a ideia a ser transmitida era a de que os franceses frisavam o isolamento das esferas militar e política como forma de tornar o corpo de oficiais impermeável a influências exteriores. Os elementos ideológicos e históricos das ideias do marechal foram neutralizados. Em meio à Revolução de 1930 e ao levante paulista de 1932, era evidente a necessidade de reforçar a neutralidade política dos oficiais. Naquele momento, a Missão estava enfraquecida pela oposição de oficiais como o tenente-coronel Juarez Távora, que ocupavam cargos no Estado-Maior revolucionário.

A atitude dos oficiais franceses durante o levante constitucionalista em São Paulo mostrou, por outro lado, que o comportamento apolítico nem sempre foi a regra. De fato, os oficiais da MMF não se pronunciaram politicamente durante o movimento. Contudo, aqueles que coordenavam os trabalhos de modernização das forças policiais de São Paulo, empreendidos por outra missão francesa, apoiaram tecnicamente o levante.¹⁵ O tenente-coronel Hauchecorne, comandante da Missão de São Paulo (1929-1932), além de apoio técnico, ofereceu seus serviços de mercenário ao governo paulista durante o levante, o que preocupou seriamente o chefe da MMF, coronel Baudouin.¹⁶

¹⁴ Arquivo Histórico de Exército. *A Defesa Nacional*, “O Militar e a Política”, 1932, p. 67.

¹⁵ A Missão Militar Francesa para a Força Pública de São Paulo teve três fases muito distintas. De 1905 a 1913, foi comandada pelo coronel Balagny, que deixou o país com todos os seus membros em 1914. De 1921 a 1925 a Missão, comandada desta vez pelo general Nerel, foi recontratada diretamente pelo presidente de São Paulo, Washington Luís. De 1929 a 1932, ela voltou a atuar em São Paulo, comandada pelo tenente-coronel Hauchecorne, que trouxe ao Brasil essencialmente uma missão de mercenários franceses. Para mais detalhes, consultar a pasta 7N3397, *L'armée brésilienne et les missions françaises*, 1921, Service Historique de la Défense, Forte de Vincennes (França).

¹⁶ Carta do coronel Baudouin, chefe da MMF, ao coronel Koeltz, chefe do 2º Sessão do Estado-Maior do Exército francês. 22 de maio de 1934. 7N3397, Service Historique de la Défense, Forte de Vincennes (França).

Entre outros resultados, o combate a esses levantes aumentou a determinação do Estado-Maior no sentido de unificar o corpo de oficiais em torno de valores e ideais comuns como forma de fortalecer o sentimento de pertencer a uma sociedade distinta da sociedade civil. Portanto, era necessário definir com bastante clareza a natureza da relação entre o Exército e a Nação, objetivo das conferências dos instrutores franceses na Escola de Estado-Maior.

A influência no Estado-Maior

A ausência de uma doutrina institucionalizada e a falta de um Estado-Maior efetivo, que dispusesse da autoridade necessária para impor suas decisões, foram as principais dificuldades encontradas pelo alto comando do Exército. Pode-se considerar que as revoltas tenentistas de 1922 e 1924 encontraram certo êxito dentro do corpo de oficiais devido à falta de autoridade do Estado-Maior e à ausência de uma missão definida para os oficiais do Exército. Segundo Frederick Nunn, o objetivo da MMF coincidia com o dos tenentes da Coluna Miguel Costa/ Prestes nos momentos iniciais do movimento, em 1925, já que ambos desejavam fazer do Exército uma força capaz de agir sobre o desenvolvimento da sociedade.¹⁷

A questão mais debatida pelos adidos militares brasileiros na França durante esse período foi a da autoridade da Missão Francesa no Estado-Maior, o sistema nervoso da instituição. Optou-se por restringir a liberdade dos oficiais franceses, como forma de prevenir a formação de grupos em torno destes, já que dispunham dos planos de defesa nacional. Durante os ministérios de Setembrino de Carvalho (1921-1925) e Tasso Fragoso (1925-1928) buscaram-se meios de reduzir a influência dos franceses dentro do Estado-Maior. Embora esses generais fossem representantes de correntes germanófilas ou positivistas e estivessem cercados de oficiais que haviam estagiado na Alemanha e defensores de ideais reformadores, suas atitudes para com a Missão não refletiam francofobia. Conscientes do perigo que representava o salvo-conduto de oficiais estrangeiros no Estado-Maior, os ministros procuraram evitar erros como os que se observaram no Peru e na Tchecoslováquia, onde os chefes das missões francesas

¹⁷ NUNN, Frederick. *Yesterday's soldiers: European military professionalism in South America, 1890-1940*. University of Nebraska Press, 1983.

ascenderam ao cargo de chefe de Estado-Maior, exercendo grande influência política mesmo após a saída da missão.¹⁸

O acordo tácito entre os chefes da MMF e os ministros da Guerra, principalmente entre o general Gamelin, chefe da MMF entre 1919 e 1924, e Setembrino de Carvalho, no sentido de não interferirem em questão políticas ligadas ao Exército, permitiu a plena implantação da Missão, mas levou ao distanciamento entre o alto comando do Exército e os oficiais franceses.¹⁹ De fato, os instrutores franceses orientaram sua missão no sentido de disporem de maior liberdade de pensamento e ação, mas foram limitados aos cargos de instrutores ou auxiliares nas Escolas de formação de oficiais de Estado-Maior. Contudo, foram os projetos elaborados por Gamelin junto com o coronel Malan d'Angrogne que orientaram a reforma desses estabelecimentos de ensino. É preciso salientar que os franceses raramente agiam sós e sempre puderam contar com o apoio de personalidades influentes dentro do Exército.

Em 1921, no segundo ano dos cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAO) e de Estado-Maior do Exército (EEM) o general Gamelin, pronunciou uma conferência extraordinária para um público jovem de tenentes e majores.²⁰ Gamelin utilizou aquela ocasião para estimular o interesse dos oficiais pela história militar e celebrou o centenário da morte de Napoleão, personagem de proa no panteão de heróis militares franceses. Relacionando história, política e doutrina, como era de praxe nos meios militares, através da imagem do herói militar, ele ilustrou a relação entre o Exército e a nação.

É necessário separarmos Napoleão, o líder de guerra, do governador de povos. [...] Somente o primeiro nos pertence, a nós militares. O segundo fez brotar em sua Pátria um brilho imortal, trazendo glórias que a arruinariam. Ainda assim, a França conserva por Napoleão os olhos e o coração de uma mulher por um amante que amou

¹⁸ BUSTAMANTE, Fernando. *Consideraciones sobre algunos factores relevantes en la profesionalizacion militar en cuatro paises latinoamericanos*. Santiago de Chile: FLASCO. 1991.

¹⁹ O acordo verbal foi registrado por Gamelin em seu relatório de 1923 e aludia à repressão severa que se abatera sobre os tenentes envolvidos no movimento dos 18 do Forte, considerada desnecessária pelo general francês, já que o Exército dispunha de poucos quadros de qualidade “moral”. Todos os sucessivos chefes da MMF receberiam as mesmas indicações, pelo menos até 1930.

²⁰ Embora fosse orientado para um público de coronéis e generais, poucos foram os que se apresentaram à Escola. Muito se especulou sobre essa ausência de generais. De forma geral, a literatura militar defende que, sentindo seu prestígio político ameaçado por jovens oficiais de espírito renovador e por estrangeiros veteranos da maior guerra que a Europa conhecera até então, os generais recusaram-se a se apresentar aos cursos da EsAO, o que seria uma forma de reconhecer sua incompetência. Discordamos desse ponto de vista, pois esses estudos foram em grande parte realizados pelos então oficiais reformadores ou seus alunos.

desesperadamente e que, tenho que lhes confessar, a honrou, mas a fez muito sofrer.²¹

A intimidade entre o herói e a Nação tem grande incidência sobre a ligação entre o Exército e a sociedade. Se a Nação pode perdoar os abusos de poder contemplando o prestígio militar, a sociedade não pode deixar de condená-los. A sequencia lógica do pensamento que o instrutor desejava transmitir autoriza o militar a tomar posse do espaço ocupado pela Nação, fazendo de si mesmo o defensor de seus valores supremos. A história militar ensinada nas escolas para oficiais é construída por lições do passado, e permite explicar a representação do Exército e da Nação. A utilização da simbologia militar instalaria o Exército como principal oficiante do culto nacional.

Para tentar avaliar a influência efetiva desses cursos nos comportamentos militares seria necessário dispor de uma lista exaustiva de oficiais que cursaram a Escola de Estado-Maior nos primeiros anos da década de 1920. O curso se estendia por três anos, subtraía os oficiais temporariamente de seus cargos, determinava um limite mínimo de idade para ingressar na Escola, mas não impunha nenhum limite máximo. Através de dados coletados nos relatórios dos chefes da Missão e nos Boletins do Exército, é possível determinar alguns dos principais oficiais que passaram pela Escola naqueles anos de tormenta. A primeira turma a se formar pela EsAO sob o comando da MMF foi a de 1923. Sabemos que era um público extremamente heterogêneo, em sua maioria capitães, majores e, em menor medida, tenentes-coronéis²². Formaram-se pela EEM entre 1920 e 1924 muitos oficiais que tiveram uma importante carreira política. Poucos dos tenentes que apoiaram os levantes de 1924 ou 1925 passaram pela EEM ou pela EsAO. Seria necessário um estudo mais aprofundado para se conhecer a trajetória de cada um deles, porém, deve-se levar em conta que, para fazer o curso naquela época, era necessário ser no mínimo tenente ou capitão e que a regra de ter mais de 28 anos nunca foi aplicada. A maior parte dos tenentes, entre os quais Juarez Távora, só

²¹ GAMELIN, Maurice. *La stratégie de Napoléon. Conférence faite aux officiers du Cours de Révision, de l'Ecole d'Etat Major et de l'Ecole de Perfectionnement le 5 mai 1921*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar. Estado-Maior do Exército.

²² Pelos dados coletados junto ao adido militar francês no Brasil, que avaliou em 1956 a influência da MMF sobre a formação da oficialidade, supomos que se formaram entre 1920 e 1923, pela EAO, Bertoldo Klinger, Constandio Deschamps, Estevão Leitão de Carvalho, Eurico Dutra, Pedro Aurélio de Góes Monteiro e Mascarenhas de Moraes. Ainda segundo este estudo do adido francês, teriam se formado, entre 1924 e 1928, Henrique Batista Teixeira Duffles Lott, Alexandre Zacharias de Assunção, Floriano de Lyra Brayner, Oswaldo de Araujo Motta, Nilo Horácio de Oliveira Sucupira, Emílio Maurell Filho e Edgardo do Amaral.

cursaria a Escola a partir de 1931, ainda sob o comando da MMF. Com esses poucos dados parece difícil determinar a real incidência dos ensinamentos da Escola no comportamento político da oficialidade nos anos 1920. Contudo, nos anos 1930, a maior parte da oficialidade já tinha sido formada pela Missão Francesa, inclusive aqueles que exerceram cargos políticos de alta responsabilidade.

É necessário chamar a atenção para a influência da MMF na Escola do Realengo. Foi somente após a fracassada tentativa de levante de alunos da Escola em 1922 que a MMF começaria a ter uma maior influência sobre a formação da jovem oficialidade. Aurélio de Lira Tavares reconheceria anos mais tarde a inspiração do modelo francês.

Resolvemos batizar a nossa turma de aspirantes com o nome de um herói nacional ou feito militar de grande projeção em nossa história, à maneira que se usava na França. [...] A escolha do nome foi unânime. Pertenceríamos à Turma Caxias. Adotamos essa decisão, por iniciativa própria, antes mesmo da instituição oficial do patrono do Exército, título com que seria consagrado, mais tarde o Duque de Caxias.²³

Segundo Celso Castro, o objetivo a ser alcançado pela institucionalização do culto ao patrono do Exército, no plano simbólico, era a afirmação do valor da legalidade e do afastamento da política, a bem da unidade interna.²⁴ Existiria assim um paralelo entre o culto a Caxias e o culto a Napoleão. O Exército não seria somente a emanção da Nação, como pretendia o mito republicano, mas teria forjado a própria Nação, criando um sentimento que ligou intimamente um ao outro.

Se, por um lado, pode-se questionar em qual medida a instituição desse culto teve uma influência no imaginário nacional, por outro, devemos admitir que nesse mito fundador o oficial é o defensor supremo da integridade da Nação. A instauração do serviço militar obrigatório foi a principal fonte de inspiração para representar a função social do oficial, e em 1935, esta estava se modificando. Recorremos à obra traduzida pelo general Benício da Silva, *A função social do oficial*, para tentar compreender a influência do modelo francês na cultura militar brasileira.²⁵

²³ TAVARES, Aurélio de Lira. *O Exército e a Nação*. Recife: Imprensa Universitária. 1965.

²⁴ CASTRO, Celso. “Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1996.

²⁵ BENÍCIO DA SILVA, Valentim. *A função social do Oficial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1938.

O autor da obra, general Hubert Lyautey, responsável pela conquista militar de Madagascar e teórico do modelo político e militar colonial, escrevia sobre o serviço militar obrigatório que representava como uma força regeneradora da sociedade, na qual o oficial exercia o papel de educador e transformava a maneira de pensar e de agir dos cidadãos. É interessante notar que, tanto na obra traduzida quanto no original, seguem-se muitas comparações entre as tentativas de teóricos positivistas em implementar uma nova sociedade através da educação cívica e a responsabilidade que tinham os oficiais em educarem os cidadãos. Segundo Lyautey, a diferença fundamental residia em que todos os cidadãos serviam à Nação através do Exército. Completava-se, com o serviço militar, a ligação íntima entre o Exército e a Nação.

Outro aspecto salientado por Lyautey tratava da função colonial do Exército. Esta caía como uma luva para os oficiais que assistiam ao curso de Estado-Maior sob o comando de Baudouin (1932-1935) e do general Noel (1935-1938), dois oficiais coloniais. Naquele momento era preciso afirmar tanto a lealdade dos oficiais à Nação, numa relação que transcendia os regimes políticos, quanto afirmar a necessidade de terem uma missão a cumprir. As ideias de Lyautey foram desenvolvidas em diversos artigos desde 1900, e expressavam uma incrível adaptação dos ideais positivistas à missão colonizadora empreendida pelo Exército.

Portanto, com a chegada de uma nova leva de oficiais franceses, ricos de experiências nas colônias, manifestando outra ideia da doutrina militar, os ensinamentos na Escola se modificariam substancialmente. Como vimos, a maior parte dos periódicos militares foi difundida entre 1935 e 1938 e, neles, escreviam muitos dos oficiais coloniais. De 1935 a 1938 muitos livros foram traduzidos para o curso da Missão, entre eles os livros e artigos de Lyautey. Este renomado oficial colonial, que junto com os generais Noel e Chadebec de Lavalade, serviu nos regimentos coloniais durante muitos anos, defendia que o Exército tinha uma verdadeira função na sociedade. Sem sombra de dúvida, esta função não diferia muito da que pretendiam exercer os militares brasileiros. Lyautey escreveu, em *A função colonial do Exército*:

O soldado age primeiramente como soldado, porém, quando obtém a paz, ele depõe suas armas e se torna administrador. Quando o setor atribuído a uma companhia for pacificado e quando o ultimo tiro for disparado, esta companhia deixa de representar uma unidade militar, para tornar-se uma reserva de trabalhadores, de instrutores, de agricultores, para tornar-se o primeiro elemento da valorização colonial, agindo como iniciadores das raças às quais que temos a

missão providencial de abrir as vias para a indústria, a agricultura, a economia, a uma vida moral digna e completa.²⁶

Nossa hipótese é que os ensinamentos da Missão contribuíram para formar oficiais conscientes de uma missão social a cumprir. A MMF não restringiu a influência do positivismo no Exército, nem tampouco a substituiu pela ideologia do oficial profissional. Seria mais provável pensar no oposto: que acentuou uma vertente do positivismo que valorizava a intervenção das forças armadas na política como forma de orientar o desenvolvimento econômico e social do país. Além de existirem distintas escolas positivistas, muitos políticos e militares, brasileiros e franceses, se inspiraram nelas. Uma das motivações do governo francês ao enviar missões militares através dos quatro continentes era a de difundir seu modelo de civilização, e a MMF não teria como escapar dessa norma. As principais autoridades brasileiras, entre as quais Góes Monteiro e Eurico Dutra, aceitaram plenamente os ensinamentos franceses, conscientes de terem uma missão a cumprir na sociedade.

Considerações finais

A MMF chegou ao Brasil num momento de grave crise da identidade militar, na qual a Revolução de 1930 foi um divisor de águas. Se antes de 1930 acreditava-se que a experiência da Grande Guerra representava o que de melhor a técnica francesa tinha a oferecer, após a revolução os oficiais estavam convencidos de que os ensinamentos da Guerra eram obsoletos. Já em 1925, quando Klinger combatia a Coluna Miguel Costa-Prestes, ele estava consciente de que a guerra de trincheiras não servia para o contexto nacional. Assim, lamentava que a guerra de movimento não fosse ensinada na Escola de Estado-Maior.

Os resultados mais visíveis da Missão Militar Francesa no Brasil traduziram-se na constituição de um Estado-Maior efetivo, centralizador do comando nacional do Exército e encarregado de elaborar as grandes diretrizes a serem aplicadas à totalidade da instituição²⁷. Começava a delinear-se a doutrina do Exército brasileiro. Com a chegada dos primeiros elementos da Missão refunde-se o ensino militar de aperfeiçoamento. A doutrina francesa foi adaptada ao contexto brasileiro, por

²⁶ LYAUTEY, Hubert. *La fonction coloniale de l'armée*. Paris: Plon, 1900, p. 24.

²⁷ SEIDL, Ernesto. "A construção de uma ordem: o exército brasileiro e o nascimento da meritocracia (1850-1930)", *Ciência e letras*. Porto Alegre, n. 37, jan. /jun. 2005, p. 107-137.

doutrinários do Exército, que, conscientes de terem uma mensagem para transmitir à jovem oficialidade, adaptavam os escritos franceses à realidade nacional.

Os esforços franceses contribuíram para a construção da imagem de um Exército unido, aumentando de certa forma o interesse pela política e pelas mudanças nas estruturas do país.²⁸ A influência francesa se sentiu de diferentes maneiras, mas os ensinamentos foram adaptados à situação do Exército brasileiro, e muitos dos oficiais que obtiveram excelentes resultados nos cursos de Estado-Maior tiveram também uma importante atuação política.

A MMF contribuiu para forjar o mito original do Exército, erguendo-o junto à Nação e conferindo-lhe uma missão e objetivos políticos. Supõe-se que, durante o Estado Novo (1937-1945), alguns dos mais distintos oficiais, antigos alunos da Missão, entre eles o general Horta Barbosa, exerceram funções proeminentes na aplicação de um modelo militar calcado inteiramente no imaginário positivista. Neste, o Exército tem uma função social precisa, uma missão a ser preenchida que é a de arauto do progresso e mantenedor da ordem nacional.

Referências bibliográficas

- AGULHON, Maurice. *La République. 1880-1932*. Paris: Hachette, 1990.
- BENÍCIO DA SILVA, Valentim. *A função social do Oficial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1938.
- BUSTAMANTE, Fernando. *Consideraciones sobre algunos factores relevantes en la profesionalización militar en cuatro países latinoamericanos*. Santiago de Chile: FLASCO. 1991.
- CASTRO, Celso. “Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1996.
- _____. “*In copore sano* – os militares e a introdução da educação física no Brasil”. *Antropolítica*, Niterói, RJ, n° 2, 1° semestre 1997, p. 61-78.
- CIDADE, Francisco de Paula. *História da Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1954.
- DOMINGOS, Manuel. *L'influence étrangère sur la modernisation de l'armée brésilienne (1889-1930)*. Tese de doutorado de história. Universidade de Paris III. 1979.

²⁸ NUNN, Frederick. “Professionalism and professional militarism in Brazil, 1870-1970: historical perspectives and political implications”. *Journal of Latin American Studies*. Cambridge University Press. Vol. 4. N° 1. Maio 1972. pp. 29-54.

- GAMELIN, Maurice. *La stratégie de Napoléon. Conférence faite aux officiers du Cours de Révision, de l'Ecole d'Etat Major et de l'Ecole de Perfectionnement le 5 mai 1921*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar. Estado-Maior do Exército.
- LYAUTEY, Hubert. *La fonction coloniale de l'armée*. Paris: Plon, 1900.
- NUNN, Frederick. "Professionalism and professional militarism in Brazil, 1870-1970: historical perspectives and political implications". *Journal of Latin American Studies*. Cambridge University Press. vol. 4. n.º 1. Maio de 1972, p. 29-54.
- _____. *Yesterday's soldiers : European military professionalism in South America, 1890-1940*. University of Nebraska Press, 1983.
- PÉRIÈS, Gabriel. "Du corps au cancer: la construction métaphorique de l'ennemi intérieur dans le discours militaire pendant la Guerre Froide". IN: *Cultures & Conflits*, n.º 43, 2001, pp. 91-125.
- SEIDL, Ernesto. "A construção de uma ordem: o exército brasileiro e o nascimento da meritocracia (1850-1930)", *Ciência e letras*. Porto Alegre, n. 37, jan./jun. 2005, p. 107-137.
- TAVARES, Aurélio de Lira. *O Exército e a Nação*. Recife: Imprensa Universitária. 1965.

Góis Monteiro e a política do exército¹

Sergio Murillo Pinto

Resumo:

Instrumento de força da soberania nacional, o Exército é um órgão essencialmente político. O militar não pode, porém, envolver-se com política partidária. Deve-se fazer a política *do* Exército e não a política *no* Exército. A política do Exército é a preparação para guerra, que envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional.² Essas ideias constituem parte da essência do pensamento político do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro (1889-1956), que, especialmente durante a década de 1930, formulou uma verdadeira doutrina de segurança nacional, a “doutrina Góis”, que considerei, em outro trabalho,³ uma síntese do pensamento militar no Estado Novo.

Palavras-chave: Góis Monteiro; Doutrina Góis; Estado Novo.

Abstract:

Instrument of strength of the national sovereignty, the Army is an organ essentially political. The military cannot, however, become involved with partisan politics. It is the policy making of the Army and not politics in the Army. The policy of the Army is the preparing for war, which involves all the events and activities of national life. These ideas constitute part of the essence of the political thought of General Pedro Aurelio de Góis Monteiro (1889-1956), who, especially during the 1930s, formulated a true doctrine of national security, the "Gois doctrine", which I considered, in another work a synthesis of military thinking at the Estado Novo.

Keywords: *Gois, Doctrine Gois, Estado Novo.*

O conceito de segurança nacional, como o conhecemos, foi elaborado progressivamente, a partir do final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando

¹ A referência básica para este texto é PINTO, Sergio Murillo. *Exército e política: um século de pensamento e ação rumo à intervenção centralizada (1831-1937)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. Assim sendo, não serão feitas novas menções a ela, ao longo do trabalho.

² MONTEIRO, Gal. Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, s.d., p. 124, 125, 133, 134, 138, 163.

³ PINTO, Sergio Murillo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

surgiu a concepção de Guerra Total.⁴ O projeto nacional do general Góis inspirava-se nessa concepção e as condições históricas, nos campos nacional e internacional, contribuíram substancialmente para que se tornasse hegemônico. A partir da constatação do atraso do país e da falência da democracia liberal, tratava-se de tornar as Forças Armadas tão fortes quanto possível para apoiar um governo forte, capaz de realizar as transformações necessárias.

Intervenções militares na vida política do país, com características diversas, ocorreram desde o pronunciamento de 7 de abril de 1831, de que resultou a abdicação do primeiro imperador. O Exército Brasileiro, entretanto, ainda não concluía o processo de nacionalização e sua identidade corporativa apenas começava a ser construída. A despeito de esforços como as medidas adotadas pelo “gabinete saquarema”,⁵ durante o chamado apogeu do Império, essa identidade só veio a ser mais substancialmente fortalecida com a Guerra do Paraguai (1864-1870).

O Exército, a julgar pelas manifestações perceptíveis, adquiriu, no pós-guerra, uma nova consciência de sua importância. O tratamento que lhe foi então dispensado pelos dirigentes políticos do Império fez crescerem antigos ressentimentos e a solidariedade interna. Esses e outros fatores, como o recrudescimento da campanha abolicionista, levaram parte da oficialidade a uma participação mais ostensiva no debate político. Temas de interesse nacional, como abolição e imigração – ambos relacionados à questão do recrutamento militar –, proteção à indústria e melhoria das vias de comunicação, além das reivindicações especificamente militares, eram discutidos em jornais militares.⁶

Embora limitado a uma minoria politicamente mais ativa, esse debate revelava que alguns oficiais tornavam-se conscientes de suas responsabilidades políticas e mesmo de seu poder de intervenção. A Escola Militar da Praia Vermelha era o celeiro de onde provinha a maioria jovem dessa oficialidade crítica, cuja atuação, em uma sociedade rural e escravista, exerceu forte influência “modernizadora”, decisiva para a

⁴ A concepção de “Guerra Total”, desenvolvida pelo general alemão Erich Ludendorff, apoia-se na coesão do povo e na ideia de que a guerra não se restringe às forças armadas, mas envolve integralmente a população e os recursos materiais do país; a política deve, pois, servir à guerra.

⁵ Sobre a “liderança Saquarema”, ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1990.

⁶ Sobre essas questões, ver SCHULZ, John. *O exército na política*. São Paulo: Editora da USP, 1994.

queda do Império.⁷ A identidade social dessa “mocidade militar” baseava-se na valorização do mérito e na mentalidade “cientificista” – mistura eclética de ideias oriundas do pensamento europeu do século XIX, especialmente o positivismo e o evolucionismo. Era necessário acelerar o progresso, orientado pela ciência, para integrar o país ao mundo civilizado.

A “mocidade militar” acreditava constituir uma elite do Exército e do país, por seus méritos intelectuais e morais, e partilhava, com os chefes e oficiais mais atuantes, a crença de que os políticos eram essencialmente imorais e corruptos, enquanto os militares eram moralmente sadios e patriotas. Ela acolheu a ideia republicana e impulsionou o movimento entre a oficialidade, utilizando-se da chamada Questão Militar para intensificar sua ação política.

É comum dividir a oficialidade do Exército no pós-guerra em “científicos” e “tarimbeiros”. Esses, mais ligados à tropa e às questões especificamente militares; aqueles, adeptos da ideia do soldado-cidadão, politicamente atuante. Os dois grupos tinham em comum os interesses corporativos. Embora esquemática, a divisão é útil, pois, do ponto de vista da relação de forças políticas, enquanto os “tarimbeiros” atuantes não ultrapassaram o momento econômico-corporativo, os “científicos” avançaram e reivindicaram reformas no Estado, em geral modernizadoras e progressistas, mas que visavam, antes de tudo, à “purificação” da política e deveriam ser empreendidas dentro da ordem vigente, sem chegarem a constituir um projeto político para o país.⁸

O que uniu os dois grupos foi a existência do inimigo comum, a “classe política”. O pensamento e a ação dos oficiais politicamente atuantes revelam que o objetivo era tomar o lugar dos bacharéis no controle do Estado, para pôr em prática as reformas pela via autoritária. O golpe, consumado a 15 de novembro de 1889, foi obra de parte do Exército, embora em nome do povo. A ideia de que aos exércitos, com base na educação científica, estava reservada uma “posição central na sociedade” era cara à “mocidade militar”.⁹

O Governo Provisório adotou um centralismo rígido, com militares nomeados para a metade dos governos estaduais e muitos outros cargos públicos. O Exército –

⁷ A esse respeito, ver CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

⁸ Sobre relações de forças políticas, ver GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 43-54.

⁹ CASTRO, Celso. Op. cit., p. 140-141.

mais que a Marinha – beneficiou-se, especialmente em termos de recursos orçamentários, aumento de efetivo e de salários. Logo, porém, a luta pelo poder rompeu a união tática e restabeleceu a antiga divisão, a que se somaram outras sérias dificuldades, como a inexperiência política, a falta de um projeto para o país e a necessidade de compartilhar o poder com civis cujas prioridades eram distintas.

Promulgada a nova Constituição (1891), o curto governo de Deodoro termina em novembro do mesmo ano com sua renúncia em meio a grave crise, após dissolver o Congresso e encontrar resistência do Partido Republicano Paulista (PRP), da Armada e mesmo de parte do Exército. Assumiu Floriano, vice-presidente, que veio também a substituir Benjamin Constant, após sua morte, na liderança da oficialidade jovem e politizada. Superadas as dificuldades iniciais, Floriano apresentou ao Congresso uma lista de objetivos de governo com características nacionalistas, modernizadoras e, em alguns aspectos, até surpreendentes.

A posição central das Forças Armadas na sociedade, o nacionalismo, a preocupação com o desenvolvimento do país – em especial nos aspectos de interesse dos militares, como indústria e vias de comunicação, – a superioridade da ética militar, o reformismo autoritário, decorrente da ideia de que a sociedade deveria ser hierarquizada e disciplinada, são concepções que integram o pensamento dos militares politicamente atuantes no fim do Império e início da República. Essas concepções marcam os objetivos de governo de Floriano, consolidam-se, são reelaboradas e enriquecidas pela ação política dos militares nas novas conjunturas, constituindo um substrato que está presente nas concepções de Góis Monteiro. A poderosa oligarquia paulista, entretanto, não tinha interesse no tipo de desenvolvimento proposto por Floriano. Seu estado de saúde e a divisão das Forças Armadas o afastaram da ideia de uma tentativa de golpe para realizar as reformas pela via autoritária.

Os ideais florianistas se mantiveram vivos através do movimento jacobino, de inspiração militar. O objetivo prioritário do governo de Prudente de Moraes (1894-1898) era, porém, consolidar o poder civil, o que exigia desarticular a estrutura criada pelos governos militares. Assim, uma vez que muitas medidas adotadas pelo governo feriam dogmas do seu ideário, a oposição jacobina tornou-se cada vez mais agressiva, ocorrendo manifestações, rebeliões na Escola Militar e até mesmo um atentado contra o presidente da República, em que morreu o ministro da Guerra.

A participação de numerosos oficiais na conspiração que produziu o atentado atingiu o prestígio do Exército. O jacobinismo refluíu e uma parcela significativa da oficialidade, sentindo-se desgastada pela agitação política, passou a apoiar o governo. Desfez-se, assim, a coesão que se estabelecera sob a liderança de Floriano. O governo adotou então a prática de utilizar as promoções e outras formas de gratificação para estimular o afastamento da política e incentivar os chefes a manterem a tropa sob controle. Bem sucedida, essa prática gerou crescente insatisfação entre a oficialidade mais jovem e, progressivamente, aprofundou a nova divisão.

Atingido o objetivo de consolidação do poder civil, tem início o período de hegemonia das oligarquias agrárias lideradas pelos cafeicultores paulistas, cuja política estava vinculada ao coronelismo. Sob o federalismo da nova Carta, a antiga tendência à militarização do poder regional levou os estados a fortalecerem suas forças policiais. O ciclo de intervenções militares na política relacionadas à emergência da República encerra-se com a chamada Revolta da Vacina (1904), de que decorreu o fechamento da Escola da Praia Vermelha, reduto da “mocidade militar”.

A partir de então, no Exército, tornou-se predominante o profissionalismo, tanto pelas razões mencionadas como pelas iniciativas do marechal Hermes da Fonseca e do barão do Rio Branco nesse sentido. Embora deva-se distinguir suas intenções das realizações efetivas, a atuação de Hermes como ministro da Guerra, no governo Afonso Pena (1906-1909), teve méritos inegáveis. Sua candidatura à presidência da República, entretanto, revigorou o envolvimento dos militares com a política. Sob sua liderança convergiram os dois grupos em que se dividira a oficialidade, com a decisiva contribuição da violenta campanha civilista de seu adversário, Rui Barbosa.

Uma vez eleito e iniciado o mandato (1910), porém, logo se desfez a união tática entre os dois grupos. Militares próximos ao presidente passaram a intervir na política de vários estados, com o propósito de “salvá-los” das oligarquias regionais dominantes, em proveito próprio ou de grupos dissidentes a que estavam ligados. A agitação política, particularmente em estados do Nordeste, tornou-se grave e a crise estendeu-se ao Exército. Ao final do mandato, o prestígio conquistado pelo marechal havia se transformado em grande impopularidade.

O envio de oficiais para estagiar no exército alemão contou com o apoio de Hermes, ainda ministro, mas a iniciativa foi de Rio Branco. Componentes da última e

mais numerosa turma desenvolveram, ao regressar, um sério e persistente trabalho de divulgação dos conhecimentos e ideias que trouxeram. Essa divulgação ampliou-se quando conseguiram publicar a revista *A Defesa Nacional*, que revela, já no seu primeiro número, as concepções defendidas pelo grupo.¹⁰

Para eles, uma sociedade em formação, como a brasileira à época, tinha como única força organizada o Exército, o que tornava necessária, em dados momentos, sua intervenção, tendo em vista a transformação política ou a estabilização social. O Exército precisava estar aparelhado para isso, como também para a função educativa e organizadora que lhe cabia nesse tipo de sociedade. Esse papel central, portanto, envolvia o Exército com uma dimensão maior da política, mas não com a política partidária, ou “politicagem”.

Ironicamente apelidados de “jovens turcos”, em alusão aos reformadores do Império Otomano, esses jovens oficiais defendiam a indústria nacional – em particular a siderurgia – e o transporte ferroviário, pela relevância estratégica para a defesa nacional. Suas críticas mais veementes eram dirigidas ao bacharelismo, mas também combatiam vigorosamente a militarização do poder estadual, à qual o Exército era historicamente antagônico, e a Guarda Nacional, embora já muito decadente.

As concepções dos “jovens turcos”, como se vê, contêm elementos do pensamento militar da época, também presentes nos objetivos de governo de Floriano. Foram, porém, marcadas pelo clima de guerra que se instalara na Europa, que acentuou a preocupação com a defesa nacional. Brasileiros, analisavam o país a partir de suas referências culturais de origem, sob a influência da conjuntura política europeia e, mais especificamente, do exército alemão que admiravam e, por extensão, da nação germânica. Criticavam severamente, portanto, o Exército Brasileiro, não apenas pelas deficiências materiais, realçadas pela guerra, mas pela qualidade do soldado, problema cuja solução estava vinculada ao cumprimento da nova lei do serviço militar. A influência de suas ideias sobre o pensamento de Góis Monteiro é significativa.

Assim, a tarefa de renovar o Exército era de grandes proporções e a maior responsabilidade cabia aos tenentes, por serem os instrutores da tropa e, devido à lentidão das promoções, constituírem então a maioria da oficialidade. Provavelmente

¹⁰ A referência sobre os “jovens turcos” neste trabalho é CAPELLA, Leila. *As malhas de aço do tecido social: a revista A Defesa Nacional e o serviço militar obrigatório*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

decorria de sua ânsia de renovação a insistência com que se referiam à própria juventude como um valor, associado ao futuro e à modernidade.

O clima de agitação e reivindicações decorrente da emergência da “questão social”, com apoio da juventude acadêmica, assim como uma revolta de sargentos, frustrada pela ação do governo, criaram condições para uma aproximação entre militares e segmentos da classe dominante, cujo objetivo comum era a adoção do serviço militar obrigatório. Para os oficiais, o sorteio militar seria o ponto de partida para a solução de sérios problemas do Exército, o que compensava o constrangimento de uma aliança com os principais alvos de suas críticas; para esses novos parceiros, seria a viabilidade do projeto de “construção da nação” com controle social. A formalização da aliança se deu com a criação da Liga de Defesa Nacional.

O rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha, a declaração de guerra e, por fim, a derrota alemã contribuíram para a contratação de uma missão militar francesa de instrução para o Exército, assim como para o declínio da influência dos “jovens turcos”. Seu trabalho pela profissionalização e a difusão de suas ideias, contudo, frutificaram e se fizeram sentir nos anos subsequentes.

Com o fim da guerra, um novo contexto histórico se delineia. O panorama internacional tinha como principal característica a instabilidade e não alimentava expectativas de paz duradoura. No Brasil, a instabilidade política também se manifesta, revelando a emergência e progressivo crescimento, ao longo da década de 1920, de uma ampla crise, caracterizada por marcante participação militar.

Assumiu a pasta da Guerra em 1919 um civil, Pandiá Calógeras, considerado um conhecedor dos problemas militares. Além de dar continuidade a iniciativas importantes, como a vinda da Missão Militar Francesa e a aplicação da lei do serviço militar, sua gestão foi rica em realizações que, todavia, não foram suficientes para superar o clima de descontentamento de uma parcela, sobretudo jovem, da oficialidade.

O foco dos problemas era localizado na alta administração e comando. O descrédito dos chefes militares nunca fora tão grande e sua cooptação pelos políticos contribuiu para uma clivagem horizontal na hierarquia, que comprometeu a disciplina. Entretanto, o descontentamento se manifesta justamente quando a administração de Calógeras começa a apresentar resultados positivos e a Escola Militar forma uma das gerações mais politizadas e rebeldes do Exército quando o ensino atinge o máximo da

militarização. A incoerência é apenas aparente, pois indica que a insatisfação havia ultrapassado o nível estritamente organizacional e atingia a situação do país e a condução da política. Quando, portanto, aos problemas do Exército se sobrepõe a crise econômica, política, social e cultural que começa a aflorar, atinge-se o contexto em que se origina o Tenentismo.

Os “tenentes” foram herdeiros do intervencionismo que teve origem na “mocidade militar” e continuidade com os jacobinos. O antigo descontentamento em relação à “classe política” foi o substrato comum das várias ordens de ressentimentos acumulados e da insistência na regeneração moral da política. A agitação criada pela sucessão presidencial, com a adesão dos militares à Reação Republicana, foi exacerbada pela eleição de Artur Bernardes. A recusa à obediência passiva, com base na Carta de 1891, ante a evidência da impossibilidade da vitória eleitoral, levou ao “direito à revolução”.

A participação reduzida no primeiro 5 de julho, em 1922, mostrou, porém, que o Exército continuava dividido e os “revolucionários” eram minoria. A ação política, isolada, não se baseava em qualquer programa e era justificada como protesto ou decorrência do “direito à revolução”, considerado um princípio orientador pelos oficiais rebeldes. A justificação foi basicamente a mesma no segundo 5 de julho, em 1924, em consequência da ação do governo, caracterizada pela violência e por perseguições. Houve, então, a preocupação em conferir ao movimento um caráter nacional, mas a organização foi precária. Ademais, persistiu o isolamento, pois, a despeito da disposição de parte da população para colaborar, o descontentamento das camadas médias não foi explorado e o apoio de operários organizados foi recusado, enquanto a aproximação com representantes das “classes produtoras” buscava evitar um cunho popular.

Persistia, também, a clivagem horizontal, como ilustra o fato de que não houve um só general da ativa que aceitasse a direção do movimento e fosse aceito pelos rebeldes. O vago objetivo de “republicanizar a República” podia ser atingido, para alguns, pela via da ditadura. Impunha-se, para isso, ajustar a Constituição para limitar o poder do Executivo, moralizar a política e a administração pública, promover o equilíbrio orçamentário e sanear as finanças, unificar a Justiça e o regime eleitoral, tornar o voto secreto e obrigatório e reformar a instrução pública. Essas ideias inspiravam-se na crítica liberal formulada pelas oligarquias dissidentes, com que se identificaram desde a campanha da Reação Republicana.

Embora não houvesse homogeneidade de concepções entre os “tenentes”, nem uma doutrina para orientar a ação política, em geral suas preocupações não ultrapassavam o plano político-jurídico. Somente com a marcha da Coluna Prestes o processo de reelaboração de suas concepções foi acelerado. Embora tenha sido o mais longo período de ação essencialmente militar do movimento, o objetivo estratégico da marcha era político. A intensa experiência de mais de dois anos através do interior do país, seguida de um período de articulação política e conspiração, revelaram aos “tenentes” que suas possibilidades de enfrentar sozinhos o governo haviam se esgotado. Divididos em tendências políticas antagônicas, a maioria aproximou-se da Aliança Liberal, enquanto o líder Prestes aderiu ao comunismo e defendia a revolução popular.

Os mais destacados integrantes do movimento tenentista que se uniram à Aliança Liberal mantiveram-se como importantes atores políticos após a Revolução de 30, mas sua atuação, embora destacada, perdeu a autonomia e tornou-se subordinada ao grupo de Vargas. O fato de o tenente-coronel Góis Monteiro ter sido escolhido para a chefia militar em 1930 e sua impressionante trajetória ascendente no Governo Provisório demonstram que Vargas confiava em nomes como Juarez Távora e João Alberto, mas parece ter desde cedo se inclinado para Góis como perfil mais adequado para liderar o Exército.

A grave crise da economia mundial em 1929 e a depressão que se seguiu provocaram o colapso do liberalismo econômico. Em boa parte da Europa e no Japão houve uma guinada política para a direita. Os novos governos eram, em geral, de tendência nacionalista, autoritários, tendentes a favorecer os militares e as forças ou grupos de coerção e contra os movimentos dos trabalhadores – não apenas o bolchevismo –, cujo crescimento ameaçava a ordem vigente.¹¹

A importância econômica e política desse contexto não deve ser subestimada, uma vez que nos anos de 1930 e 1931 houve dez golpes militares na América Latina. O fato de a economia brasileira ter sido gravemente afetada foi decisivo para o fim da Primeira República e também criou sérias dificuldades para os primeiros anos do Governo Provisório. Quanto aos aspectos políticos, a influência externa estava em consonância com o chamado pensamento nacionalista autoritário, de presença marcante no Brasil desde os anos 1920 e principalmente depois de 1930.

¹¹ Ver HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, caps. 3 e 4.

A situação do Exército, como a do país, era de grande instabilidade. Em decorrência do movimento de 30, novos problemas acentuaram a divisão e o comprometimento da hierarquia e da disciplina, que já eram sérios no início da década de 1920 e foram agravados pelo Tenentismo. Para ter um aliado confiável que controlasse esse Exército, Vargas promoveu Góis a coronel em março de 1931, a general-de-brigada cerca de dois meses depois, a general-de-divisão – então o posto mais alto da carreira – em outubro de 1932 e o nomeou ministro da Guerra ao início de 1934. Góis reclamava das promoções, mas falava e agia como chefe.

No começo do Governo Provisório, a correlação de forças não assegurava a Vargas autonomia suficiente para impor um projeto político, mas suas linhas mestras – nacionalista, centralizador, autoritário, corporativista – estavam delineadas e medidas importantes foram adotadas logo nos primeiros meses, como a dissolução do Legislativo em todos os níveis, a substituição dos governadores estaduais – com uma exceção – por interventores federais, a limitação da autonomia dos estados, inclusive no que dizia respeito às polícias militares, e o processo de centralização da política cafeeira.

O núcleo do poder era constituído por Vargas, Osvaldo Aranha e Góis. Na área militar, Góis participou das iniciativas políticas mais relevantes, desde o “pacto revolucionário” de dezembro de 1930, que consistia em assegurar a continuidade da ditadura com Vargas, apoiado e defendido pela força armada que, para isso, deveria ser controlada pela oficialidade revolucionária. Meses mais tarde, em uma proclamação, fez severa crítica ao Exército em termos de material, tropa e chefes, e reafirma que o governo disporá da força armada para abrir o caminho do futuro.

Após a chamada “Revolução Constitucionalista”, o Governo Provisório entra em uma fase em que as atenções estavam voltadas para eleições e elaboração de uma nova Constituição, com redução considerável da instabilidade política. A guerra civil, por outro lado, aumentou a dependência entre Governo e Forças Armadas. A fragilidade institucional fazia com que a estabilidade do Governo continuasse a depender do apoio militar, mas esse apoio mostrava-se limitado pelas graves deficiências que ficaram expostas. Era, pois, necessário fortalecer as Forças Armadas, o que implicava não apenas atender às carências materiais, mas restabelecer a hierarquia e a disciplina, para avançar em busca da indispensável coesão.

A “guerra paulista” mostrara que as críticas de Góis em relação ao Exército eram, em geral, procedentes. As punições aos envolvidos aceleraram o processo de homogeneização da cúpula e ele desponta, agora mais claramente, como a principal liderança militar do governo de Vargas. Ainda durante as operações, os manifestos à nação divulgados por Vargas e as “memórias” que Góis lhe enviou revelam as identidades entre suas visões sobre o papel do Exército. O princípio da dependência mútua entre Governo e Forças Armadas – com a Marinha em plano secundário – é enfatizado e pode ser resumido como *Exército forte para um governo forte*.

À Assembleia Nacional Constituinte (1933-1934) competia elaborar a nova Carta, julgar os atos do Governo Provisório e eleger o presidente da República. Durante a elaboração do anteprojeto o capítulo referente à defesa nacional coube a Góis, que também procurou influir nos trabalhos da Assembleia. Insatisfeito com o resultado, afirmou que a burguesia seria obrigada a ceder, “em face de argumentos mais poderosos”. A Constituição, entretanto, na área militar, traz clara influência de suas ideias. A destinação das Forças Armadas inclui, pela primeira vez, a garantia da ordem.

Como na bancada majoritária da Constituinte prevaleciam as oligarquias dos grandes estados, a Carta resultou mais identificada com o interesse dessas oligarquias que com o centralismo defendido pelo Governo, em um momento em que o liberalismo estava em colapso em boa parte do mundo. O texto não fazia, portanto, antever um período de estabilidade. Assim como Góis, Vargas criticou-a, considerando-a um entrave para a tarefa de governar. A Revolução de 30 não havia, pois, conseguido desarticular o arcabouço institucional da Primeira República.

O período que antecedeu a eleição de Vargas trouxe um indesejável envolvimento do Exército com a tão criticada “politicagem”. A origem do problema foi o lançamento, principalmente por militares, inclusive generais, da candidatura de Góis. Não está claro até que ponto ele assumiu essa candidatura, mas houve reação de outros generais, o que dividiu o Exército a partir da cúpula. Como Góis fora nomeado ministro da Guerra e desfrutava de prestígio, a candidatura teve grande repercussão na imprensa e reeditou o clima de agitação, causando preocupação a Vargas. Uma vez eleito, Vargas manteve Góis como ministro, demonstrando que, a despeito dos problemas, ainda era o general em quem mais confiava e com quem mais se identificava.

Considerado por seus contemporâneos um homem inteligente, informado e militar competente, Góis sintetizou as múltiplas influências de seu tempo e formulou um conjunto orgânico de ideias para orientar a ação política, que transforma o planejamento estratégico do país em uma doutrina centrada na organização militar. Seus atributos pessoais e o fato de haver mudado várias vezes, por razões conjunturais, o rumo de sua ação política permitem afirmar que suas concepções foram continuamente reelaboradas.

Aluno da Escola de Guerra de Porto Alegre, o período de formação no Rio Grande do Sul foi significativo primeiramente porque Góis e Dutra foram contemporâneos na Escola; ademais, ambos integraram um grupo acadêmico de tendência castilhistas, de que fazia parte Getúlio Vargas. Era grande, entre essa juventude, a influência de um positivismo adaptado, em cujos traços principais pode-se destacar o centralismo autoritário com base na ordem e um Legislativo com poderes limitados. Góis não valorizava a relevância dessa influência positivista, mas ela marcou a política rio-grandense durante a Primeira República e ele admitia a grande importância da cultura do estado na sua formação, por ter passado lá, já oficial, a maior parte do período inicial de sua carreira.

Reconhecia, por outro lado, ser admirador do Exército alemão. Os conhecimentos divulgados pelos “jovens turcos”, principalmente através da revista *A Defesa Nacional*, lhe causaram forte impressão, como se pode constatar também pela impressionante analogia entre suas ideias sobre preparação para a guerra e as concepções do general alemão Erich Ludendorff. A necessidade de afastar o Exército da “politicagem” e o reconhecimento de seu papel de destaque na “grande política”, ditada pelo interesse nacional, estão presentes no pensamento de Góis, cujo legalismo tinha essa marca. Um texto não publicado de quando, ainda capitão, era considerado legalista, já antecipava sua formulação sobre a política do Exército.¹²

O pensamento nacionalista autoritário chegou a Góis através de Alberto Torres. A “consciência do atraso”, a crítica da Carta de 1891, a necessidade de um governo forte, que mantenha a ordem, não reconheça classes, combata o individualismo e imponha disciplina à sociedade são destaques em sua obra, que influenciou outro representante dessa vertente de pensamento, Oliveira Vianna. Entre seus temas favoritos,

¹² MONTEIRO, Góis. *O Destacamento Mariante no Paraná Ocidental*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Arquivo Góis Monteiro, 1925, mimeog.

a defesa da centralização política, o predomínio do interesse coletivo, a crítica ao individualismo e ao bacharelismo, a aversão ao conflito, a manutenção da paz social e a educação cívica do povo, que têm afinidades com o pensamento de Góis.

Alguns aspectos do pensamento de Góis tem particular importância para a compreensão de sua visão de mundo e, portanto, de sua ação política.¹³ Assim, considera que a vida é luta e a guerra, portanto, é natural. No mundo contemporâneo, as nações fortes procuram resolver suas dificuldades econômicas à custa das mais fracas. A era da paz universal ainda é um mito e os países continuam a preparar-se febrilmente para a próxima guerra. A nação brasileira, hoje, não quer nem pode fazer a guerra, mas poderá ser forçada a fazê-la. Essa eventualidade obriga a contar com uma mobilização nacional praticável.

Para Góis, as nações são constituídas pela massa anônima e seus condutores; serão inúteis as tentativas dos homens no sentido de mudar esse destino fatal. A massa, todavia, na luta pela vida, nem sempre apresenta características desejáveis de vigor racial, mentalidade uniforme, comunhão de interesses e compreensão da necessidade de organizar o trabalho e os meios de defesa. A mobilização nacional, portanto, segundo a concepção de “guerra total” defendida por Góis, deve envolver, além dos recursos materiais de toda ordem, a preparação do homem, que inclui a educação moral, física e cívica, além da formação de uma mentalidade coletiva que sobreponha o interesse nacional ao individualismo.

Sua visão hierarquizada da sociedade não impede, todavia, que, por defender a educação pelo exemplo, dirija algumas de suas críticas mais contundentes à burguesia nacional e, no Exército, aos chefes. Considera os sargentos “auxiliares admiráveis” e o soldado “matéria prima excelente”, mas, coerentemente com suas ideias sociais, afirma que o humilde trabalhador e o humilde soldado precisam de amparo.

Entende Góis que a burguesia engendrou a crise mundial, mas vem, em vários países, dando mostras de inteligência em busca de soluções, vencendo preconceitos e abrindo espaços para uma participação mais efetiva do Estado em vários campos de atividade. A burguesia brasileira, porém, insiste em não abrir mão de privilégios em benefício da nação e persiste, a despeito da comprovada falência do regime, na intenção de reproduzir seus erros, que causaram os males cuja origem é a democracia liberal. A

¹³ A síntese que se segue foi extraída de *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*.

Militares e Política, n.º 5 (jul.-dez. 2009), pp. 82-101.

eleição direta no Brasil é uma farsa; o federalismo sobrepôs os interesses regionais aos nacionais; os partidos organizados para atender a interesses de grupos enfraqueceram o Estado.

A história ensina, segundo Góis, que nenhum povo pode superar as dificuldades internas e se fortalecer senão pelo nacionalismo. Superada essa etapa, tem necessidade de expandir-se e torna-se imperialista. Para pôr em prática o nacionalismo, o Estado precisa de poder para regular a vida coletiva e disciplinar a nação. No caso brasileiro, era preciso aumentar progressivamente esse poder, sendo admissível, como transição, o partido único, nacional. Como o país ainda não se havia organizado nacionalmente e Góis entendia que as Forças Armadas eram as únicas instituições nacionais, só à sombra delas a organização nacional poderia concretizar-se. Deveriam elas, portanto, tornar-se tão fortes quanto possível, para apoiar governos fortes, capazes reestruturar a vida nacional.

Entretanto, à medida que as Forças Armadas, pela aplicação dessas convicções, ganham força e coesão, sentem-se em condições de atuar com maior autonomia e a relação de dependência mútua tende a desequilibrar-se, pois a sustentação do governo passa a ter como contrapartida a imposição da política militar. Uma vez que essa política é a preparação para a guerra, que envolve todos os campos da vida nacional, a influência militar sobre o Estado tende a crescer, como ocorreu no Estado Novo.

A Revolução de 30 não havia até então, para Góis, produzido a maior parte dos resultados esperados, como a eliminação das causas dos problemas nacionais e a reestruturação do Exército. Uma vez convocada a Constituinte, só restava aguardar a conclusão dos trabalhos. Entretanto, o vulto da tarefa a realizar não era motivo para desânimo, pois, nas suas palavras, sempre se fala com mais clareza e calor, com mais razão e proveito, quando se dispõe de baionetas para assegurar o direito que se reclama. Ameaças desse tipo eram recorrentes nas numerosas ocasiões em que Góis se manifestava publicamente.

A reestruturação do Exército era uma das maiores preocupações de Góis, que considerava material, tropa e chefe como os “fatores decisivos”. Com relação ao primeiro, sua prioridade era a indústria bélica, embora também mencionasse carências de equipamento e casernas. A qualidade da tropa era um problema nacional, pois em sua opinião não podia haver Exército disciplinado em nação indisciplinada e o meio mais

racional para disciplinar o povo seria utilizar os princípios da organização militar. Quanto aos chefes, propunha a adoção de medidas radicais de saneamento. Para o oficialato em geral e os sargentos, rigorosa seleção para ingresso na carreira e promoções. Uma justiça militar severa e rápida deveria ser criada para viabilizar o emprego de tais medidas, cabendo ao Exército resolver essas questões, sem intromissões externas.

Ao ser convidado por Vargas para assumir o cargo de ministro da Guerra, ao início de 1934, Góis enviou-lhe uma carta, contendo subsídios para realizar uma reforma substancial no Exército.¹⁴ O objetivo certamente foi comprometer Vargas com sua proposta, pois as ideias apresentadas são, em grande parte, reafirmações de seu pensamento já divulgado em textos anteriores. O mais importante, dessa vez, é o fato de que não se trata de mais uma exposição de ideias, mas de uma proposta de política de Estado, antecedida por uma crítica contundente ao Governo Provisório.

Na parte propositiva do documento, ao abordar a política da guerra, Góis trata da organização nacional, do trabalho, da produção, das comunicações e de questões sociais. Por fim, reafirma que a Constituinte produzirá uma Carta nos moldes da de 1891 e restarão as Forças Armadas, que devem permanecer atentas. O Exército moderno é o instrumento de ação política de que a nação dispõe para resolver as questões do interesse dela, “quando falham outros recursos ou quando convém empregar a violência justificada, como medida extrema e salvadora (...)”.

Poucos dias depois, ao tomar conhecimento de sua nomeação, Góis envia a Vargas outra carta, com um documento anexo que contém suas propostas específicas para o Exército.¹⁵ Na carta, salienta que só será possível assumir as responsabilidades do cargo se houver garantia do governo para o atendimento das necessidades inadiáveis. Reivindica, preliminarmente, que o governo conceda poder discricionário ao Exército para resolver seus problemas fundamentais. Após a solução das questões mais urgentes, a reorganização deverá obedecer a um plano a ser concretizado em sete anos. A maior parte do conteúdo apenas esclarece e detalha aspectos já focalizados, mas entre as afirmações mais significativas ao menos duas merecem destaque: a de que as instituições do Estado e a liberdade individual não podem subsistir quando prejudicarem

¹⁴ Carta de Góis a Vargas, de 04/01/34, com anexo intitulado Política da Guerra. Arquivo Nacional – Arquivo Góis Monteiro.

¹⁵ Carta de Góis a Vargas, de 18/01/34, com anexo intitulado Problemas do Exército, classificado “confidencial”. Arquivo Nacional – Arquivo Góis Monteiro.

a defesa nacional e a de que é necessário dirigir a educação e a imprensa para formar a mentalidade que vai disciplinar as gerações subsequentes.

Góis afirma, nesse documento, que as medidas mais urgentes requerem novas leis ou alteração das existentes. De fato, ao assumir o cargo de ministro, imprime grande rapidez ao trabalho de reestruturação do Exército e, como resultado, antes do final do Governo Provisório haviam sido sancionadas várias dessas leis e Góis tentara encaminhar outras questões relevantes, como a do material bélico, opinando pela fabricação no país e considerando a possibilidade de dotar o Brasil de uma usina siderúrgica. Sua gestão, em resumo, foi dinâmica e coerente com a doutrina que defendia com insistência.

A despeito dos problemas criados pelo lançamento da candidatura de Góis à presidência, que levaram Vargas inclusive a duvidar de sua lealdade e a conspirar com outros generais, o presidente, uma vez eleito pelo Congresso, confirmou-o no cargo. O saldo para o Exército, porém, havia sido divisão e desgaste, desta vez a partir da cúpula. A agitação política decorrente da volta à normalidade constitucional no novo governo e o envolvimento de Góis, devido a seu temperamento político, contribuíram para agravar o quadro. A exemplo do que ocorrera durante o chamado “caso de São Paulo”, que antecedeu a “revolução” de 32, Góis parece perder o controle da situação em meio à crise que se instala e, desgastado, demite-se em maio de 1935.

Góis permaneceu afastado nos meses seguintes, enquanto Vargas, demonstrando sensibilidade política, promovia a rápida ascensão de Dutra, um general de perfil discreto e bom administrador, que havia mostrado seu valor militar em 1932. É tão recorrente como verdadeira a afirmação de que Góis e Dutra se complementavam, comprovada pelo longo período durante o qual exerceram liderança incontestável sobre o Exército.

O retorno de Góis ao primeiro plano da política começou a ocorrer a partir de uma reunião de generais, convocada pelo ministro da Guerra, para analisar a situação nacional após os levantes de novembro de 1935 e apresentar propostas ao governo, em especial sobre medidas punitivas a serem adotadas. A declaração de voto de Góis considera, *a priori*, que a nova Constituição deve ser mudada ou, ao menos, reformada, pois se mantida levará o país à ruína total. O golpe de Estado para aboli-la é considerado uma solução perigosa, mas admissível se houver certeza de consenso. A

reforma constitucional seria viável, concedendo-se ao governo, até sua conclusão, plenos poderes para enfrentar a crise.¹⁶

O voto de Góis coincide, no essencial, com a orientação adotada pelo governo no período subsequente, inclusive com a opção pelo golpe de Estado quando se obteve a “certeza do consenso”. Logo após, com o país ainda em clima de crise, Góis envia um documento a Vargas que é um esboço de projeto de implantação de um Estado autoritário.¹⁷ Depois da demonização da Carta de 1934, segue-se a do comunismo, considerado perigo iminente ao qual só o Estado forte poderá resistir. O momento não é considerado propício para tentar um golpe decisivo. Antes, será necessário revigorar o Estado, a começar pelas Forças Armadas.

O processo, na verdade, incluía a criação de um clima propício ao golpe, a obtenção do consenso e a remoção dos obstáculos. A ameaça comunista era continuamente explorada, de modo a justificar a criação e o emprego da legislação repressiva para afastar adversários e opositores. Essa prática contribuía para a concentração de poder e os expurgos que homogeneizavam a burocracia civil e as Forças Armadas, particularmente o Exército.

Vargas ainda tentou obter apoio para uma reforma constitucional que prorrogasse seu mandato, mas a oposição dos governadores de estados fortes inviabilizou essa alternativa, o que tornava o golpe de estado a única possibilidade para sua permanência no poder. O apoio militar precisava ser consolidado, o que levou Vargas, no primeiro momento, a estreitar sua aproximação com Góis, que iria ocupar-se do plano estratégico. Os principais objetivos seriam combate ao comunismo, evitar a desagregação nacional, adoção de medidas preventivas contra ameaças do Rio Grande do Sul, reformas institucionais e fortalecimento do poder militar.

Quando a execução do plano encontrou resistência no ministro da Guerra, Vargas não recuou, levou-o a demitir-se e nomeou o general Dutra. Assim, como ocorrera com Góis, a aceleração da carreira de Dutra elevou-o ao topo e ele logo imprimiu um novo ritmo às ações táticas. Quando, mais tarde, um grupo de generais se opôs às ações em andamento, Vargas prestigiou Góis, nomeando-o chefe do Estado-Maior do Exército em julho de 1937 e tirou partido da situação, acelerando a

¹⁶ O documento está reproduzido em COUTINHO, Lourival. *O general Góis depõe...* Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956, p. 307-313.

¹⁷ “Memorandum” de Góis a Vargas, de 20/12/35. Arquivo Nacional – Arquivo Góis Monteiro.

homogeneização da cúpula. Enquanto isso, Francisco Campos preparava uma nova Constituição.

A recuperação da economia fez com que um influente grupo de empresários se aproximasse do governo. Pela convergência entre sua ideologia industrialista e o pensamento autoritário, perceberam a conveniência de um Estado intervencionista, comprometido com o fortalecimento econômico do país e que assegurasse o controle dos trabalhadores. Como a adesão ou, pelo menos, o consentimento silencioso das camadas médias urbanas, dos políticos conservadores nos estados e dos militares “profissionais” precisava ser consolidado, a exploração do anticomunismo foi intensificada ao extremo, por vezes atingindo o ridículo.

Previsivelmente, quando o golpe foi consumado, não houve reação significativa. Os levantes de 35 deram origem a uma brutal repressão, que atingiu não apenas comunistas, mas igualmente opositores do regime. O Congresso, onde as vozes da oposição eram minoritárias, aprovou sucessivas prorrogações do estado de guerra e a criação do Tribunal de Segurança Nacional, de modo que os expurgos resultantes promoveram uma crescente concentração do poder.

Vargas manteve-se no governo, graças à sua reconhecida habilidade política e à aliança que construiu com os militares, especialmente com o Exército, liderado por Góis e Dutra. O primeiro foi o estrategista que concebeu o projeto político de um Estado centralizador, nacionalista e autoritário, forte o bastante para operar as transformações consideradas essenciais à nação, sustentado e tutelado pelas Forças Armadas, e formulou uma doutrina para pô-lo em prática. O segundo foi o executor da ação política que assegurou o êxito do projeto, sem deixar, aos que se opunham, condições de reagir.

A essência do que Góis chamou de “a política do Exército” é o caráter orgânico do projeto que deu origem à intervenção militar, que corresponde a uma visão mais elaborada da relação de forças políticas, em que os interesses corporativos do grupo – no caso o Exército – tornam-se os interesses de outros grupos subordinados. A ideologia do grupo se impõe e se irradia na sociedade, criando uma unidade que coloca as questões num plano universal. O Estado é concebido como um organismo próprio do grupo, destinado a criar condições favoráveis à sua máxima expansão. O

desenvolvimento e a expansão do grupo são apresentados como força motriz do desenvolvimento e expansão nacionais.¹⁸

Para que o Exército não fosse contaminado pelo conflito político, a intervenção concebida por Góis propunha a repressão dos conflitos na sociedade, uma vez que as próprias características das Forças Armadas criam, para os militares, a dificuldade em lidar com esse tipo de conflito. A repressão dos conflitos, entretanto, agrava a dificuldade em lidar com eles, o que se revela quando a prática democrática é restaurada, o que ficou evidenciado após o final do Estado Novo.

A análise da doutrina formulada por Góis revela uma mentalidade belicista, uma crença na superioridade da ética militar, na preponderância do Exército no Estado, que autoriza as intervenções, a prevalência das necessidades e interesses do Exército na sociedade e o próprio controle da vida social pelos militares. Percebe-se nessas características a marca daquele substrato presente no pensamento militar que se transformou por força da ação política ao longo da Primeira República, marcado, no entanto, pela influência decisiva do cenário internacional que emerge com a grande crise. Em 1945, o novo panorama será também decisivo para que Góis lidere outro golpe, desta vez, porém, contra Vargas, pelo fim do Estado Novo e pelo restabelecimento da democracia, embora fragilizada pelo intervencionismo que permanece.

Referências bibliográficas

- CAPELLA, Leila. *As malhas de aço do tecido social: a revista A Defesa Nacional e o serviço militar obrigatório*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- COUTINHO, Lourival. *O general Góis depõe...* Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1990.

¹⁸ GRAMSCI, Antonio. Op. cit., p. 43-63.

MONTEIRO, Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, s.d.

_____. *O Destacamento Mariante no Paraná Ocidental*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Arquivo Góis Monteiro, 1925, mimeog.

PINTO, Sergio Murillo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. *Exército e política: um século de pensamento e ação rumo à intervenção centralizada (1831-1937)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SCHULZ, John. *O exército na política*. São Paulo: Editora da USP, 1994.

O 11 de Novembro de 1955*

Karla G. Carloni

Resumo:

Em 11 de novembro de 1955, oficiais do Exército, reunidos sob a liderança do ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, desfecharam um contragolpe sobre militares e civis que apoiavam a suspensão do regime democrático. O movimento tinha como objetivo manter a legalidade e garantir a posse do então presidente eleito, Juscelino Kubistchek. O episódio intensificou as divergências políticas no interior das Forças Armadas e possibilitou a união de civis e militares em defesa das teses nacionalistas.

Palavras-chave: Nacionalismo; Militares; Legalidade.

Abstract:

On November 11, 1955, army officers, meeting under the leadership of Minister of War, General Henrique Teixeira Lott, has launched an counterattack on civilians and military who supported the suspension of democratic rule. The movement was aimed at maintaining the legality and to ensure the occupancy of the then elected president, Juscelino Kubitschek. The incident intensified the political differences within the armed forces and permitted the union of civil and military in defense of the nationalist thesis.

Keywords: Nationalism, Military, Legality.

No Brasil o ano político de 1955 iniciou sob o impacto do suicídio de Getúlio Vargas, em agosto do ano anterior, e os seus desdobramentos. Os partidos e as organizações civis e militares se manifestavam a partir da herança política do presidente morto. O debate girava em torno dos rumos a serem seguidos pela economia e pela política nacionais. Questões como a participação política dos setores populares, a industrialização nacional, o alinhamento político e econômico do Brasil aos Estados Unidos e a exploração de recursos naturais polarizavam os meios civis e militares, getulistas e não getulistas.

Na agenda política do ano estavam as eleições presidenciais que iriam definir a correlação de forças dos próximos quatro anos. Os partidos políticos de bases nacionais,

* Pesquisa realizada em dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, concluído em 2005.

que haviam se constituído durante o processo de democratização inaugurado com o fim do Estado Novo, buscavam estabelecer a hegemonia política dos grupos que representavam. Desta forma o debate sobre os rumos da nação tomou corpo na disputa eleitoral, envolvendo amplamente setores militares.

Militares: nacionalismo, liberalismo e anticomunismo

A ideologia nacionalista interpretava o “atraso” do país principalmente como consequência de sua formação histórica e sob o aspecto das relações externas. O Brasil era subdesenvolvido devido à sua “má formação histórica” e à sua dependência das nações desenvolvidas economicamente. A oposição entre subdesenvolvido e desenvolvido era, para alguns, a chave de interpretação da realidade brasileira (Oliveira, 1981).

Durante o Estado Novo, essa formulação originou uma cultura política comum e apropriada por vários segmentos da sociedade. O nacionalismo autoritário serviu como meio legitimador da política e objetivos dos setores dominantes durante o Estado Novo, mas, ao mesmo tempo, vários setores populares também elaboraram as suas próprias interpretações nacionalistas. Estes grupos criaram as bases dos discursos e da cultura política dos grupos que nas décadas seguintes levantariam bandeiras em nome de reformas sociais e econômicas.

O nacionalismo popular e o combate ao imperialismo norte-americano reuniram setores da população brasileira que percebiam a presença de empresas multinacionais como ameaça ao desenvolvimento da economia nacional. Grupos militares, católicos, getulistas, comunistas e trabalhistas foram os principais porta-vozes desse ideal. “Era um forte sentimento de desconfiança ou mesmo de franca hostilidade [...] em face da ação das corporações, das grandes empresas e do governo dos Estados Unidos.” (Konder, 1998:362)

O nacionalismo não era a única opção para o desenvolvimento nacional. Uma outra parcela da sociedade civil, representada pela maioria dos setores conservadores que combatiam a herança de Vargas, abdicava das ideias de soberania econômica da nação e se aproximava do liberalismo norte americano.

A cisão da sociedade civil encontrava interação nas Forças Armadas. O nacionalismo popular atraía militares que achavam que a soberania nacional estava estritamente ligada ao desenvolvimento econômico que, por sua vez, só seria possível

através do desenvolvimento industrial e de maior igualdade social. Estes militares também pensavam em termos de segurança nacional, que exigiria o monopólio do Estado na guarda e a exploração dos recursos naturais – tais como combustível, recursos minerais e força hidrelétrica.

No lado oposto estavam os militares que ajudaram a depor Vargas em 1954. Adeptos do nacionalismo autoritário ou do liberalismo condenavam a herança varguista que criava a possibilidade de ascensão política das classes trabalhadoras e seus potenciais simpatizantes, os comunistas, e enxergaram na burguesia ligada ao capital internacional uma importante aliada no fomento do desenvolvimento econômico da nação e no combate ao nacionalismo popular.

De acordo com José Murilo de Carvalho, no final da década de 1940 e início da década 1950, houve a união da facção militar anticomunista, que se opunha ao getulismo e ao trabalhismo, com a elite econômica interessada no privilégio do capital privado e na entrada de capital estrangeiro no país. Na união com a burguesia os militares abandonaram, em parte, as aspirações nacionalistas em nome do combate a um inimigo comum, o “fantasma do comunismo” e à ascensão política dos setores populares (Carvalho, 1999a: 81).

Entre 1945 e 1964 houve uma radical fragmentação política nas Forças Armadas. A união orientada pela disciplina e pela hierarquia começou a ser posta em cheque pela presença de grupos antagônicos que se comportavam como verdadeiros “partidos políticos”. Forças Armadas, por não serem monolíticas, comportavam em si grupos que desempenhavam funções análogas as das organizações político-partidárias, desenvolvendo em seu interior, segundo a própria lógica interna da corporação, processos característicos da realidade partidária, ou seja: deliberação, tomadas de decisão, alianças e/ou articulações. (Rouquié, 1980:12)

O nacionalismo econômico e a herança popular de Vargas eram pontos importantes de divergência. O nacionalismo militar buscava articular-se com os setores identificados de alguma forma com o nacionalismo popular, principalmente em partidos como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Comunista do Brasil (PCB). Já os militares anticomunistas afirmavam alianças com setores civis liberais, condensados, principalmente, na União Democrática Nacional (UDN).

O ministro da Guerra de Café Filho

Café Filho, vice-presidente do Getúlio, ao assumir a presidência em setembro de 1955 constituiu um ministério com figuras reconhecidamente identificadas com o antigetulismo e em sua maioria ligados à UDN. Os militares que compunham os cargos ministeriais não fugiram a esta regra, somente o general Henrique Batista Duffles Teixeira Lott não se identificava com a UDN.

O general Lott, para a sua própria surpresa, foi escolhido para ocupar o prestigiado Ministério da Guerra. Embora tenha sido um dos signatários do manifesto dos generais que, em 23 de agosto de 1954, exigiu a saída de Vargas do poder, o general foi escolhido por ser conhecido “por suas posições de intolerância a qualquer indisciplina militar (Esteves, 1999: 197). Era soldado puro, infenso ao jogo político, disciplinado, respeitado (...) só ele tinha condições para impor a autoridade, só ele inspirava confiança” (Sodré, 1967: 468).

Era necessário conter a maior das três forças, que havia sido fragmentada por cisões políticas. Nenhum presidente poderia governar sem o apoio do Exército. Os demais cargos militares estavam compostos por oficiais reconhecidos por suas posições antigetulistas e pelo envolvimento direto na crise de agosto de 1954, alguns ligados à UDN.¹

O ano de 1955 trazia consigo o desafio de novas eleições. A tese de união nacional era proposta por alguns segmentos que não tinham interesse em acirradas disputas político-partidárias, como os dissidentes do Partido Social Democrático (PSD), a UDN, militares antigetulistas e o próprio presidente em exercício. O PSD foi o primeiro a romper com as teses que aludiam à necessidade de um candidato único. Já em novembro de 1954 lançou, extraoficialmente, a candidatura do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek. A candidatura de JK contrariou os círculos antigetulistas civis e militares, que condenavam a aproximação do candidato aos setores getulistas. Temiam o retorno de uma política que se identificasse com a herança do presidente morto (Bojunga, 2001: 267).

¹ Na pasta da Aeronáutica, o brigadeiro Eduardo Gomes; na pasta da Marinha, o almirante Edmundo Jordão Amorim do Vale; na chefia do Gabinete Militar da Presidência da República, o general Juarez Távora, acumulando o cargo de secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional; como chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), o general Canrobert Pereira da Costa.

O PTB, partido considerado herdeiro da política popular de Vargas e que tinha nos setores operários urbanos o seu eleitorado resolveu negociar o seu apoio a JK. Acreditando na importância de João Goulart, que possuía grande proximidade dos sindicatos e tinha a sua imagem associada diretamente ao presidente morto, e do próprio partido, que construía a sua identidade sob a carta-testamento deixada por Vargas, o PTB lançou Jango como candidato à vice-presidência compondo chapa com Juscelino. Durante um congresso do PTB, e para maior descontentamento da oposição conservadora, foi lida uma carta Luís Carlos Prestes, dirigente do proscrito PCB, apoiando a candidatura de JK e Jango e propondo a formação de uma frente popular que aliasse trabalhistas e comunistas nas disputas das eleições presidenciais (D'Araújo, 1996: 109).

O PCB, nesta conjuntura, começava a se estabelecer como um dos principais porta-vozes do ideário nacionalista popular. Integrando o grupo defensor da autonomia política e econômica da nação, o partido ao longo de sua trajetória, nas décadas de 1940 e 1950, em muitos momentos admitiu alianças partidárias como estratégia política. Viam na linha reformista uma etapa para a revolução (Ridenti, 1982).

A UDN, partido que, ao final do Estado Novo (1937-1945), surgiu da união de variados grupos políticos em torno da defesa dos ideais liberais e da oposição a Vargas, lançou a candidatura de Etelvino Lins para presidência da República. Depois de várias negociações, Lins teve a sua candidatura retirada e a UDN a substituiu pelo apoio à candidatura do general Juarez Távora, já lançada oficialmente pela legenda do Partido Democrático Cristão, dissidência da UDN, e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).²

A oposição à chapa de JK e Goulart não se restringiu apenas ao apoio político a outros candidatos. Vários grupos conservadores, temerosos que representantes do getulismo, principalmente Goulart, se estabelecessem no poder, fizeram da imprensa o seu campo de batalha. Denúncias de corrupção tentavam macular a imagem dos dois candidatos e propostas de soluções extralegais para sanear a política nacional circulavam na imprensa.

A UDN abrigava sob a sua legenda adeptos da ideia de intervenção militar na política, identificados com o radicalismo do deputado estadual carioca, Carlos Lacerda.

² Por fim, em agosto de 1955 estavam oficialmente lançadas quatro chapas com suas respectivas coligações: Juscelino Kubitschek - João Goulart, apoiados pelo PSD, PTB, PR (Partido Republicano), PTN (Partido Trabalhista Nacional), PST (Partido Social Trabalhista) e PRT (Partido Republicano Trabalhista); Juarez Távora - Milton Campos, apoiados pela UDN, dissidentes do PSD, PDC, PSB e PL (Partido Libertador); Ademar de Barros - Danton Coelho, apoiados pelo PSP e dissidentes do PTB; e Plínio Salgado, antigo líder integralista, pelo PRP (Partido de Representação Popular).

O partido construiu o seu discurso a partir da denúncia de “subversão social” e inúmeras foram as reportagens denunciativas vinculadas pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, de propriedade de Lacerda.

A cúpula do Exército, representada na figura do ministro da Guerra, tentou imprimir uma única orientação política à instituição, tarefa dificultada pela falta de unidade entre os próprios oficiais. Frente ao quadro de instabilidade e ao bombardeio de declarações na imprensa, cobrando das Forças Armadas uma posição fiel ao movimento que levou Getúlio Vargas ao suicídio, Lott lutou para manter a coesão entre as três Forças e a tranquilidade da nação, preconizando que os militares e, principalmente, o Exército, eram agentes de manutenção e respeito da Constituição e da legalidade.³

Mas não era só a oposição direta aos candidatos que animava os sentimentos dos militares partidários de uma intervenção militar na política do país. Além do antigetulismo, outra questão também pesava na relação entre as Forças Armadas e o Estado. A defasagem dos soldos dos militares de uma forma geral e a falta de equiparação entre os vencimentos das patentes alimentavam a insatisfação militar.

Paralelamente à hierarquia das Forças Armadas, duas organizações compostas por militares atuaram de forma ativa representando interesses divergentes: o Movimento Militar Constitucionalista (MMC) e a Cruzada Democrática, movimentos ideologicamente opostos que congregaram em sua maioria oficiais militares das três forças e agiram sistematicamente em nome de suas causas com grande grau de independência dentro da instituição militar.

Articulado por oficiais do Exército no início de 1955, o MMC visava garantir a realização das eleições presidenciais e a posse dos candidatos. De acordo com as interpretações do grupo a democracia e os direitos sociais estavam ameaçados pelos grupos civis e militares defensores de uma “intervenção militar saneadora” que evitasse a presença no poder de grupos identificados com o nacionalismo e a política varguista. A organização congregava principalmente oficiais do Exército, mas também contava com o apoio de praças e, principalmente, sargentos das duas outras forças. Tinha na manutenção da legalidade o seu objetivo principal e por muitos oficiais era tido como um movimento de esquerda. Na maioria eram integrantes oficiais getulistas e nacionalistas, mas, sobretudo, legalistas, que não viam com agrado a atuação política de oficiais ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), que defendiam teses autoritárias e

³ *Correio da Manhã*. 08 de julho de 1955, p. 12.

tinham restrições à participação política dos setores populares. Na prática era conduzido apenas por alguns oficiais do Exército. Na liderança estava o coronel José Alberto Bittencourt, que servia então na Inspetoria Geral do Exército, “centro ativo conspirativo pela preservação do regime” e que estava sob o comando do general Zenóbio da Costa (Sodré, 1967: 497).

A Cruzada Democrática foi o contraponto do MMC. Organização militar surgida em 1952, por conta da disputa nas eleições no Clube Militar, congregava oficiais como Juarez Távora, Góis Monteiro, Fiúza de Castro, Cordeiro de Farias e Canrobert Pereira da Costa. Estes militares se identificavam pela oposição ao presidente Vargas e ao que sua política representava – monopólio estatal na exploração de recursos energéticos. Pregava um “nacionalismo racional”, o alinhamento do Brasil aos EUA e esteve amplamente envolvida na crise política de 1954. Agora se debatia contra os candidatos JK e Jango.

Nas instituições militares haviam se consolidado verdadeiros partidos em torno das eleições presidenciais e, ao contrário da conhecida máxima do general Góis Monteiro, “fazer a política do Exército e não no Exército”, fazia-se política nas Forças Armadas (Pinto: 1999). Aeronáutica e Marinha concentravam o maior número de oficiais que eram suscetíveis às propostas de intervenção militar.

No dia 3 de outubro de 1955, apesar do clima tenso, as eleições foram realizadas e transcorreram pacificamente. Juscelino venceu as eleições com uma estreita margem de votos, 33,8%. Na disputa pela vice-presidência Goulart foi vitorioso com 39,5% dos votos (D’Araujo. 1996: 111-112).

A realização das eleições não significou o fim da disputa política. Se o processo para as realizações das eleições tinha se dado através de pequenos embates, a “grande batalha” ainda estava por vir. As correntes antigetulistas tinham perdido sua chance de tomar o poder através das regras do jogo democrático e passaram a elaborar estratégias mais radicais para impedir a posse dos eleitos. Já os que agiram a favor do cumprimento da Constituição viam com urgência a necessidade de se garantir o respeito à Constituição e a posse de JK e Jango em janeiro do ano seguinte.

Depois do resultado eleitoral, as estratégias de disputa dos grupos civis e militares foram radicalizadas. A oposição tentou recursos jurídicos nos tribunais pela anulação das eleições. Os argumentos para a ação legal eram dois: a não validade dos votos dos comunistas, por não existir legalmente o partido, e a tese da necessidade de maioria absoluta de votos.

Mas não foi somente no campo legal que se deu o embate. As ideias de rompimento institucional, que já circulavam, eram defendidas não só por Lacerda e os militares alinhados pela ideia de intervenção, mas também por alguns jornais como *O Globo*, *Diário de Notícias* e *O Estado de São Paulo*.⁴

A radicalização não partiu somente de um dos lados. Apesar de ir contra a ordem do próprio ministro da Guerra, militares que defendiam o regime legal também faziam declarações e organizavam suas forças. Datando do dia 15 de outubro, um boletim especial, *Boletim n.º 1*, de autoria do general Zenóbio da Costa, circulou pelos meios militares. Nele, o general fazia uma defesa da manutenção da legalidade e avisava que o “Exército não está inerte nem ficará inerte diante de nenhuma ameaça às Instituições” e conclamava a Marinha, a Aeronáutica e a imprensa, a lutarem juntos ao general Lott, o “único e incontestável chefe na defesa das Instituições”.⁵

Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes

A gota d’água para a eclosão do choque entre as forças opostas ocorreu no dia primeiro de novembro de 1955, durante o enterro do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Canrobert Pereira da Costa. Na solenidade, o coronel Jurandir Bizzarria Mamede, destacado udenista e membro da ESG, proclamou, em nome da diretoria do Clube Militar, um fervoroso discurso em que denunciava estar vivendo a nação uma “legalidade imoral e corrompida” criada por um sistema político desonesto, além de questionar o resultado das eleições.⁶

O discurso do coronel, que não estava escalado para se pronunciar, casou constrangimento em alguns e o entusiasmo em outros. O general Lott, que se encontrava na cerimônia, se sentiu profundamente contrariado e logo pensou em prender Mamede, mas julgou que não era aquele o local apropriado para uma punição disciplinar.⁷

Lott julgou o discurso de Mamede um grave ato de indisciplina que poderia comprometer a unidade das Forças Armadas. Decido a puni-lo, tentou entrar em contato com o presidente da República. Julgava que, por estar servindo na ESG, o coronel não

⁴ Os jornais que mantiveram a linha de defesa da legalidade foram, principalmente, o *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *O Jornal* e *Folha da Manhã*. ABREU, Alzira Alves. “Crise e sucessão 1954-1955: o papel da imprensa na formação de uma identidade política”. Rio de Janeiro: CPDOC /FGV, 1995.

⁵ *Boletim N.º 1* (Zenóbio da Costa). 15 de outubro de 1955. Arquivo Getúlio Vargas /CPDOC.

⁶ *Revista Manchete*. 19 de novembro de 1955.

⁷ “Depoimento de Lott”. *Revista Manchete*. 19 de novembro de 1955. LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. *Henrique Teixeira Lott* (depoimento, 1978). Rio de Janeiro: CPDOC, 2002, p.75.

estava sob o seu comando, pois a escola estava subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas, que por sua vez estava subordinado diretamente à presidência da República. Porém, não conseguiu encontrar Café Filho.

No dia 3 de novembro Lott foi informado de que o presidente tinha sofrido um acidente cardiovascular e encontrava-se internado e incomunicável. O general resolveu aguardar o desdobramento dos acontecimentos e no dia 6, Café Filho passou a direção do governo a Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados.

O ministro da Guerra solicitou uma audiência com o presidente recém-empossado, a fim de cobrar uma solução para o caso Mamede. Lott, diante da ordem dos acontecimentos, previa que estava sendo orquestrada uma situação para o seu afastamento do ministério da Guerra, já que era o único a cobrar a punição do coronel Mamede e, o mais importante, o único ministro militar disposto a respeitar o resultado das eleições.⁸

No dia 10 de novembro, Lott se dirigiu para o Palácio do Catete para uma audiência com o presidente em exercício, marcada para às 18 horas. Recorda o general: “Vi então com surpresa, que várias pessoas que ali se encontravam eram recebidas, enquanto eu esperava. (...) Afinal, apesar da hora previamente marcada, fui atendido 1,30 horas, ou talvez 1,40 horas depois das 18 horas”.⁹

Carlos Luz afirmou ao general que não havia nada a punir. Então, imediatamente, Lott perguntou a quem deveria passar a pasta da Guerra. O presidente lhe apontou o nome do general Fiúza de Castro – que já se encontrava no Palácio do Catete, pronto para assumir – e teceu elogios sobre esse oficial. Lott fez detalhadas considerações a Carlos Luz sobre o perigoso posicionamento político de Fiúza – chefe de um grupo dentro do Exército e ativo participante nos acontecimentos de agosto de 1954, e que por este mesmo motivo não tinha ocupado a pasta da Guerra quando Café Filho montou o seu ministério.

Confirmavam-se as previsões dos boletins do MMC e tinha sido acionada a “senha” para a deflagração do seu movimento constitucionalista para garantir a posse de JK e Jango. A unidade dentro das Forças Armadas, principalmente dentro do Exército, estava ferida, um general tinha sido derrubado por um coronel, e o ultraje a que foi

⁸ “Depoimento de Lott”. *Revista Manchete*. 19 de novembro de 1955.

⁹ *Idem*.

exposto o general Lott foi encarado pelos militares ligados ao general como uma ofensa do presidente da República ao Exército.

Lott não contava só com o apoio de oficiais. Era grande o seu prestígio entre os sargentos do Exército. Os sargentos das três forças, principalmente do Exército e da Aeronáutica, que se encontravam organizados em associações regionais, apoiavam o general. Enquanto Lott aguardava ser recebido pelo presidente, um grupo de sargentos da Aeronáutica, reunidos na Cinelândia (RJ) aguardava os acontecimentos para poder agir.¹⁰

Ao disponibilizar o ministério, Lott recusou-se a passar imediatamente a pasta para Fiúza, como este desejava. Afirmou que ainda precisava redigir o seu boletim de despedida e que faltavam algumas providências para deixar o posto. A transferência do cargo se daria no dia seguinte, 11 de novembro.

Ainda na noite do dia 10, já em sua casa, o general Lott entrou em contato, através de um telefone de campanha, com o general Odílio Denys, comandante da Zona Militar Leste (RJ). Denys sugeria uma medida interventora para afastar o presidente da República, porém Lott expôs como lhe era inconveniente transpor os limites da legalidade, mesmo que para defendê-la.¹¹

Após as conversas daquela noite, Lott foi tomado por questionamentos que não lhe permitiram dormir. Diante das invocações feitas por grupos de oficiais e praças que lhe eram solidários, Lott, segundo declararia em entrevista, chegou à conclusão de que naquele momento, além de militar, ocupava um cargo político, mesmo estando demissionário, e estava em suas mãos a responsabilidade de evitar uma guerra civil, que seria consequência da reação à ação daqueles que desejavam um golpe militar.

Aceitando o compromisso com os oficiais e praças que o apoiavam, o general Lott vestiu a farda e telefonou para o general Denys e lhe disse que estava decidido a agir. Saíram imediatamente para o Ministério da Guerra. No local Lott começou a dar as ordens necessárias para o movimento legalista. Embora a Marinha e a Aeronáutica estivessem de prontidão desde a noite do dia anterior, o Exército não estava em desvantagem em relação a essas forças. Lott tinha em suas gavetas planos elaborados já

¹⁰ Depoimento do sargento anistiado da FAB, José Maria dos Santos, ao professor Jorge Ferreira do departamento de História da UFF. LABHOI/UFF.

¹¹ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op. cit., p. 77.

em julho de 1955, prevendo a hipótese de uma ação armada do Exército, diante da tentativa da Marinha e da Aeronáutica tentarem um golpe militar.¹²

O comando do general Denys foi fundamental para a realização dos planos da “Operação Formiga” (Costa, 1960: 303). Mesmo antes da tomada de decisão de Lott, aquele general, consciente da existência dos planos elaborados, já tinha convocado os comandantes das grandes unidades para tomarem as providências preliminares. Porém, o que parece ter motivado Denys não foi a possibilidade de rompimento legalidade ou o desprestígio do general Lott.

Denys, tal como Lott, já havia identificado dentro das Forças Armadas dois grandes grupos opostos que radicalizavam suas posições e que colocavam em ameaça a coesão militar. A situação tinha se tornado explosiva com a exoneração do ministro da Guerra, o que indignou as tropas e insuflou o MMC a agir. Os oficiais integrantes deste movimento, na mesma noite do dia 10 de novembro, reunidos na casa do general Zenóbio, elaboraram um plano que marcava a deflagração de um “golpe revolucionário”, já indicado por seus boletins internos, para a madrugada do dia 11. Ciente desta informação, Denys – junto aos oficiais que se reuniram em sua residência – quis se antecipar, não ao general Lott, mas à tomada de ação do MMC, do qual não era simpatizante, como ele próprio afirmou posteriormente (Denys, 1980: 83).

Denys considerava o MMC um movimento ligado a grupos de esquerda. O general afirmou sobre o movimento: “general Zenóbio cria o Movimento Militar Constitucionalista, com as esquerdas civis e militares, para influir na sucessão presidencial; general Zenóbio continua fazendo reuniões com o seu Partido MMC; composto de esquerdista na maioria”.¹³ Portanto, para Denys e alguns oficiais que participaram do movimento do 11 de Novembro, sob a liderança do general Lott, a principal questão a ser defendida não era a legalidade ou a posse dos eleitos, tese defendida por Lott, mas oposição a um possível “golpe revolucionário” do MMC, organização integrada por elementos considerados da esquerda política.

De qualquer forma, na madrugada do dia 11 de novembro, os comandantes das tropas, após receberem do general Lott ordens, preventivamente elaboradas em julho de 1955, dentro de envelopes fechados, imediatamente partiram do prédio do Ministério do

¹² “Depoimento de Lott”. Op.cit. LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Op.cit., p. 77-78.

¹³ DENYS, Odylio. “De 1922 a 1964 - Recapitulação dos acontecimentos principais”. Documento textual. CPDOC/FGV.

Exército para os seus respectivos comandos.¹⁴ As tropas do Exército sediadas no Rio de Janeiro foram imediatamente postas em movimento e ocuparam o arsenal da Marinha, o Campo dos Afonsos, o Departamento Federal de Segurança Pública, o Palácio do Catete e os lugares onde poderia haver reunião de militares contrários ao movimento. As demais unidades do Exército espalhadas pelo país foram acionadas por meio de rádio ou telefone. Todos se pronunciaram a favor do movimento. O general Denys ficou responsável por fazer a movimentação das tropas de Minas Gerais, de maneira que essa fechasse sobre o Distrito Federal.¹⁵

O problema maior foi São Paulo, cujo governador, Jânio Quadros, era ligado à UDN e simpatizava com as teses golpistas. Neste Estado inicialmente a situação era favorável às forças de oposição ao movimento liderado por Lott. Como comandante de uma tropa estava o general Tasso Tinoco, primo do brigadeiro Eduardo Gomes e simpatizante das teses golpistas e, além disso, o próprio brigadeiro, em um avião C-47, acompanhado por três bombardeiros, estava a caminho do estado a fim de organizar a resistência na base aérea de Cumbica. Esses militares esperavam ter apoio da Força Pública de São Paulo (Costa, 1960: 306-308).

Diante deste quadro Lott determinou imediatamente que as tropas de Minas, que se deslocavam para o Rio de Janeiro, se rumassem para São Paulo, junto com as tropas do Paraná e Mato Grosso. O general legalista Olímpio Falconière da Cunha, então comandante da Zona Militar Centro, conseguiu seguir rapidamente para São Paulo e assumiu o comando das tropas deslocando-as para a base de Cumbica. E a tempo tropas foram deslocadas para o Porto de Santos para impedir que a Marinha o ocupasse, já que era lugar privilegiado em caso de qualquer tentativa de desembarque de dissidentes e formação de um governo de resistência com o apoio do governador Jânio Quadros. Não houve o confronto armado, tendo-se em vista a superioridade de forças do movimento liderado por Lott. As trincheiras que foram cavadas por ordem do general Tinoco não chegaram ser utilizadas, o general tinha ficado isolado (Silva, 1984: 118-122).

Enquanto transcorriam estes acontecimentos, o presidente Carlos Luz, ao perceber que a sede do governo estava cercada por tropas do Exército, rumou para o Ministério da Marinha junto com alguns ministros. Os ministros da Marinha e da Aeronáutica que se encontravam no prédio lançaram um manifesto público condenando

¹⁴ “Depoimento de Lott”. Op.cit.

¹⁵ Idem.

a ação do Exército e apoiando o presidente em exercício. Após perceberam que a situação na cidade do Rio de Janeiro estava praticamente decidida a favor do general Lott e dos oficiais que a ele se aliaram, Carlos Luz, o ministro da Marinha Edmundo Amorim do Vale e alguns parlamentares e oficiais, na intenção de formar um governo de resistência, embarcaram no cruzador Tamandaré, que se encontrava atracado no Arsenal da Marinha abastecendo-se. O plano era rumar para o porto de Santos, no estado de São Paulo, e, junto com o brigadeiro Eduardo Gomes, organizar a oposição, com o apoio do governador Jânio Quadros.

A sugestão de embarque tinha sido dada pelo almirante Penna Botto, que na noite do dia 10 já havia mandado acionar todos os navios da esquadra da Marinha que estavam prontos para operações navais, que totalizavam dez. Às 5h da madrugada do dia 11 de novembro o almirante rumou para o Ministério da Marinha, no qual estavam Carlos Luz e alguns dos seus ministros e sugeriu ao presidente: “Embarcar imediatamente num dos navios da Esquadra e seguir para Santos, de onde posteriormente S. Excia. se deslocaria para São Paulo, onde instalaria o seu governo, em torno do qual se poderiam aglutinar todas as forças vivas, sadias, da Nação”.¹⁶

Alguns oficiais do Exército já estavam cientes de que a esquadra estava preparada para combate – como os documentos do MMC apontaram. Segundo Lott, o próprio Ministério da Guerra tinha documentação que comprovava que a esquadra estava realmente preparada, inclusive com o aumento de munição, para emergência de uma luta e, desta forma, estava claro que alguns oficiais da Marinha estavam organizados para uma ação de combate para conquistar os seus objetivos.

Ciente da situação da esquadra e da possibilidade de resistência de oficiais desta força, na madrugada do dia 11 de novembro, o general Lott determinou que fossem tomadas todas as providências para que a barra da Baía de Guanabara fosse fechada a todos os navios de guerra e que não fosse permitida a saída dos navios da Marinha. Quando Lott foi informado da saída do Tamandaré, que partiu às 9 horas daquela manhã, ordenou ao comandante da Artilharia de Costa: “Então dê tiros de intimidação à frente. Se continuar, então atire em cima porque é preciso que a Esquadra não saia. E se o Tamandaré não sair, os outros navios naturalmente não sairão” (Silva, 1984: 121).

¹⁶ Depoimento do almirante Penna Botto. *Revista Manchete*. 24 de novembro de 1955.

O Tamandaré, comandado pelo capitão de mar e guerra Silvio Heck, foi advertido pelas fortalezas da Laje, de Santa Cruz e de São João. Mas os fortes de Copacabana e do Leme abriram fogo contra o navio, que, com uma manobra do seu comandante, ultrapassou a barra (Silva, 1984: 125). Penna Botto, almirante que comandava a missão, confessou que não contra atacou “os maus brasileiros que tão impatrioticamente procuravam atingir e possivelmente destruir um possante cruzador da pequena Esquadra brasileira”, pois eram grandes os riscos de uma matança da indefesa população civil de Copacabana.¹⁷

Durante a viagem o Tamandaré foi informado de que o porto de Santos já se encontrava guarnecido por tropas do Exército. Independentemente da ameaça os oficiais que comandavam o cruzador estavam dispostos a atracar e, se necessário, bombardear o local, porém Carlos Luz não permitiu que a situação de luta se instaurasse e, a bordo do navio, fez duas declarações: uma negando-se a reconhecer governo que não fosse o seu e outra aceitando a situação imposta por Lott e os oficiais aliados ao general. O cruzador regressou ao Rio de Janeiro na manhã do dia 13 de novembro.

Paralelamente aos acontecimentos militares, o general Lott acionou os chefes parlamentares, para que tomassem conhecimento dos fatos. Em reunião com os presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal, expôs a situação e pediu-lhes que promovessem a substituição legal do presidente Carlos Luz. No final da manhã do dia 11 uma moção de Gustavo Capanema, líder do PSD, solicitando o impedimento do presidente, foi posta em votação, sendo aprovada na Câmara dos Deputados e em seguida no Senado. Carlos Luz foi declarado impedido e Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, foi indicado como seu substituto legal. Lott, agora reempossado como ministro da Guerra, e novos ministros militares também assumiram (Costa, 1960: 312-313).

Inúmeras foram as declarações de apoio da sociedade civil ao movimento liderado por Lott, oficialmente denominado *Retorno aos quadros constitucionais vigentes*. Em 13 de novembro o jornal *Correio da Manhã* publicava algumas das mais significantes declarações de solidariedade, como os telegramas dos radialistas cariocas a Nereu Ramos expressando, em nome da classe, “irrestrita solidariedade ao movimento de defesa da Constituição, contra aventureiros golpistas, inimigos da pátria”; e de Juscelino

¹⁷ Depoimento do almirante Pena Botto. *Revista Manchete*. Op.cit.

Kubitschek ao general Lott e a Nereu Ramos, prestando solidariedade ao movimento de manutenção da lei. Publicava, também, um comunicado do presidente da Liga de Defesa da Legalidade, o advogado Sobral Pinto, no qual elogiava-se a ação impetrada contra o “plano de subversão do regime”. O jornal também anunciava o “apoio maciço dos trabalhadores ao novo governo constituído” e informava uma reunião de dirigentes sindicais na sede do PTB, a fim de debater a situação política então vivida pelo país e prestar solidariedade ao Exército brasileiro *que estendeu a mão ao povo*.¹⁸

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil lançou um manifesto de apoio e exaltação àqueles que impediram o golpe e acusou os “aventureiros golpistas” de quererem implantar no Brasil “uma ditadura sanguinária a serviço dos imperialistas norte-americanos”.¹⁹

Várias entidades enviaram telegramas ao ministro da Guerra, prestando irrestrito apoio ao movimento: ferroviários, jornalistas, hoteleiros, marceneiros, bancários, gráficos, têxteis, metalúrgicos, funcionários da Central do Brasil e a Assembleia de Ex-Combatentes do Distrito Federal.²⁰

Após a volta das tropas aos quartéis e garantida a normalidade política, Café Filho, que até então se encontrava em uma clínica particular, decidiu que era hora de retornar à vida política e reassumir o cargo de presidente da República. Ciente desta decisão, no dia 20 de novembro, Lott o visitou e lhe informou que os chefes militares haviam decidido que não era conveniente o seu retorno à presidência. No dia 21 de novembro, por decisão do Congresso, Café Filho foi declarado impedido para o exercício da Presidência.

Como era de se esperar, a crise política-militar que motivou o contragolpe não teve desfecho com o mesmo. A posse de Juscelino e Jango, motivo de insatisfação dos grupos civis e militares que preconizavam uma intervenção militar, só se daria em 31 de janeiro seguinte, o que criava um intervalo de tempo suficiente para novas rearticulações. Além da insatisfação com os resultados das eleições presidenciais, um novo fator potencializava o descontentamento dos grupos militares. Os oficiais que participaram do golpe frustrado estavam com os seus brios feridos. A Marinha e a

¹⁸ *Correio da Manhã*. 13 de novembro de 1955, pp. 2-9.

¹⁹ Manifesto data de 14 de novembro e foi publicado no jornal *Voz Operária* em 19 de novembro de 1955.

²⁰ *Correio da Manhã*. 13 de novembro de 1955, p.2.

Aeronáutica se viam desprestigiadas e contrariadas, parte dos seus oficiais interpretava o contragolpe como uma afronta do Exército às demais forças.

Os significados políticos do Movimento 11 de Novembro nas Forças Armadas

Novembro de 1955 não deixou somente heranças positivas. Ao mesmo tempo em que garantiu a posse do presidente e do vice-presidente eleitos democraticamente e possibilitou a aproximação do grupo militar, defensor do nacionalismo, da ampliação dos direitos sociais e da defesa da legalidade, dos trabalhadores e dos partidos políticos que também defendiam esses ideais, a unidade das Forças Armadas foi severamente atingida e as divergências entre militares afloraram de tal forma que não foi mais possível abafa-las pela hierarquia. As clivagens nos meios militares, tal como na sociedade civil, avultaram e grupos formularam estratégias de atuação e alianças no campo político-militar de acordo com os seus próprios interesses.

Entender a atuação daqueles que fizeram o contragolpe de 1955 possibilita perceber a complexidade e a pluralidade de identidades presentes no interior das Forças Armadas. O comportamento dos homens de armas só pode ser entendido em correlação com a cultura política tecida na época em questão. Porém, além das clivagens presentes no meio civil, verifica-se que havia uma pluralidade de interesses e identidades entre os militares do 11 de Novembro: a defesa da legalidade e da Constituição, a defesa da honra do Exército e de seu chefe e a tentativa de impedir a atuação de oficiais ligados ao MMC, adeptos das teses mais radicais do nacionalismo popular.

Apesar dos múltiplos significados, a partir do 11 de Novembro, o general Lott teve o seu nome associado ao nacionalismo popular e recebeu amplo apoio das esquerdas políticas civis e militares da época. Permanecendo no Ministério da Guerra durante o governo de JK, o general tornou-se símbolo da legalidade democrática e do nacionalismo, chegando a candidatar-se pelo PSD à presidência da República nas eleições de 1960, fazendo dobradinha com Jango, novamente candidato a vice-presidente.

A luta dos setores militares conservadores e anticomunistas contra a “permissiva herança de Vargas” perdurou até abril de 1964. A partir desta data o antigo ministro da Guerra passou a ser publicamente desqualificado e teve a sua memória apagada. Na tarde de 6 de maio de 1964, o general Artur da Costa e Silva, na qualidade de ministro da Guerra do governo militar que então tinha se instaurado, em discurso proferido no

gabinete do presidente da República, lembrou o nome do marechal e o contragolpe de 1955, definido como uma “verdadeira quartelada” a serviço de Juscelino Kubitschek “que soube bem tirar o melhor dos proveitos da cisão entre os militares”. (Café Filho, 1966: 524).

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves. “Crise e sucessão 1954-1955: o papel da imprensa na formação de uma identidade política”. Rio de Janeiro: CPDOC /FGV, 1995.
- BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- CAFÉ FILHO, João. *Do Sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966. 2 vl.
- CARLONI, Karla. *Forças Armadas e democracia no Brasil: o Movimento 11 de Novembro*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2005.
- CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982.
- CARVALHO, José Murilo de. “Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro”. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de. (org.). *As instituições na Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999.a
- _____. “Vargas e os militares”. In: Pandolfi, Dulce Chaves. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.b
- COSTA, Joffre Gomes da. *Marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: MEC-INL, 1960.
- D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- DENYS, Odylio. *Ciclo Revolucionário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- ESTEVES, Diniz. *Ministros da Guerra e do Exército brasileiro: 1951-1999*. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1999.
- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- KONDER, Leandro. “História dos intelectuais nos anos cinquenta”. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1981.
- PINTO, Sérgio Murillo. “A doutrina Góes: síntese do pensamento militar no Estado Novo”. In: Pandolfi, Dulce Chaves. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

- REIS, Daniel Aarão. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão. (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol: V. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2002.
- ROUQUIÉ, Alain. “Os processos políticos nos partidos militares do Brasil: estratégia de pesquisa e dinâmica institucional”. In: ROUQUIÉ, Alain. (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. RJ: Record, 1980.
- SILVA, Hélio. *O poder militar*. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.